

**PREGÃO ELETRÔNICO: 90097/2026**

**CONTRATANTE (UASG): 081101**

**OBJETO:** Registro de Preços para contratação futura de serviço de infraestrutura que compreende os serviços de manutenção, instalação, desinstalação e remanejamento em rede lógica, elétrica e de telefonia, com garantia pelo período de 12 (doze) meses, para atendimento das demandas da FDE e SEDUC

**VALOR DA CONTRATAÇÃO:** R\$ 130.407.323,55 (Cento e trinta milhões, quatrocentos e sete mil, trezentos e vinte e três reais e cinquenta e cinco centavos)

**DATA DA SESSÃO PÚBLICA:** Dia 02/06/2026 às 10:00h (horário de Brasília)

**CRITÉRIO DE JULGAMENTO:** Menor Preço Global

**MODO DE DISPUTA:** Aberto



---

## Sumário

1. DO OBJETO .....	3
2. DO REGISTRO DE PREÇOS .....	3
3. DA PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO .....	3
4. DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO .....	5
5. DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA .....	6
6. DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES .	7
7. DA FASE DE JULGAMENTO .....	10
8. DA FASE DE HABILITAÇÃO .....	12
9. DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS .....	14
10. DA FORMAÇÃO DO CADASTRO DE RESERVA .....	14
11. DOS RECURSOS .....	15
12. DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES .....	16
13. DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO .....	17
14. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS .....	18

---

**FUNDAÇÃO PARA O DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO****PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90097/2026****PROCESSO SEI Nº 229.00018415/2025-95****PEDIDO DE CONTRATAÇÃO FDE Nº 57/00014/26/05**

Fundação para o Desenvolvimento da Educação, por meio da Gerência de Licitações - GLI, sediada à Avenida São Luis, 99 – 8º andar – Bairro: República – São Paulo/SP, realizará licitação, na modalidade PREGÃO, na forma ELETRÔNICA, nos termos da [Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021](#), do [Decreto estadual nº 67.608, de 27 de março de 2023](#), da [Instrução Normativa SEGES/ME nº 73, de 30 de setembro de 2022](#), e demais normas da legislação aplicável e, ainda, de acordo com as condições estabelecidas neste Edital e em seus Anexos, observando-se as subdivisões subsequentes na forma de itens que compõem este instrumento.

**1. DO OBJETO**

- 1.1. O objeto da presente licitação é o Registro de Preços para contratação futura de serviço de infraestrutura que compreende os serviços de manutenção, instalação, desinstalação e remanejamento em rede lógica, elétrica e de telefonia, com garantia pelo período de 12 (doze) meses, para atendimento das demandas da FDE e SEDUC, conforme condições e exigências estabelecidas no Termo de Referência.
- 1.2. A licitação será realizada em grupo único, formado por mais de um item, conforme definido no Termo de Referência, devendo o licitante oferecer proposta para todos os itens que o compõem.

**2. DO REGISTRO DE PREÇOS**

- 2.1. Trata-se de licitação para registro de preços, em que as regras referentes aos órgãos ou entidades gerenciador e participante(s), bem como a eventuais adesões são as que constam da minuta de Ata de Registro de Preços apresentada como Anexo deste Edital.

**3. DA PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO**

- 3.1. Poderão participar deste Pregão os interessados que atuem em atividade compatível com o objeto da licitação e que estiverem previamente credenciados no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - Sicaf e no Sistema de Compras do Governo Federal ([www.gov.br/compras](http://www.gov.br/compras)).
  - 3.1.1. Os interessados deverão atender às condições exigidas no cadastramento no SICAF até o 3º (terceiro) dia útil anterior à data prevista para recebimento das propostas.
  - 3.1.2. O licitante responsabiliza-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluindo a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.
- 3.2. É de responsabilidade do cadastrado conferir a exatidão dos seus dados cadastrais nos Sistemas relacionados na subdivisão anterior e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.
- 3.3. A não observância do disposto na subdivisão anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.
- 3.4. Nos limites previstos no art. 4º da Lei nº 14.133, de 2021, e na Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, serão observadas, caso aplicáveis, as regras de tratamento favorecido para as microempresas e empresas de pequeno porte, bem como para as cooperativas que atendam ao disposto

no art. 34 da Lei nº 11.488, de 15 de junho de 2007, e no art. 16 da Lei nº 14.133, de 2021, para o agricultor familiar, para o produtor rural pessoa física e para o microempreendedor individual – MEI.

- 3.5. Em relação às regras aplicáveis à presente licitação concernentes a tratamento favorecido para as microempresas, empresas de pequeno porte e equiparadas, observa-se que:
- 3.5.1. Considerando o valor estimado do objeto desta licitação, não se aplicam a ele as regras de tratamento favorecido constantes dos arts. 42 a 49 da [Lei Complementar nº 123, de 2006](#), nos termos dos §§ 1º e 3º do art. 4º da [Lei nº 14.133, de 2021](#).
- 3.6. Não poderão disputar esta licitação:
- 3.6.1. aquele que não atenda às condições deste Edital e seu(s) Anexo(s);
- 3.6.2. autor do anteprojeto, do projeto básico ou do projeto executivo, pessoa física ou jurídica, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ele relacionados, observado o disposto nos §§ 2º e 4º do art. 14 da [Lei nº 14.133, de 2021](#);
- 3.6.3. empresa, isoladamente ou em consórcio, responsável pela elaboração do projeto básico ou do projeto executivo, ou empresa da qual o autor do projeto seja dirigente, gerente, controlador, acionista ou detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital com direito a voto, responsável técnico ou subcontratado, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ela necessários, observado o disposto nos §§ 2º e 4º do art. 14 da [Lei nº 14.133, de 2021](#);
- 3.6.4. pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da licitação, impossibilitada de participar da licitação em decorrência de sanção que lhe foi imposta;
- 3.6.5. aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;
- 3.6.6. empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da [Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976](#), concorrendo entre si;
- 3.6.7. pessoa física ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do edital, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista;
- 3.6.8. agente público do órgão ou entidade licitante;
- 3.6.9. aquele que não tenha representação legal no Brasil com poderes expressos para receber citação e responder administrativa ou judicialmente.
- 3.7. Não poderá participar, direta ou indiretamente, da licitação ou da execução do contrato agente público do órgão ou entidade licitante ou contratante, devendo ser observadas as situações que possam configurar conflito de interesses no exercício ou após o exercício do cargo ou emprego, nos termos da legislação que disciplina a matéria, conforme [§ 1º do art. 9º da Lei nº 14.133, de 2021](#).
- 3.7.1. A vedação de participação de agente público do órgão ou entidade licitante ou contratante de que trata a subdivisão acima estende-se a terceiro que auxilie a condução da contratação na qualidade de integrante de equipe de apoio, profissional especializado ou funcionário ou representante de empresa que preste assessoria técnica.
- 3.8. O impedimento decorrente de imposição de sanção de que trata o item 3.6.4 será também aplicado ao licitante que atue em substituição a outra pessoa, física ou jurídica, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, desde que devidamente comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica do licitante.
- 3.9. No que concerne aos itens 3.6.2 e 3.6.3, equiparam-se aos autores do projeto as empresas integrantes do mesmo grupo econômico.
- 3.10. Será permitida a participação de sociedades cooperativas nesta licitação, nos termos do art. 16 da [Lei nº 14.133, de 2021](#).
- 3.11. Será admitida a participação de pessoas jurídicas em consórcio, nos termos do art. 15 da [Lei nº 14.133, de 2021](#).

- 3.11.1. Será vedada a participação de empresa consorciada, na mesma licitação, de mais de um consórcio ou de forma isolada, nos termos do art. 15, inc. IV, da [Lei nº 14.133, de 2021](#).

#### **4. DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO**

- 4.1. Na presente licitação, a fase de habilitação sucederá as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento.
- 4.2. Os licitantes encaminharão, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, a proposta com o preço, até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública.
- 4.3. No cadastramento da proposta inicial, o licitante declarará, em campo próprio do sistema, que:
- 4.3.1. está ciente e concorda com as condições contidas no Edital e seus Anexos, bem como que a proposta apresentada compreenderá a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na [Constituição Federal](#), nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de sua entrega em definitivo e que cumpre plenamente os requisitos de habilitação definidos no instrumento convocatório;
  - 4.3.2. não emprega menor de 18 (dezoito) anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 (dezesesseis) anos, salvo menor, a partir de 14 (quatorze) anos, na condição de aprendiz, nos termos do [artigo 7º, XXXIII, da Constituição Federal](#);
  - 4.3.3. não possui empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos [incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal](#);
  - 4.3.4. cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.
- 4.4. O fornecedor enquadrado como microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa que atenda ao disposto no art. 34 da [Lei nº 11.488, de 2007](#), deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no [artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 2006](#), estando apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus arts. 42 a 49, observado o disposto nos §§ 1º ao 3º do art. 4º da [Lei nº 14.133, de 2021](#), excetuada a hipótese de se verificar uma das exceções dos §§ 1º ao 3º do art. 4º supracitado, conforme especificado nos itens 4.4.1 e 4.4.2 subsequentes.
- 4.4.1. Não se aplica o tratamento favorecido estabelecido nos arts. 42 a 49 da [Lei Complementar nº 123, de 2006](#), na hipótese em que o objeto tenha valor estimado superior ao limite estabelecido nos §§ 1º e 3º do art. 4º da [Lei nº 14.133, de 2021](#), conforme seja especificado, quando houver, em subdivisão do item 3.5.
  - 4.4.2. Não têm direito ao tratamento favorecido estabelecido nos arts. 42 a 49 da [Lei Complementar nº 123, de 2006](#), as microempresas, as empresas de pequeno porte e as cooperativas que, no ano-calendário de realização da licitação, tenham celebrado contratos com a Administração Pública cujos valores somados extrapolem a receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte, nos termos do § 2º do art. 4º da [Lei nº 14.133, de 2021](#).
  - 4.4.3. Na hipótese de se verificar uma das exceções especificadas no item 4.4.1 ou no item 4.4.2, ou de não cumprimento de outro requisito legal para tratamento favorecido, o licitante deverá assinalar o campo “não”, por não ter direito ao tratamento favorecido previsto na [Lei Complementar nº 123, de 2006](#).
  - 4.4.4. Na hipótese de item para participação exclusiva de microempresas, empresas de pequeno porte e equiparadas, a assinalação do campo “não” impedirá o prosseguimento no certame, para aquele item.
  - 4.4.5. Na hipótese de itens em que a participação não seja exclusiva para microempresas, empresas de pequeno porte e equiparadas, a assinalação do campo “não” apenas produzirá o efeito de o licitante não ter direito ao tratamento favorecido previsto na [Lei Complementar nº 123, de 2006](#), mesmo que microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa equiparada.
  - 4.4.6. O licitante organizado em cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no [artigo 16 da Lei nº 14.133, de 2021](#).

- 4.5. A falsidade da declaração de que tratam os itens 4.3 e 4.4 sujeitará o licitante às sanções previstas na [Lei nº 14.133, de 2021](#), e neste Edital.
- 4.6. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta anteriormente inserida no sistema, até a abertura da sessão pública.
- 4.7. Não haverá ordem de classificação na etapa de apresentação da proposta pelo licitante, o que ocorrerá somente após os procedimentos de abertura da sessão pública e da fase de envio de lances.
- 4.8. Serão disponibilizados para acesso público os documentos que compõem a proposta dos licitantes convocados para apresentação de propostas, após a fase de envio de lances.
- 4.9. Caberá ao licitante interessado em participar da licitação acompanhar as operações no sistema eletrônico durante o processo licitatório e se responsabilizar pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de mensagens emitidas pela Administração ou de sua desconexão.
- 4.10. O licitante deverá comunicar imediatamente ao provedor do sistema qualquer acontecimento que possa comprometer o sigilo ou a segurança, para imediato bloqueio de acesso.

## **5. DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA**

- 5.1. O licitante deverá enviar sua proposta mediante o preenchimento, no sistema eletrônico, dos seguintes campos:
  - 5.1.1. Valor unitário e total do item;
  - 5.1.2. Quantidade cotada, devendo respeitar o mínimo especificado na documentação que constitui Anexo deste Edital.
- 5.2. Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam o licitante.
  - 5.2.1. Nesta licitação para registro de preços, o licitante NÃO poderá oferecer proposta em quantitativo inferior ao máximo previsto para futura contratação, nos termos da documentação que constitui Anexo deste Edital.
- 5.3. Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na execução do objeto.
- 5.4. Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.
- 5.5. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver determinação legal de retenção de tributo, no pagamento serão retidos na fonte os percentuais que sejam estabelecidos na legislação vigente.
- 5.6. As microempresas e empresas de pequeno porte impedidas de optar pelo Simples Nacional, ante as vedações previstas na [Lei Complementar nº 123, de 2006](#), não poderão aplicar os benefícios decorrentes desse regime tributário diferenciado em sua proposta, devendo elaborá-la de acordo com as normas aplicáveis às demais pessoas jurídicas.
  - 5.6.1. Quando for o caso, e se vier a ser contratado, o licitante na situação descrita na subdivisão acima deverá requerer ao órgão fazendário competente a sua exclusão do Simples Nacional até o último dia útil do mês subsequente àquele em que ocorrida a situação de vedação, nos termos do art. 30, *caput*, inc. II, e § 1º, inc. II, da [Lei Complementar nº 123, de 2006](#), apresentando à Administração a comprovação da exclusão ou o seu respectivo protocolo.
  - 5.6.2. Se o Contratado não realizar espontaneamente o requerimento de que trata a subdivisão acima, caberá ao ente público contratante comunicar o fato ao órgão fazendário competente, solicitando que o Contratado seja excluído de ofício do Simples Nacional, nos termos do art. 29, inc. I, da [Lei Complementar nº 123, de 2006](#).
- 5.7. A apresentação das propostas implica obrigatoriedade do cumprimento das disposições nelas contidas, em conformidade com o que dispõe a documentação que integra este Edital, assumindo o proponente o compromisso de executar o objeto licitado nos seus termos, bem como de utilizar os materiais,



equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, em quantidades e qualidades adequadas à perfeita execução contratual, promovendo, quando requerido, sua substituição.

- 5.8. O prazo de validade da proposta não será inferior a 60 (sessenta) dias, a contar da data de sua apresentação.
- 5.9. Os licitantes devem respeitar os preços máximos estabelecidos nas normas de regência de contratações públicas, quando participarem de licitações públicas.
- 5.10. O descumprimento das regras supramencionadas por parte do Contratado pode ensejar a responsabilização pelo Tribunal de Contas competente e, após o devido processo legal, gerar as seguintes consequências: assinatura de prazo para a adoção das medidas necessárias ao exato cumprimento da lei, nos termos do [art. 71, inc. IX, da Constituição Federal](#), e do art. 33, inc. X, da [Constituição do Estado de São Paulo](#); ou condenação dos agentes públicos responsáveis e do Contratado ao pagamento de indenização pelos prejuízos ao erário, caso verificada a ocorrência de superfaturamento por sobrepreço na execução do contrato.

## **6. DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES**

- 6.1. A abertura da presente licitação dar-se-á automaticamente em sessão pública, por meio de sistema eletrônico, na data, horário e local indicados neste Edital.
- 6.2. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta anteriormente inserida no sistema, até a abertura da sessão pública.
- 6.3. O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre o pregoeiro e os licitantes.
- 6.4. Iniciada a etapa competitiva, os licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio de sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.
- 6.5. O lance deverá ser ofertado pelo valor unitário do item.
- 6.6. Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas neste Edital.
- 6.7. O licitante somente poderá oferecer lance de valor inferior ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema.
- 6.8. O intervalo mínimo de diferença de valores entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta, deverá ser **de 0,05 %** (cinco centésimos de por cento)
- 6.9. O licitante poderá, uma única vez, excluir seu último lance ofertado, no intervalo de 15 (quinze) segundos após o registro no sistema, na hipótese de lance inconsistente ou inexequível.
- 6.10. O procedimento seguirá de acordo com o modo de disputa adotado, definido no início deste Edital.
- 6.11. Será adotado para o envio de lances no pregão eletrônico o modo de disputa “aberto”, segundo o qual os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com prorrogações.
  - 6.11.1. A etapa de lances da sessão pública terá duração de 10 (dez) minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos 2 (dois) minutos do período de duração da sessão pública.
  - 6.11.2. A prorrogação automática da etapa de lances, de que trata a subdivisão acima, será de 2 (dois) minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive no caso de lances intermediários.
  - 6.11.3. Não havendo novos lances na forma estabelecida nas subdivisões anteriores, a sessão pública encerrar-se-á automaticamente, e o sistema ordenará e divulgará os lances conforme a ordem final de classificação.
  - 6.11.4. Definida a melhor proposta, se a diferença em relação à proposta classificada em segundo lugar for de pelo menos 5% (cinco por cento), o pregoeiro, auxiliado pela equipe de apoio, poderá admitir o reinício da disputa aberta, para a definição das demais colocações.

- 
- 6.11.5. Após o reinício previsto na subdivisão acima, os licitantes serão convocados para apresentar lances intermediários.
- 6.12. Após o término dos prazos estabelecidos nas subdivisões anteriores, o sistema ordenará e divulgará os lances segundo a ordem crescente de valores.
- 6.13. Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.
- 6.14. Durante o transcurso da sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do licitante.
- 6.15. No caso de desconexão com o pregoeiro, no decorrer da etapa competitiva do pregão, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances.
- 6.16. Quando a desconexão do sistema eletrônico para o pregoeiro persistir por tempo superior a 10 (dez) minutos, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente após decorridas 24 (vinte e quatro) horas da comunicação do fato pelo pregoeiro aos participantes, no sítio eletrônico utilizado para divulgação.
- 6.17. Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.
- 6.18. Em relação à hipótese de itens não exclusivos para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, uma vez encerrada a etapa de lances, será efetivada a verificação automática, junto à Receita Federal, do porte da entidade empresarial, caso a contratação não se enquadre nas vedações dos §§ 1º e 2º do art. 4º da [Lei nº 14.133, de 2021](#). O sistema identificará em coluna própria as microempresas e empresas de pequeno porte participantes, procedendo à comparação com os valores da primeira colocada, se esta for empresa de maior porte, assim como das demais classificadas, para o fim de aplicar-se o disposto nos arts. 44 e 45 da [Lei Complementar nº 123, de 2006](#).
- 6.18.1. Nessas condições, as propostas de microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrarem na faixa de até 5% (cinco por cento) acima da melhor proposta ou melhor lance serão consideradas empatadas com a primeira colocada.
- 6.18.2. A melhor classificada nos termos da subdivisão acima terá o direito de encaminhar uma última oferta para desempate, obrigatoriamente em valor inferior ao da primeira colocada, no prazo de 5 (cinco) minutos controlados pelo sistema, contados após a comunicação automática para tanto.
- 6.18.3. Caso a microempresa ou a empresa de pequeno porte melhor classificada desista ou não se manifeste no prazo estabelecido, serão convocadas as demais licitantes microempresa e empresa de pequeno porte que se encontrem naquele intervalo de até 5% (cinco por cento), na ordem de classificação, para o exercício do mesmo direito, no prazo estabelecido na subdivisão acima.
- 6.18.4. No caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem nos intervalos estabelecidos nas subdivisões anteriores, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.
- 6.18.5. Não se aplica o tratamento favorecido estabelecido nos arts. 44 e 45 da [Lei Complementar nº 123, de 2006](#), na hipótese em que o objeto tenha valor estimado superior ao limite estabelecido nos §§ 1º e 3º do art. 4º da [Lei nº 14.133, de 2021](#), conforme seja especificado, quando houver, em subdivisão do item 3.5.
- 6.19. Só poderá haver empate entre propostas iguais (não seguidas de lances), ou entre lances finais da fase fechada do modo de disputa aberto e fechado (se adotado esse modo de disputa no início deste Edital e no item 6.11).
- 6.19.1. Havendo eventual empate entre propostas ou lances, os critérios de desempate serão aqueles previstos no *caput* do [art. 60 da Lei nº 14.133, de 2021](#), nesta ordem:
- 6.19.1.1. disputa final, hipótese em que os licitantes empatados poderão apresentar nova proposta em ato contínuo à classificação;
- 6.19.1.2. avaliação do desempenho contratual prévio dos licitantes, para a qual deverão preferencialmente ser utilizados registros cadastrais para efeito de atesto de cumprimento de obrigações previstos na [Lei nº 14.133, de 2021, conforme regulamento](#);
-



- 6.19.1.3. desenvolvimento pelo licitante de ações de equidade entre homens e mulheres no ambiente de trabalho, conforme regulamento;
- 6.19.1.4. desenvolvimento pelo licitante de programa de integridade, conforme orientações dos órgãos de controle.
- 6.19.2. Persistindo o empate, será assegurada preferência, nos termos do § 1º do art. 60 da [Lei nº 14.133, de 2021](#), sucessivamente, aos bens e serviços produzidos ou prestados por:
- 6.19.2.1. empresas estabelecidas no território do Estado de São Paulo;
- 6.19.2.2. empresas brasileiras;
- 6.19.2.3. empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País;
- 6.19.2.4. empresas que comprovem a prática de mitigação, nos termos da [Lei nº 12.187, de 29 de dezembro de 2009](#).
- 6.19.3. Caso persista o empate após obedecido o disposto no *caput* e no § 1º do [art. 60 da Lei nº 14.133, de 2021](#), o desempate ocorrerá por sorteio, a ser realizado em local, data e horário que serão divulgados por meio de mensagem no sistema, sendo facultada a presença a todos os interessados, incluindo os demais licitantes.
- 6.19.4. Será observado o disposto no § 2º do art. 60 da [Lei nº 14.133, de 2021](#), e no inciso III do art. 41 c/c o inciso I do art. 58 da [Lei Complementar nº 225, de 2026](#), quando for o caso.
- 6.20. Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, na hipótese de a proposta do primeiro colocado permanecer acima do preço máximo definido para a contratação, o pregoeiro poderá negociar condições mais vantajosas, após definido o resultado do julgamento.
- 6.20.1. *Neste certame para registro de preços, tratando-se de licitação por grupo(s) de itens:*
- 6.20.1.1. serão observados como critério de aceitabilidade de preços unitários e máximos:

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	CATSER	UNIDADE DE MEDIDA	QTDE TOTAL	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
1	Vistoria	27570	Unidade	182	R\$ 894,29	R\$ 162.760,78
2	Instalação de Rack de 12U	27570	Unidade	302	R\$ 2.167,88	R\$ 654.699,76
3	Instalação de Rack de 24U	27570	Unidade	161	R\$ 4.913,01	R\$ 790.994,61
4	Instalação de Rack de 44U	27570	Unidade	7	R\$ 8.134,58	R\$ 56.942,06
5	Manutenção de Rack	27570	Unidade	67	R\$ 1.715,93	R\$ 114.967,31
6	Remanejamento de rack de 12, 24 E 44 US	27570	Unidade	15	R\$ 1.594,96	R\$ 23.924,40
7	Desinstalação de ponto de rede, elétrica e rack existente	27570	Unidade	12.600	R\$ 72,00	R\$ 907.200,00
8	Preparação para entrada de link	27570	Unidade	143	R\$ 3.518,19	R\$ 503.101,17
9	Instalação de ponto lógico CAT5E Identificação e conectorização de pontos UTP 04 pares	27570	Unidade	22.614	R\$ 2.037,45	R\$ 46.074.894,30
10	Instalação de ponto lógico CAT6 Identificação e conectorização de pontos UTP 04 pares	27570	Unidade	13.673	R\$ 2.802,91	R\$ 38.324.188,43
11	Manutenção de ponto de rede CAT5E existente	27570	Unidade	1.727	R\$ 1.511,07	R\$ 2.609.617,89
12	Manutenção de ponto de rede CAT6 existente	27570	Unidade	652	R\$ 2.110,92	R\$ 1.376.319,84
13	Remanejamento de ponto existente de dados ou elétrica	27570	Unidade	402	R\$ 1.472,56	R\$ 591.969,12
14	Instalação de ponto elétrico	27570	Unidade	35.189	R\$ 924,90	R\$ 32.546.306,10
15	Manutenção de ponto elétrico existente	27570	Unidade	2.060	R\$ 931,66	R\$ 1.919.219,60

16	Instalação de Quadro Elétrico para até 12 disjuntores	27570	Unidade	133	R\$ 6.542,64	R\$ 870.171,12
17	Instalação de Quadro Elétrico para até 36 disjuntores	27570	Unidade	2	R\$ 7.321,48	R\$ 14.642,96
18	Identificação e fusão de cabo óptico - por fibra	27570	Unidade	136	R\$ 16.251,50	R\$ 2.210.204,00
19	Manutenção cabo óptico - por fibra	27570	Unidade	90	R\$ 6.302,61	R\$ 567.234,90
20	Instalação cabeamento de telefonia através de cabos CI50 de 10 pares	27570	Unidade	16	R\$ 2.674,15	R\$ 42.786,40
21	Elaboração de AS-BUILT	27570	Unidade	60	R\$ 752,98	R\$ 45.178,80

6.20.1.2. a contratação posterior de item específico exigirá prévia pesquisa de mercado e demonstração de sua vantagem para o órgão ou entidade contratante.

6.20.2. Nesta licitação para registro de preços, não será admitida a previsão de preços diferentes em razão de local de realização ou entrega, tamanho de lote ou qualquer outro motivo.

6.20.3. A negociação poderá ser feita com os demais licitantes, segundo a ordem de classificação inicialmente estabelecida, quando o primeiro colocado, mesmo após a negociação, for desclassificado em razão de sua proposta permanecer acima do orçamento estimado definido pela Administração.

6.20.4. A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.

6.20.5. O resultado da negociação será divulgado a todos os licitantes e anexado aos autos do processo licitatório.

6.20.6. O pregoeiro solicitará ao licitante mais bem classificado que, no prazo de 2 (duas) horas, envie a proposta adequada ao último lance ofertado após a negociação realizada, acompanhada, se for o caso, de documentos complementares, quando necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados.

6.20.7. É facultado ao pregoeiro prorrogar o prazo estabelecido, a partir de solicitação fundamentada feita no chat pelo licitante antes de findo o prazo, ou de ofício, a critério do pregoeiro, quando constatado que o prazo estabelecido não é suficiente para o envio da documentação exigida.

6.21. Após a negociação do preço, o pregoeiro iniciará a fase de aceitação e julgamento da proposta.

## 7. DA FASE DE JULGAMENTO

7.1. Encerrada a etapa de negociação, o pregoeiro verificará se o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar atende às condições de participação no certame, conforme previsto no [art. 14 da Lei nº 14.133, de 2021](#), na legislação correlata, e no item 3.6 deste Edital, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:

7.1.1. SICAF;

7.1.2. Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas - Ceis, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://portaldatransparencia.gov.br/sancoes/consulta>);

7.1.3. Cadastro Nacional de Empresas Punidas – Cnep, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://portaldatransparencia.gov.br/sancoes/consulta>);

7.1.4. Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Ato de Improbidade Administrativa e Inelegibilidade – CNCIAI, do Conselho Nacional de Justiça ([http://www.cnj.jus.br/improbidade\\_adm/consultar\\_requerido.php](http://www.cnj.jus.br/improbidade_adm/consultar_requerido.php));

- 
- 7.1.5. Sistema Eletrônico de Aplicação e Registro de Sanções Administrativas – e-Sanções (<http://www.esancoes.sp.gov.br>);
- 7.1.6. Relação de apenados publicada pelo Tribunal de Contas do Estado de São Paulo (<https://www.tce.sp.gov.br/apenados>); e
- 7.1.7. Cadastro Informativo de créditos não quitados do setor público federal – Cadin, de que trata a [Lei nº 10.522, de 2002](#), no que concerne à medida prevista no inciso I, alíneas “b” e “c”, do art. 13 da [Lei Complementar nº 225, de 2026](#).
- 7.2. Em relação a pessoa jurídica licitante, a consulta ao cadastro CNCIAI será realizada também quanto a seu sócio majoritário, por força do [art. 12 da Lei nº 8.429, de 1992](#).
- 7.3. Caso conste na Consulta de Situação do licitante a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o pregoeiro diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas ([Instrução Normativa SEGES/MPDG nº 3, de 2018, art. 29, caput](#), c/c [Decreto estadual nº 67.608, de 2023](#)).
- 7.3.1. A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros ([Instrução Normativa SEGES/MPDG nº 3, de 2018, art. 29, § 1º](#), c/c [Decreto estadual nº 67.608, de 2023](#)).
- 7.3.2. O licitante será convocado para manifestação previamente a uma eventual desclassificação ([Instrução Normativa SEGES/MPDG nº 3, de 2018, art. 29, § 2º](#), c/c [Decreto estadual nº 67.608, de 2023](#)).
- 7.3.3. Constatada a existência de sanção, o licitante será considerado inabilitado, por falta de condição de participação.
- 7.4. Caso atendidas as condições de participação, prosseguirá a análise da fase de julgamento da proposta classificada em primeiro lugar.
- 7.5. Caso o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar tenha se utilizado de algum tratamento favorecido a microempresas e empresas de pequeno porte, o pregoeiro verificará se faz jus ao benefício, em conformidade com os itens 3.5 e 4.4 deste Edital.
- 7.6. Verificadas as condições de participação e de utilização do tratamento favorecido, o pregoeiro examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação ao máximo estipulado para contratação neste Edital e em seus Anexos.
- 7.6.1. Se a proposta vencedora for desclassificada, o pregoeiro examinará a proposta subsequente, e, assim sucessivamente, na ordem de classificação.
- 7.6.2. Encerrada a fase de julgamento, caso se verifique a conformidade da proposta de que trata o item 7.6, o pregoeiro passará à verificação da documentação de habilitação do licitante conforme disposições do item 8.
- 7.7. Será desclassificada a proposta vencedora que:
- 7.7.1. conter vícios insanáveis;
- 7.7.2. não obedecer às especificações técnicas pormenorizadas neste Edital ou em seus Anexos;
- 7.7.3. apresentar preços inexequíveis ou permanecer acima do orçamento estimado definido para a contratação;
- 7.7.4. não tiver sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração;
- 7.7.5. apresentar desconformidade com quaisquer outras exigências deste Edital ou seus Anexos, desde que insanável.
- 7.8. Serão considerados indício de inexequibilidade das propostas valores inferiores a 50% (cinquenta por cento) do valor orçado pela Administração.
-

- 7.8.1. A inexecutabilidade, na hipótese de que trata a subdivisão acima, só será considerada após diligência do pregoeiro, que comprove:
  - 7.8.1.1. que o custo do licitante ultrapassa o valor da proposta; e
  - 7.8.1.2. inexistirem custos de oportunidade capazes de justificar o vulto da oferta.
- 7.9. Se houver indícios de inexecutabilidade da proposta de preço, ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, poderão ser efetuadas diligências, para que o licitante comprove a executabilidade da proposta.
- 7.10. Erros no preenchimento da planilha não constituem motivo para a desclassificação da proposta. A planilha poderá ser ajustada pelo fornecedor, no prazo indicado pelo sistema, desde que não haja majoração do preço e que se comprove que este é o bastante para arcar com todos os custos da contratação.
  - 7.10.1. O ajuste de que trata a subdivisão acima se limita ao saneamento de erros ou falhas que não alterem a substância das propostas.
  - 7.10.2. Considera-se erro no preenchimento da planilha passível de correção a indicação de recolhimento de impostos e contribuições na forma do Simples Nacional, quando não cabível esse regime.
- 7.11. Para fins de análise da proposta quanto ao cumprimento das especificações do objeto, poderá ser colhida a manifestação escrita do setor requisitante ou da área especializada no objeto.

## **8. DA FASE DE HABILITAÇÃO**

- 8.1. Os documentos que serão exigidos para fins de habilitação estão especificados no Anexo I deste Edital, consistindo na documentação necessária e suficiente para demonstrar a capacidade do licitante de realizar o objeto da licitação, nos termos dos [arts. 62 a 70 da Lei nº 14.133, de 2021](#).
  - 8.1.1. A documentação exigida para fins de habilitação jurídica, fiscal, social e trabalhista e econômico-financeira poderá ser substituída pelo registro cadastral no Sicafe.
  - 8.1.2. Nesta licitação, não haverá exigência de que o licitante ateste, sob pena de inabilitação, que conhece o local e as condições de realização do objeto, ou que tem conhecimento pleno das condições e peculiaridades da contratação.
  - 8.1.3. Se for permitida a participação de pessoas jurídicas em consórcio em subdivisão do item 3, para efeito de habilitação técnica, caso exigida na documentação que integra este Edital como Anexo, será admitido o somatório dos quantitativos de cada consorciado e, para efeito de habilitação econômico-financeira, caso exigida na documentação que integra este Edital como Anexo, será admitido o somatório dos valores de cada consorciado.
    - 8.1.3.1. Na hipótese de admissão da participação de pessoas jurídicas em consórcio e exigência de requisito(s) de habilitação econômico-financeira de que trata a subdivisão acima, se o consórcio não for formado integralmente por microempresas ou empresas de pequeno porte, haverá um acréscimo de 20% (vinte por cento) para o consórcio em relação ao valor exigido dos licitantes individuais para habilitação econômico-financeira.
  - 8.1.4. Se o licitante for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz, e se o licitante for a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto para atestados de capacidade técnica, caso exigidos, e no caso daqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz.
- 8.2. Os documentos exigidos para fins de habilitação poderão ser apresentados em original ou por cópia.
- 8.3. Os documentos exigidos para fins de habilitação poderão ser substituídos por registro cadastral emitido por órgão ou entidade pública, desde que o registro tenha sido feito em obediência ao disposto na [Lei nº 14.133, de 2021](#).

- 
- 8.4. Será verificado se o licitante apresentou declaração de que atende aos requisitos de habilitação, e o declarante responderá pela veracidade das informações prestadas, na forma da lei ([art. 63, I, da Lei nº 14.133, de 2021](#)).
- 8.5. Será verificado se o licitante apresentou no sistema, sob pena de inabilitação, a declaração de que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.
- 8.6. O licitante deverá apresentar, sob pena de desclassificação, declaração de que sua proposta econômica compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na [Constituição Federal](#), nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas.
- 8.7. A habilitação será verificada por meio do Sicaf, quanto aos documentos por ele abrangidos.
- 8.7.1. Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos mediante apresentação dos documentos originais não-digitais quando houver dúvida em relação à integridade do documento digital ou quando a lei expressamente o exigir ([Instrução Normativa SEGES/MPDG nº 3, de 2018, art. 4º, § 1º, e art. 6º, § 4º](#), c/c [Decreto estadual nº 67.608, de 2023](#)).
- 8.8. É de responsabilidade do licitante conferir a exatidão dos seus dados cadastrais no Sicaf e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados ([Instrução Normativa SEGES/MPDG nº 3, de 2018, art. 7º, caput](#), c/c [Decreto estadual nº 67.608, de 2023](#)).
- 8.8.1. A não observância do disposto na subdivisão acima poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação ([Instrução Normativa SEGES/MPDG nº 3, de 2018, art. 7º, parágrafo único](#), c/c [Decreto estadual nº 67.608, de 2023](#)).
- 8.9. A verificação pelo pregoeiro, em sítios eletrônicos oficiais de órgãos e entidades emissores de certidões constitui meio legal de prova, para fins de habilitação.
- 8.9.1. Os documentos exigidos para habilitação que não estejam contemplados no Sicaf serão enviados por meio do sistema, em formato digital, no prazo de 2 (*duas*) horas, prorrogável por igual período, contado da solicitação do pregoeiro.
- 8.10. A verificação no Sicaf ou a exigência dos documentos nele não contidos somente será feita em relação ao licitante vencedor.
- 8.10.1. Os documentos relativos à regularidade fiscal especificados na documentação que integra este Edital como Anexo somente serão exigidos, em qualquer caso, em momento posterior ao julgamento das propostas, e apenas do licitante mais bem classificado.
- 8.11. Após a entrega dos documentos para habilitação, não será permitida a substituição ou a apresentação de novos documentos, salvo em sede de diligência, para ([Lei nº 14.133, de 2021, art. 64](#)):
- 8.11.1. complementação de informações acerca dos documentos já apresentados pelos licitantes e desde que necessária para apurar fatos existentes à época da abertura do certame; e
- 8.11.2. atualização de documentos cuja validade tenha expirado após a data de recebimento das propostas.
- 8.12. Na análise dos documentos de habilitação, o pregoeiro poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância dos documentos e sua validade jurídica, mediante decisão fundamentada, registrada em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes eficácia para fins de habilitação e classificação.
- 8.13. Na hipótese de o licitante não atender às exigências para habilitação, o pregoeiro examinará a proposta subsequente e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda ao presente Edital, observado o prazo definido no item 8.9.1.
- 8.14. Somente serão disponibilizados para acesso público os documentos de habilitação do licitante cuja proposta atenda ao Edital de licitação, após concluídos os procedimentos de que trata a subdivisão anterior.
-



- 8.15. A comprovação de regularidade fiscal e trabalhista das microempresas, das empresas de pequeno porte e das cooperativas que atendam ao disposto no art. 34 da Lei nº 11.488, de 2007 somente será exigida para efeito de contratação, e não como condição para participação na licitação, exceto na hipótese em que o objeto tenha valor estimado superior ao limite estabelecido nos §§ 1º e 3º do art. 4º da Lei nº 14.133, de 2021, conforme seja especificado, quando houver, em subdivisão do item 3.5 .
- 8.15.1. Havendo alguma restrição no que tange à regularidade fiscal e trabalhista, o licitante habilitado nas condições da subdivisão acima deverá comprovar sua regularização sob pena de decadência, sem prejuízo da aplicação das sanções cabíveis, mediante a apresentação das competentes certidões negativas de débitos, ou positivas com efeito de negativa, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, contado a partir do momento em que o licitante for declarado vencedor do certame, prorrogável por igual período, a critério da Administração .
- 8.16. A disciplina da adjudicação e da homologação encontra-se no item 14 deste Edital.

## **9. DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS**

- 9.1. Homologado o resultado da licitação, o licitante mais bem classificado terá o prazo de 5 (cinco) dias, contados a partir da data de sua convocação, para assinar a Ata de Registro de Preços, conforme minuta que integra este Edital como Anexo, sob pena de decadência do direito, sem prejuízo das sanções previstas na [Lei nº 14.133, de 2021](#).
- 9.1.1. O prazo de convocação poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, mediante solicitação do licitante mais bem classificado ou do fornecedor convocado, desde que:
- a) a solicitação seja devidamente justificada e apresentada dentro do prazo; e
  - b) a justificativa apresentada seja aceita pela Administração.
- 9.1.2. A ata de registro de preços será assinada com a utilização de meio eletrônico, nos termos da legislação aplicável, e disponibilizada no sistema de registro de preços.
- 9.2. Serão formalizadas tantas Atas de Registro de Preços quantas forem necessárias para o registro de todos os itens constantes na documentação que integra este Edital, com a indicação do licitante vencedor, a descrição do(s) item(ns), as respectivas quantidades, preços registrados e demais condições.
- 9.3. O preço registrado, com a indicação dos fornecedores, será divulgado no PNCP e disponibilizado durante a vigência da ata de registro de preços.
- 9.4. A existência de preços registrados implicará compromisso de fornecimento nas condições estabelecidas, mas não obrigará a Administração a contratar, facultada a realização de licitação específica para a contratação pretendida, desde que devidamente justificada.
- 9.5. Na hipótese de o convocado não assinar a ata de registro de preços no prazo e nas condições estabelecidas neste item 9, a Administração poderá convocar os licitantes remanescentes do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo e nas condições propostas pelo primeiro classificado, observado o disposto no item 10 deste Edital.

## **10. DA FORMAÇÃO DO CADASTRO DE RESERVA**

- 10.1. Após a homologação da licitação, será incluído na ata, na forma de anexo, o registro:
- a) dos licitantes que aceitarem cotar o objeto com preço igual ao do adjudicatário, observada a classificação na licitação; e
  - b) dos licitantes que mantiverem sua proposta original.
- 10.2. As contratações respeitarão a ordem de classificação dos licitantes registrados na ata.



- 10.2.1. A apresentação de novas propostas dos licitantes que aceitarem cotar o objeto com preço igual ao do adjudicatário na forma da alínea “a” da subdivisão anterior não prejudicará o resultado do certame em relação ao licitante mais bem classificado.
- 10.2.2. Os licitantes que aceitarem cotar o objeto com preço igual ao do adjudicatário antecederão, na ordem de classificação, aqueles que mantiverem sua proposta original.
- 10.3. A fase de apresentação de amostra(s) que seja exigida na documentação que integra este Edital, quando houver, e a habilitação dos licitantes que comporão o cadastro de reserva será(ão) efetuada(s) quando houver necessidade de contratação dos licitantes remanescentes, nas seguintes hipóteses:
- a) quando o licitante vencedor não assinar a ata de registro de preços no prazo e nas condições estabelecidos neste Edital; ou
  - b) quando houver o cancelamento do registro do fornecedor ou o cancelamento parcial do registro de preços, nas hipóteses previstas no item 9 da Ata de Registro de Preços, conforme minuta que integra este Edital como Anexo.
- 10.4. Na hipótese de nenhum dos licitantes que aceitaram cotar o objeto com preço igual ao do adjudicatário concordar com a contratação em igual prazo e nas condições propostas pelo primeiro classificado, a Administração, observados o valor estimado e a sua eventual atualização na forma prevista na documentação que integra este Edital, poderá:
- a) convocar os licitantes que mantiveram sua proposta original para negociação, na ordem de classificação, com vistas à obtenção de preço melhor, mesmo que acima do preço do adjudicatário;
  - b) adjudicar e celebrar a contratação nas condições ofertadas pelos licitantes remanescentes, observados o disposto neste item 10 e a ordem de classificação, quando frustrada a negociação de melhor condição.

## **11. DOS RECURSOS**

- 11.1. A interposição de recurso referente ao julgamento das propostas, à habilitação ou inabilitação de licitantes, à anulação ou revogação da licitação, observará o disposto no [art. 165 da Lei nº 14.133, de 2021](#).
- 11.2. O prazo recursal é de 3 (três) dias úteis, contados da data de intimação ou de lavratura da ata.
- 11.3. Quando o recurso apresentado impugnar o julgamento das propostas ou o ato de habilitação ou inabilitação do licitante:
- 11.3.1. a intenção de recorrer deverá ser manifestada imediatamente, sob pena de preclusão;
  - 11.3.2. o prazo para a manifestação da intenção de recorrer não será inferior a 10 (dez) minutos;
  - 11.3.3. o prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação ou de lavratura da ata de habilitação ou inabilitação.
- 11.4. Os recursos deverão ser encaminhados em campo próprio do sistema.
- 11.5. O recurso será dirigido à autoridade que tiver editado o ato ou proferido a decisão recorrida, a qual poderá reconsiderar sua decisão no prazo de 3 (três) dias úteis, ou, nesse mesmo prazo, encaminhar o recurso para a autoridade superior, a qual deverá proferir sua decisão no prazo de 10 (dez) dias úteis, contado do recebimento dos autos.
- 11.6. Os recursos interpostos fora do prazo não serão conhecidos.
- 11.7. O prazo para apresentação de contrarrazões ao recurso pelos demais licitantes será de 3 (três) dias úteis, contados da data da intimação pessoal ou da divulgação da interposição do recurso, assegurada a vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.
- 11.8. O recurso terá efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

- 11.9. O acolhimento do recurso invalida tão somente os atos insuscetíveis de aproveitamento.
- 11.10. Os autos do processo permanecerão com vista franqueada aos interessados pelo meio eletrônico SEI – Sistema Eletrônico de Informações.

## **12. DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES (art.92, XIV)**

12.1. Comete infração administrativa, nos termos da lei, o licitante ou Contratado que, com dolo ou culpa:

- a) der causa à inexecução parcial do contrato;
- b) der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- c) der causa à inexecução total do contrato;
- d) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;
- e) apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;
- f) praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- g) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- h) praticar ato lesivo previsto no art. 5º da [Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013](#).

12.1.1. Garantida a prévia defesa, serão aplicadas ao Contratado que incorrer nas infrações acima descritas as seguintes sanções:

12.1.2. **Advertência**, se o Contratado der causa à inexecução parcial do contrato, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave ([art. 156, § 2º, da Lei nº 14.133, de 2021](#));

12.1.3. **Impedimento de licitar e contratar**, se praticadas as condutas descritas nas alíneas “b”, “c” e “d” da subdivisão anterior desta cláusula, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave ([art. 156, § 4º, da Lei nº 14.133, de 2021](#));

12.1.4. **Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar**, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “e”, “f”, “g” e “h” da subdivisão anterior desta cláusula, bem como nas alíneas “b”, “c” e “d” da referida subdivisão, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave ([art. 156, § 5º, da Lei nº 14.133, de 2021](#)).

12.1.5. **Multa**, calculada nas seguintes condições:

- a) Multa de 20% (vinte por cento) sobre o valor do contrato, na hipótese de inexecução total e/ou por sua não assinatura;
- b) Multa de 10% (dez por cento) sobre a parcela não cumprida do contrato, pela inexecução parcial;
- c) Multa de 1% (um por cento) por dia de atraso na execução do objeto do contrato calculada sobre o valor da parcela executada com atraso, até o 10º dia de atraso;
- d) Multa de 2% (dois por cento) por dia de atraso na execução do objeto do contrato calculada sobre o valor da parcela executada com atraso, a partir do 11º dia de atraso;
- e) Multa de 5% (cinco por cento) sobre o valor do contrato, na hipótese de descumprimento de qualquer das condições ajustadas cujas sanções não estejam previstas nesta cláusula;

12.1.6. As multas previstas nas alíneas “b”, “c”, “d” e “e” desta cláusula são cumulativas e serão aplicadas até o limite de 30% (trinta por cento) do valor total do contrato, com a possibilidade de extinção do mesmo.

- 12.1.7. A aplicação das sanções previstas neste Contrato não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao Contratante ([art. 156, § 9º, da Lei nº 14.133, de 2021](#)).
- 12.1.8. A multa poderá ser aplicada cumulativamente com as demais sanções previstas neste Contrato ([art. 156, § 7º, da Lei nº 14.133, de 2021](#)).
- 12.1.9. Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação ([art. 157 da Lei nº 14.133, de 2021](#)).
- 12.1.10. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada, caso exigida na documentação que integra este instrumento, ou, quando for o caso, será cobrada judicialmente ([art. 156, § 8º, da Lei nº 14.133, de 2021](#)).
- 12.1.11. A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto no caput e parágrafos do [art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021](#), para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.
- 12.1.12. As sanções são autônomas e a aplicação de uma não exclui a de outra.
- 12.1.13. Os atos previstos como infrações administrativas na [Lei nº 14.133, de 2021](#), ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na [Lei nº 12.846, de 2013](#), serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei ([art. 159 da Lei nº 14.133, de 2021](#)).
- 12.1.14. A personalidade jurídica do Contratado poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos na [Lei nº 14.133, de 2021](#), ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, a pessoa jurídica sucessora ou a empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o sancionado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia ([art. 160 da Lei nº 14.133, de 2021](#)).
- 12.1.15. O Contratante deverá, no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ele aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (Ceis) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (Cnep), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal ([Art. 161 da Lei nº 14.133, de 2021](#)).
- 12.1.16. As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do [art. 163 da Lei nº 14.133, de 2021](#).

### **13. DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO**

- 13.1. Qualquer pessoa é parte legítima para impugnar este Edital por irregularidade na aplicação da [Lei nº 14.133, de 2021](#), ou para solicitar esclarecimento sobre os seus termos, devendo protocolar a impugnação ou o pedido de esclarecimento até 3 (três) dias úteis antes da data da abertura do certame.
- 13.2. A impugnação e o pedido de esclarecimento poderão ser realizados por forma eletrônica, pelo e-mail [sli.pregao@fde.sp.gov.br](mailto:sli.pregao@fde.sp.gov.br)
- 13.3. As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame.
- 13.3.1. A concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional, e, caso ocorra, será motivada nos autos do processo de licitação.
- 13.4. A decisão da impugnação ou a resposta ao pedido de esclarecimento serão divulgadas em sítio eletrônico oficial conforme especificado na subdivisão subsequente, no prazo de até 3 (três) dias úteis, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame.

- 13.4.1. As decisões das impugnações e as respostas aos pedidos de esclarecimento serão juntadas aos autos do processo licitatório, ficarão disponíveis para consulta por qualquer interessado, e serão publicadas no sistema e no(s) sítio(s) eletrônico(s) na Internet [www.compras.gov.br](http://www.compras.gov.br) e [www.fde.sp.gov.br](http://www.fde.sp.gov.br) sem informar a identidade do responsável pela impugnação ou pelo pedido de esclarecimento.
- 13.5. Acolhida a impugnação, será definida e publicada nova data para a realização do certame, exceto quando a alteração não comprometer a formulação das propostas.
- 13.6. A ausência de impugnação implicará na aceitação tácita, pelo licitante, das condições previstas neste Edital e em seus Anexos.
- 13.7. A ausência de pedido de esclarecimento implicará na presunção de que os interessados não tiveram dúvidas a respeito da presente licitação, razão pela qual não serão admitidos questionamentos extemporâneos.

#### **14. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS**

- 14.1. Exaurida a fase recursal, será observado o disposto no art. 71 da [Lei nº 14.133, de 2021](#).
- 14.1.1. Constatada a regularidade dos atos praticados, a autoridade superior adjudicará o objeto da licitação ao licitante vencedor e homologará o procedimento licitatório.
- 14.2. A disciplina da formalização da contratação observará o disposto nas subdivisões deste item 14.2.
- 14.2.1. Após a homologação da licitação, em sendo realizada a contratação, sua formalização ocorrerá mediante a assinatura de Termo de Contrato cuja minuta integra este Edital como Anexo.
- 14.2.1.1. Se, por ocasião da formalização da contratação, algum dos documentos apresentados pelo adjudicatário para fins de comprovação das condições de habilitação estiver com o prazo de validade expirado, a Administração verificará a situação por meio eletrônico hábil de informações e certificará a regularidade nos autos do processo, anexando a ele os documentos comprobatórios, salvo impossibilidade devidamente justificada.
- 14.2.1.2. Se não for possível atualizar os documentos referidos na subdivisão acima por meio eletrônico hábil de informações, o adjudicatário será notificado para, no prazo de 02 (dois) dias úteis, comprovar a sua situação de regularidade mediante a apresentação das certidões respectivas com prazos de validade em plena vigência, sob pena de a contratação não se realizar.
- 14.2.1.3. Constitui condição para a celebração da contratação, bem como para a realização dos pagamentos dela decorrentes, a inexistência de registros em nome do adjudicatário no “Cadastro Informativo dos Créditos não Quitados de Órgãos e Entidades Estaduais – Cadin estadual”, de que trata a [Lei estadual nº 12.799, de 2008](#). Esta condição será considerada cumprida se o devedor comprovar que os respectivos registros se encontram suspensos, nos termos do art. 8º, §§ 1º e 2º, da [Lei estadual nº 12.799, de 2008](#).
- 14.2.1.4. Com a finalidade de verificar se o licitante mantém as condições de participação no certame, serão novamente consultados, previamente à celebração da contratação, os cadastros especificados no item 7.1 deste Edital.
- 14.2.1.5. Constitui(em), igualmente, condição(ões) para a celebração da contratação:
- 14.2.1.5.1. a apresentação do(s) documento(s) que deva(m) ser exibido(s) pelo adjudicatário anteriormente ou por ocasião da celebração da contratação, caso exigida em disposição(ões) ou declaração(ões) específica(s) que esteja(m) prevista(s) neste instrumento ou na documentação que o integra como Anexo;

- 14.2.1.5.2. a indicação de gestor encarregado de representar o adjudicatário com exclusividade perante o Contratante, caso se trate de sociedade cooperativa;
- 14.2.2. O adjudicatário terá o prazo de 5 (cinco) dias, contados a partir da data de sua convocação, para assinar o Termo de Contrato, sob pena de decadência do direito, sem prejuízo das sanções previstas na [Lei nº 14.133, de 2021](#).
- 14.2.2.1. O contrato será assinado com a utilização de meio eletrônico, nos termos da legislação aplicável.
- 14.2.2.2. O prazo para assinatura previsto na subdivisão anterior poderá ser prorrogado por igual período, por solicitação justificada do interessado e aceita pela Administração.
- 14.2.2.3. Será considerado celebrado o contrato, em caso de assinaturas por meio eletrônico em datas diferentes, na data da última assinatura eletrônica das partes do termo contratual.
- 14.2.4. Na hipótese de o vencedor da licitação não comprovar manter as condições de habilitação e preencher as condições de contratação consignadas neste Edital, ou não assinar o contrato, ou recusar a contratação, a Administração, sem prejuízo da apuração do cabimento de aplicação de sanções e das demais cominações legais cabíveis a esse licitante, poderá convocar os licitantes remanescentes, respeitada a ordem de classificação, para a celebração do contrato em conformidade com o procedimento e as condições estabelecidas no art. 90 da [Lei nº 14.133, de 2021](#).
- 14.2.5. Será facultada à Administração a convocação dos demais licitantes classificados para a contratação de remanescente em consequência de rescisão de contrato celebrado com fundamento nesta licitação, observados os critérios estabelecidos no § 7º do art. 90 da [Lei nº 14.133, de 2021](#).
- 14.3. Será divulgada ata da sessão pública no sistema eletrônico.
- 14.4. Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o 1º (primeiro) dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário, pelo pregoeiro.
- 14.5. Todas as referências de tempo no Edital, no aviso e durante a sessão pública observarão o horário de Brasília - DF.
- 14.6. A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação.
- 14.7. As normas disciplinadoras da licitação serão interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse público, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.
- 14.8. Os casos omissos serão solucionados pelo pregoeiro.
- 14.9. Os licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.
- 14.10. Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente na Administração.
- 14.11. No julgamento das propostas e da habilitação, o pregoeiro poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas, dos documentos e sua validade jurídica, mediante decisão fundamentada, registrada em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes validade e eficácia para fins de habilitação e classificação.

- 
- 14.11.1. As falhas passíveis de saneamento na documentação apresentada pelo licitante são aquelas cujo conteúdo retrate situação fática ou jurídica já existente na data da abertura da sessão pública deste Pregão.
- 14.11.2. O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento do licitante, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observados os princípios da isonomia e do interesse público, nos termos do inc. III do art. 12 da [Lei nº 14.133, de 2021](#).
- 14.12. Em relação à disciplina acerca de programas de integridade, será observado o disposto no [Decreto estadual nº 69.861, de 11 de setembro de 2025](#), e na [Resolução CGE nº 4, de 27 de fevereiro de 2026](#), quando for o caso.
- 14.13. Caso seja vencedor da licitação, o licitante a ser contratado estará sujeito à assinatura de Termo de Ciência e de Notificação, quando prevista a sua apresentação em ato normativo editado pelo Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, conforme a disciplina aplicável.
- 14.14. O Edital e seus anexos estão disponíveis, na íntegra, no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) e no sítio eletrônico [www.fde.sp.gov.br](http://www.fde.sp.gov.br) – opção licitações.
- 14.15. Para dirimir quaisquer questões decorrentes da licitação, não resolvidas na esfera administrativa, será competente o foro da Comarca da Capital do Estado de São Paulo.
- 14.16. Integram este Edital, para todos os fins e efeitos, os seguintes Anexos:
- ANEXO I - TERMO DE REFERÊNCIA;
- ANEXO II - ATA DE REGISTRO DE PREÇO
- ANEXO III - CADASTRO RESERVA
- ANEXO IV – MINUTA DE TERMO DE CONTRATO
- ANEXO V – MODELO(S) DE DECLARAÇÃO(ÕES);
- ANEXO VI – TERMO DE CIÊNCIA E NOTIFICAÇÃO DO TCE/SP

**SÃO PAULO, 18 de maio de 2026.**

**JOÃO PAULO DE AQUINO**  
SUBSCRITOR DO EDITAL  
GERÊNCIA DE LICITAÇÕES



**ANEXO I - TERMO DE REFERÊNCIA  
FUNDAÇÃO PARA O DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO**

**Processo SEI nº: 229.00018415/2025-95**

**1. CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO**

- 1.1. Registro de preços para contratação futura de serviço de infraestrutura que compreende os serviços de manutenção, instalação, desinstalação e remanejamento em rede lógica, elétrica e de telefonia, com garantia pelo período de 12 (doze) meses, para atendimento das demandas da FDE e SEDUC, nos termos da tabela abaixo, conforme condições e exigências estabelecidas neste Termo de Referência, de acordo com as subdivisões na forma de itens que compõem este instrumento.

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	CATSER	UNIDADE DE MEDIDA	QTDE TOTAL	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
1	Vistoria	27570	Unidade	182	R\$ 894,29	R\$ 162.760,78
2	Instalação de Rack de 12U	27570	Unidade	302	R\$ 2.167,88	R\$ 654.699,76
3	Instalação de Rack de 24U	27570	Unidade	161	R\$ 4.913,01	R\$ 790.994,61
4	Instalação de Rack de 44U	27570	Unidade	7	R\$ 8.134,58	R\$ 56.942,06
5	Manutenção de Rack	27570	Unidade	67	R\$ 1.715,93	R\$ 114.967,31
6	Remanejamento de rack de 12, 24 E 44 US	27570	Unidade	15	R\$ 1.594,96	R\$ 23.924,40
7	Desinstalação de ponto de rede, elétrica e rack existente	27570	Unidade	12.600	R\$ 72,00	R\$ 907.200,00
8	Preparação para entrada de link	27570	Unidade	143	R\$ 3.518,19	R\$ 503.101,17
9	Instalação de ponto lógico CAT5E Identificação e conectorização de pontos UTP 04 pares	27570	Unidade	22.614	R\$ 2.037,45	R\$ 46.074.894,30
10	Instalação de ponto lógico CAT6 Identificação e conectorização de pontos UTP 04 pares	27570	Unidade	13.673	R\$ 2.802,91	R\$ 38.324.188,43
11	Manutenção de ponto de rede CAT5E existente	27570	Unidade	1.727	R\$ 1.511,07	R\$ 2.609.617,89
12	Manutenção de ponto de rede CAT6 existente	27570	Unidade	652	R\$ 2.110,92	R\$ 1.376.319,84
13	Remanejamento de ponto existente de dados ou elétrica	27570	Unidade	402	R\$ 1.472,56	R\$ 591.969,12
14	Instalação de ponto elétrico	27570	Unidade	35.189	R\$ 924,90	R\$ 32.546.306,10
15	Manutenção de ponto elétrico existente	27570	Unidade	2.060	R\$ 931,66	R\$ 1.919.219,60
16	Instalação de Quadro Elétrico para até 12 disjuntores	27570	Unidade	133	R\$ 6.542,64	R\$ 870.171,12
17	Instalação de Quadro Elétrico para até 36 disjuntores	27570	Unidade	2	R\$ 7.321,48	R\$ 14.642,96
18	Identificação e fusão de cabo óptico - por fibra	27570	Unidade	136	R\$ 16.251,50	R\$ 2.210.204,00
19	Manutenção cabo óptico - por fibra	27570	Unidade	90	R\$ 6.302,61	R\$ 567.234,90
20	Instalação cabeamento de telefonia através de cabos CI50 de 10 pares	27570	Unidade	16	R\$ 2.674,15	R\$ 42.786,40
21	Elaboração de AS-BUILT	27570	Unidade	60	R\$ 752,98	R\$ 45.178,80
					<b>Total</b>	<b>R\$ 130.407.323,55</b>

- 1.1.1. Em caso de eventual divergência entre a descrição do item do catálogo do sistema Compras.gov.br e as disposições deste Termo de Referência, prevalecem as disposições deste Termo de Referência.
- 1.1.2. Este Termo de Referência foi elaborado em conformidade com o Decreto estadual nº 68.185, de 11 de dezembro de 2023.
- 1.1.3. O objeto desta contratação não se enquadra como serviços de luxo, observando o disposto no Decreto estadual nº 67.985, de 27 de setembro de 2023.
- 1.2. Os serviços objeto desta contratação são caracterizados como serviços comuns, conforme justificativa constante do Estudo Técnico Preliminar, elaborado nos termos do Decreto estadual nº 68.017, de 11 de outubro de 2023.
- 1.3. O prazo de vigência contratual compreenderá o período necessário para a execução do objeto, conforme o prazo estabelecido na TABELA DE RAZOABILIDADE DAS DEMANDAS constante ao ADENDO I – ESPECIFICAÇÃO TÉCNICA deste Termo de Referência, acrescido de 60 (sessenta) dias corridos, contados a partir da data do recebimento definitivo do objeto contratado.
- 1.4. O prazo de vigência é de 12 (doze) meses, contados do(a) assinatura da Ata de Registro de Preço, na forma do artigo 105 da Lei nº 14.133, de 2021.
- 1.5. A Ata de Registro de Preços resultante deste procedimento licitatório terá vigência de 12 (doze) meses, contados a partir da data de sua assinatura, conforme o disposto no art. 84 da Lei nº 14.133/2021.
  - 1.5.1. A vigência desta Ata de Registro de Preços, poderá ser prorrogada, por igual período, desde que comprovado o preço vantajoso, conforme o disposto no art. 84 da Lei nº 14.133/2021, bem como a renovação do quantitativo registrado, mediante justificativa formal de vantajosidade e comprovação de que os preços registrados permanecem compatíveis com o mercado.
- 1.6. O contrato estabelece a disciplina que será aplicada em relação à vigência da contratação.

#### **Subcontratação**

- 1.7. É admitida a subcontratação parcial do objeto até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor total do contrato.
  - 1.7.1. Em qualquer hipótese de subcontratação, permanece a responsabilidade integral do Contratado pela perfeita execução contratual, cabendo-lhe realizar a supervisão e coordenação das atividades do subcontratado, bem como responder direta e solidariamente perante o Contratante pelo rigoroso cumprimento das obrigações contratuais correspondentes ao objeto da subcontratação.
  - 1.7.2. A subcontratação será formalizada de acordo com o seguinte procedimento:
    - 1.7.2.1. Submissão, pelo Contratado, de pedido por escrito e fundamentado de subcontratação parcial, contendo descrição da parcela do objeto que se pretende subcontratar, acompanhado de planilha detalhada demonstrando a quantidade e o valor da parcela a ser subcontratada;
    - 1.7.2.2. Autorização prévia do Contratante, por escrito, para a subcontratação parcial, desde que seja verificado o cumprimento dos requisitos necessários para a subcontratação;
    - 1.7.2.3. Apresentação pelo Contratado dos documentos do subcontratado de regularidade jurídica, fiscal, social e trabalhista exigidos na habilitação do certame, bem como de documentação que comprove a capacidade técnica do subcontratado, nos termos do art. 122, § 1º, da Lei nº 14.133, de 2021;
    - 1.7.2.4. Análise e autorização da subcontratação parcial pelo Contratante, por escrito, desde que verificado o preenchimento dos requisitos após exame da documentação do subcontratado apresentada pelo Contratado. O Contratado poderá substituir o subcontratado cuja regularidade e capacidade técnica não sejam demonstradas conforme a documentação exigida na subdivisão anterior, mantido o objeto, no prazo que lhe for assinalado pelo Contratante;
    - 1.7.2.5. Apresentação pelo Contratado de cópia do Termo de Subcontratação ou ajuste equivalente celebrado entre o Contratado e o subcontratado, o qual será juntado aos autos do processo administrativo
    - 1.7.2.6. Este procedimento é aplicável às hipóteses de substituição do subcontratado.
  - 1.7.3. Os pagamentos serão realizados exclusivamente ao Contratado.
  - 1.7.4. É vedada a subcontratação de pessoa física ou jurídica, se aquela ou os dirigentes desta mantiverem vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou se deles forem

cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral, ou por afinidade, até o terceiro grau.".

## **2. FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO**

- 2.1. A Fundamentação da Contratação e de seus quantitativos encontra-se pormenorizada em Tópico específico do Estudo Técnico Preliminar, que em suma descreve a necessidade da contratação para dispor uma infraestrutura tecnológica e elétrica resiliente, segura e de alta performance, com cabeamento lógico e elétrico, para dar suporte às ações educacionais da SEDUC. Essa infraestrutura é fundamental para garantir a continuidade das operações, a qualidade do ensino e a eficácia das atividades administrativas e pedagógicas em mais de 5.200 unidades escolares no Estado de São Paulo, que dependem de recursos digitais e enfrentam desafios como ampliações, desgaste natural, manutenção e reformas.
- 2.2. O objeto da contratação está previsto no Plano de Contratações Anual 2026, nos termos do Decreto estadual nº 67.689, de 3 de maio de 2023, conforme detalhamento a seguir:
  - I) ID PCA no PNCP: 9/2026;
  - II) Data de publicação no PNCP: 27/01/2025;
  - III) Id do item no PCA: 81101-144/2025;
  - IV) Classe/grupo: 165;
  - V) Identificador da Futura Contratação: nº SEI 229.00018415/2025-95.

## **3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO CONSIDERADO O CICLO DE VIDA DO OBJETO**

- 3.1. A descrição da solução como um todo encontra-se pormenorizada em tópico específico do Estudo Técnico Preliminar, que discorre acerca da contratação de serviços de infraestrutura com manutenção, instalação, desinstalação e remanejamento em rede lógica, elétrica e de telefonia em imóveis das unidades escolares da rede estadual de ensino do estado de São Paulo, diretorias de ensino, órgãos centrais e participantes, em observância às normas vigentes, em especial ao contido no artigo 18 §1º da Lei nº 14.133/2021 e aos princípios que regem a Administração Pública.
  - 3.1.1. As especificações dos serviços envolvidos na solução encontram-se pormenorizadas no ADENDO I – ESPECIFICAÇÃO TÉCNICA;

## **4. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO**

### **Sustentabilidade**

- 4.1. Além dos critérios de sustentabilidade eventualmente inseridos na descrição do objeto, devem ser atendidos os seguintes requisitos:
  - 4.1.1. Estar em conformidade com todas as leis e regulamentos ambientais aplicáveis, no que couber.
  - 4.1.2. Deverá ser observada a Lei Estadual nº 13.798, de 2009, que instituiu a Política Estadual de Mudanças Climáticas - PEMC, tem por objetivo geral estabelecer o compromisso do Estado frente ao desafio das mudanças climáticas globais, dispor sobre as condições para as adaptações necessárias aos impactos derivados das mudanças climáticas e contribuir para reduzir ou estabilizar a concentração dos gases de efeito estufa na atmosfera.
  - 4.1.3. Deve ser observado o disposto no Decreto Estadual nº 53.336/2008, que institui o Programa Estadual de Contratações Públicas Sustentáveis

### **Garantia da contratação**

- 4.2. Será exigida a garantia da contratação de que tratam os arts. 96 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021, no percentual e condições descritas nas cláusulas do contrato.
- 4.3. No prazo de convocação para formalização da contratação, e anteriormente à celebração da contratação, o fornecedor deverá prestar garantia, podendo optar por uma das seguintes modalidades:
  - I) **Caução em dinheiro.** A garantia em dinheiro deverá ser efetuada mediante depósito bancário em favor do Contratante no Banco do Brasil, em conta que contemple a correção monetária do valor depositado.
  - II) **Caução em títulos da dívida pública.** Serão admitidos apenas títulos da dívida pública emitidos sob a forma escritural, mediante registro em sistema centralizado de liquidação e de custódia autorizado pelo Banco Central do Brasil e avaliados pelos seus valores econômicos,

conforme definido pelo Ministério competente.

- III) **Fiança bancária.** Feita a opção pela fiança bancária, no instrumento deverá constar a renúncia expressa do fiador aos benefícios do artigo 827 do Código Civil. Será admitida fiança bancária emitida por banco ou instituição financeira devidamente autorizada a operar no País pelo Banco Central do Brasil.
- IV) **Seguro-garantia.** A apólice de seguro-garantia somente será aceita se contemplar todos os eventos indicados em conformidade com a subdivisão posterior, observada a legislação que rege a matéria. Caso tal cobertura não conste expressamente da apólice, o fornecedor vencedor poderá apresentar declaração firmada pela seguradora emitente afirmando que o seguro-garantia apresentado é suficiente para a cobertura de todos os eventos indicados em conformidade com a subdivisão posterior, observada a legislação que rege a matéria.
- V) **Título de capitalização.** Serão admitidos apenas títulos de capitalização conforme a modalidade instrumento de garantia custeados por pagamento único, com resgate pelo valor total, emitidos com observância da legislação que rege a matéria.
- 4.3.1. A não prestação da garantia equivale à recusa injustificada de formalização da contratação, caracterizando descumprimento total da obrigação assumida e sujeitando o fornecedor vencedor às sanções previstas nas normas pertinentes.

4.4. O contrato estabelece a disciplina que será aplicada em relação à garantia da contratação.

#### **Vistoria**

- 4.5. A avaliação prévia do local de execução dos serviços é imprescindível para o conhecimento pleno das condições e peculiaridades do objeto a ser contratado, sendo assegurado ao interessado o direito de realização de vistoria prévia, acompanhado por servidor designado para esse fim, de segunda à sexta-feira, das 08 (oito) horas às 16 (dezesseis) horas. Serão disponibilizados data e horário diferentes aos interessados em realizar a vistoria prévia.
- 4.6. Para a vistoria, o representante legal do fornecedor ou responsável técnico deverá estar devidamente identificado, apresentando documento de identidade civil e documento expedido pelo fornecedor comprovando sua habilitação para a realização da vistoria.
  - 4.6.1. A vista técnica tem como objetivo verificar as condições locais para a execução do objeto da contratação, permitindo aos interessados verificarem localmente as informações que julgarem necessárias para a elaboração da sua proposta, de acordo com o que o próprio interessado julgar conveniente, não cabendo à Administração nenhuma responsabilidade em função de insuficiência dos dados levantados por ocasião da visita técnica.
  - 4.6.2. Poderão ser feitas visitas técnicas nos seguintes locais: Prédio da Fundação para o Desenvolvimento da Educação – FDE, situada à Av. São Luis, 99 – Centro – CEP 01046-001 – São Paulo – SP, a Unidade Regional de Ensino Centro, situada à Av. Olavo Fontoura, 2222, Casa Verde, São Paulo/SP e a Escola Estadual Joao Kopke, situada à Alameda Cleveland, 331, Campos Elíseos, São Paulo/SP.
  - 4.6.3. Cada visita deverá ser agendada por e-mail: [Nataliane.silva@apoiofde.sp.gov.br](mailto:Nataliane.silva@apoiofde.sp.gov.br); [luizgustavo.barbosa@apoiofde.sp.gov.br](mailto:luizgustavo.barbosa@apoiofde.sp.gov.br) ou pelo telefone (11) 3158-4382 ou (11) 3158-4481, e poderá ser realizada até dois dias antes a realização da sessão pública, no período das 08h às 16h.
- 4.7. Competirá a cada interessado, quando da visita técnica, fazer-se acompanhar dos técnicos e especialistas que entender suficientes para colher as informações necessárias à elaboração da sua proposta.
- 4.8. Caso o licitante opte por não realizar a vistoria, deverá prestar declaração formal de seu representante legal de que conhece o local e as condições da realização do objeto, ou declaração formal assinada por seu responsável técnico acerca do conhecimento pleno das condições e peculiaridades da contratação.
- 4.9. O interessado não poderá pleitear modificações nos preços, nos prazos ou nas condições contratuais, tampouco alegar quaisquer prejuízos ou reivindicar quaisquer benefícios sob a invocação de insuficiência de dados ou de informações sobre o local em que será realizado o objeto da contratação.

## **5. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO**

### **Condições de execução**

- 5.1. A execução do objeto seguirá a seguinte dinâmica:

- 5.1.1. Início da execução do objeto: O prazo de execução terá como referencial a TABELA DE RAZOABILIDADE DAS DEMANDAS, que irão compor os serviços contratados a partir da data de assinatura do Termo de Contrato, descrita no ADENDO I – ESPECIFICAÇÃO TÉCNICA.

#### **Local e horário da prestação dos serviços**

- 5.2. Os serviços serão prestados nos seguintes endereços listados neste Termo de Referência.  
5.3. Os serviços serão prestados no seguinte horário das 08:00h às 18:00h;

#### **Rotinas a serem cumpridas**

- 5.4. Todo detalhamento da documentação a ser entregue para validação dos serviços prestados e demais responsabilidades se encontram no Adendo II Demais Obrigações.

#### **Materiais a serem disponibilizados**

- 5.5. Para a perfeita execução dos serviços, o Contratado deverá dispor dos materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios, em respectivas quantidades e qualidades necessárias, para cumprimento da execução dos serviços conforme item 7. QUANTITATIVOS SEDUC E FDE Adendo I – ESPECIFICAÇÃO TÉCNICA.  
5.5.1. Foi realizado, com base em contratos anteriores, uma estimativa de materiais necessários para atendimento das demandas que compõe o presente Termo de Referência - Item: 6. MATERIAIS ESTIMADOS.

#### **Especificação da garantia do serviço**

- 5.6. O prazo de garantia contratual dos serviços, complementar à garantia legal, será de, 12 (doze) meses, contado a partir do 1º (primeiro) dia útil subsequente à data do recebimento definitivo do objeto.

#### **Procedimentos de transição e finalização do contrato**

- 5.7. Não serão necessários procedimentos de transição e finalização do contrato devido às características do objeto.

### **6. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO**

- 6.1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.  
6.2. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.  
6.3. As comunicações entre o Contratante e o Contratado devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.  
6.4. O Contratante poderá convocar representante do Contratado para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.  
6.5. Após a celebração da contratação, o Contratante poderá convocar o representante do Contratado para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterá informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução do Contratado, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros.

#### **Preposto**

- 6.6. O Contratado designará formalmente o seu preposto, antes do início da prestação dos serviços, indicando no instrumento os poderes e deveres em relação à execução do objeto contratado.  
6.7. O Contratante poderá recusar, desde que justificadamente, a indicação ou a manutenção do preposto do Contratado, hipótese em que o Contratado designará outro para o exercício da atividade.

#### **Fiscalização**

- 6.8. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelo(s) respectivo(s) substituto(s) (Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, caput).

#### **Fiscalização Técnica**

- 6.9. O fiscal técnico do contrato acompanhará a execução do contrato, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas no contrato, de modo a assegurar os melhores resultados para



a Administração (Decreto estadual nº 68.220, de 2023, art. 17).

- 6.10. O fiscal técnico do contrato anotar no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados (Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, §1º e Decreto estadual nº 68.220, de 2023, art. 17, II).
- 6.11. O fiscal técnico realizará, em conformidade com cronograma físico-financeiro, as medições dos serviços executados e aprovará a planilha de medição emitida pelo Contratado (Decreto estadual nº 68.220, de 2023, art. 17, III).
- 6.12. O fiscal técnico adotará medidas preventivas de controle de contratos, manifestando-se quanto à necessidade de suspensão da execução do objeto (Decreto estadual nº 68.220, de 2023, art. 17, IV).
- 6.13. O fiscal técnico do contrato informará ao gestor do contrato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso (Lei federal nº 14.133, de 2021, artigo 117, § 2º).
- 6.14. No caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas aprazadas, o fiscal técnico do contrato comunicará o fato imediatamente ao gestor do contrato. (Decreto estadual nº 68.220, de 2023, art. 17, II);

#### **Fiscalização Administrativa**

- 6.15. O fiscal administrativo do contrato verificará a manutenção das condições de habilitação do Contratado, acompanhará o empenho, o pagamento, as garantias, as glosas e a formalização de apostilamento e termos aditivos, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário (Decreto estadual nº 68.220, de 2023, art. 18, II e III).
- 6.16. Caso ocorra descumprimento das obrigações contratuais, o fiscal administrativo do contrato atuará tempestivamente na solução do problema, reportando ao gestor do contrato para que tome as providências cabíveis, quando ultrapassar a sua competência (Decreto estadual nº 68.220, de 2023, art. 18, IV).
- 6.17. Sempre que solicitado pelo Contratante, o Contratado deverá comprovar o cumprimento da reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas em outras normas específicas, com a indicação dos empregados que preencherem as referidas vagas, nos termos do parágrafo único do artigo 116 da Lei nº 14.133, de 2021.
- 6.18. Além do disposto acima, a fiscalização contratual obedecerá às rotinas descritas nos adendos I e II deste Termo de Referência - Especificações Técnicas, e Demais Obrigações.

#### **Gestor do Contrato**

- 6.19. O gestor do contrato exercerá a atividade de coordenação dos atos de fiscalização técnica, administrativa e setorial e dos atos preparatórios à instrução processual visando, entre outros, à prorrogação, à alteração, ao reequilíbrio, ao pagamento, à eventual aplicação de sanções e extinção do contrato (Decreto estadual nº 68.220, de 2023, inciso III do art. 2º).
- 6.20. O gestor do contrato acompanhará a manutenção das condições de habilitação do Contratado, para fins de empenho de despesa e pagamento, e anotar os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa no relatório de riscos eventuais (Decreto estadual nº 68.220, de 2023, art. 16, inciso IX).
- 6.21. O gestor do contrato emitirá documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial, quando houver, quanto ao cumprimento de obrigações assumidas pelo Contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado nos indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações (Decreto estadual nº 68.220, de 2023, art. 16, inciso VI).
- 6.22. O gestor do contrato tomará providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, ou pelo agente ou pelo setor com competência para tal, conforme o caso (Decreto estadual nº 68.220, de 2023, art. 16, inciso VIII).
- 6.23. O gestor do contrato deverá elaborar relatório final com informações sobre a consecução dos objetivos que tenham justificado a contratação e eventuais condutas a serem adotadas para o aprimoramento das atividades da Administração (Decreto estadual nº 68.220, de 2023, art. 16, inciso VII e parágrafo único).
- 6.24. O gestor do contrato deverá enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela



fiscalização e gestão nos termos do contrato.

## **7. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E PAGAMENTO**

- 7.1. A avaliação da execução do objeto utilizará:
- 7.1.1. Para instalação de pontos lógicos, elétricos e de telefonia:
- Relatório digital de execução devidamente assinado e carimbado pela unidade atendida;
  - Croqui com o esquema de instalação de toda a infraestrutura realizada na localidade;
  - Relatório de Certificação de todos os pontos realizados da localidade;
  - Relatório fotográfico da localidade com apontamento dos serviços executados, e;
  - Para localidades nas quais seja solicitado, pela FDE, a Detentora deverá, após a instalação, fornecer o AS-BUILT do serviço realizado. Este AS-BUILT deverá conter em plantas no formato AUTO CAD, plano de face dos racks, encaminhamento da infraestrutura, encaminhamento dos cabeamentos de dados, voz e elétrica, diagrama unifilar da nova rede elétrica, diagramas das instalações de cabeamento de dados e voz, diagrama de BACKBONES de dados e voz, testes de certificação dos pontos, bem como fotos da instalação realizada.
- 7.1.2. Para manutenção de pontos lógicos, elétricos e de telefonia:
- Relatório digital de execução devidamente assinado e carimbado pela unidade atendida;
  - Relatório fotográfico da localidade com apontamento dos serviços executados, e;
  - Relatório de Certificação nos casos de cabos UPLINK que passarem por manutenção.
- 7.1.3. Será indicada a retenção ou glosa no pagamento, proporcional à irregularidade verificada, sem prejuízo das sanções cabíveis, caso se constate que o Contratado:
- 7.1.3.1. não tenha produzido os resultados acordados,
- 7.1.3.2. tenha deixado de executar as atividades contratadas, ou não as tenha executado com a qualidade mínima exigida; ou
- 7.1.3.3. tenha deixado de utilizar materiais e recursos humanos exigidos para a execução do serviço, ou os tenha utilizado com qualidade ou quantidade inferior à demandada.
- 7.1.3.4. Aplicam-se, adicionalmente, os prazos e as penalidades previstos nos **Adendos I e III**, os quais deverão ser observados de forma obrigatória.

### **Do recebimento**

- 7.2. Os serviços serão recebidos provisoriamente, **no prazo de 05 (cinco) dias**, pelo(s) fiscal(is) técnico e administrativo, mediante termo(s) detalhado(s), quando verificado o cumprimento das exigências de caráter técnico e administrativo (Art. 140, I, 'a', da Lei nº 14.133, de 2021 e arts. 17, X, e 18, VI, do Decreto estadual nº 68.220, de 2023).
- 7.3. O prazo da disposição acima será contado do recebimento de comunicação de cobrança oriunda do Contratado com a comprovação da prestação dos serviços a que se referem a parcela a ser paga.
- 7.4. O fiscal técnico do contrato realizará o recebimento provisório do objeto do contrato mediante termo detalhado que comprove o cumprimento das exigências de caráter técnico (Art. 17, X, Decreto estadual nº 68.220, de 2023).
- 7.5. O fiscal administrativo do contrato realizará o recebimento provisório do objeto do contrato mediante termo detalhado que comprove o cumprimento das exigências de caráter administrativo (Art. 18, VI, Decreto estadual nº 68.220, de 2023).
- 7.6. O fiscal setorial do contrato, quando houver, realizará o recebimento provisório sob o ponto de vista técnico e administrativo.
- 7.7. Para efeito de recebimento provisório, ao final de cada período de faturamento, que observará os parâmetros definidos no termo de contrato, o fiscal técnico do contrato irá apurar o resultado das avaliações da execução do objeto e, se for o caso, a análise do desempenho e qualidade da prestação dos serviços realizados em consonância com os indicadores previstos, que poderá resultar no redimensionamento de valores a serem pagos ao Contratado, registrando em relatório a ser encaminhado ao gestor do contrato.
- 7.7.1. Será considerado como ocorrido o recebimento provisório com a entrega do termo detalhado ou, em havendo mais de um a ser feito, com a entrega do último;
- 7.7.2. O Contratado fica obrigado a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no todo ou em parte, o objeto em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou materiais empregados, cabendo à fiscalização não atestar a última e/ou única medição de serviços até que sejam sanadas todas as eventuais

- pendências que possam vir a ser apontadas no Recebimento Provisório.
- 7.7.3. A fiscalização não efetuará o ateste da última e/ou única medição de serviços até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas no Recebimento Provisório (Art. 119 c/c art. 140 da Lei nº 14133, de 2021).
- 7.7.4. O recebimento provisório também ficará sujeito, quando cabível, à conclusão de todos os testes de campo e à entrega dos Manuais e Instruções exigíveis nos adendos deste Termo de Referência - Especificações Técnicas e Demais Obrigações.
- 7.7.5. Os serviços poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, sem prejuízo da aplicação das penalidades cabíveis.
- 7.8. Quando a fiscalização for exercida por um único servidor, o Termo Detalhado deverá conter o registro, a análise e a conclusão acerca das ocorrências na execução do contrato, em relação à fiscalização técnica e administrativa e demais documentos que julgar necessários, devendo encaminhá-los ao gestor do contrato para recebimento definitivo.
- 7.9. Os serviços serão recebidos definitivamente **no prazo de 10 (dez) dias**, contados do recebimento provisório, por servidor ou comissão designada pela autoridade competente, após a verificação da qualidade e quantidade do serviço e consequente aceitação mediante termo detalhado, obedecendo os seguintes procedimentos:
- 7.9.1. Emitir documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial, quando houver, no cumprimento de obrigações assumidas pelo Contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado em indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações, conforme regulamento (Decreto estadual nº 68.220, de 2023, art. 16, inciso VI);
- 7.9.2. Realizar a análise dos relatórios e de toda a documentação apresentada pela fiscalização e, caso haja irregularidades que impeçam a liquidação e o pagamento da despesa, indicar as cláusulas contratuais pertinentes, solicitando ao Contratado, por escrito, as respectivas correções;
- 7.9.3. Emitir Termo Detalhado para efeito de recebimento definitivo dos serviços prestados, com base nos relatórios e documentações apresentadas;
- 7.9.4. Comunicar ao Contratado para que emita a Nota Fiscal ou Fatura, com o valor exato dimensionado pela fiscalização; e
- 7.9.5. Enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão.
- 7.10. No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, se houver parcela incontroversa, deverá ser observado o teor do art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021, com a comunicação ao Contratado para emissão de Nota Fiscal no que pertine à parcela incontroversa, para efeito de liquidação e pagamento.
- 7.11. Nenhum prazo de recebimento ocorrerá enquanto pendente a solução, pelo Contratado, de inconsistências verificadas na execução do objeto ou no instrumento de cobrança.
- 7.12. O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança do serviço nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.

### **Liquidação**

- 7.13. Recebida a Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente, correrá o prazo de 10 (dez) dias úteis para fins de liquidação, a contar de seu recebimento pela Administração, na forma desta seção, prorrogáveis por igual período, justificadamente, quando houver necessidade de diligências para a aferição do atendimento das exigências contratuais (art. 7º, I, e §§ 2º e 3º, da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77, de 4 de novembro de 2022, c/c o Decreto estadual nº 67.608, de 2023).
- 7.13.1. O prazo de que trata a subdivisão acima será reduzido à metade, mantendo-se a possibilidade de prorrogação nele especificada, no caso de contratação decorrente de despesa cujo valor não ultrapasse o limite de que trata o inciso II do caput do art. 75 da Lei nº 14.133, de 2021.
- 7.14. Para fins de liquidação, o setor competente deve verificar se a Nota Fiscal ou Fatura apresentada expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como, caso aplicáveis:
- a) o prazo de validade;
  - b) a data da emissão;
  - c) os dados do contrato e do órgão contratante;
  - d) o período respectivo de execução do contrato;

- e) o valor a pagar; e
- f) eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

- 7.15. Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal/Fatura, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o Contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus ao Contratante.
- 7.16. A Nota Fiscal ou Fatura deverá ser obrigatoriamente acompanhada da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta on-line ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 68 da Lei nº 14.133, de 2021.
- 7.17. A Administração deverá realizar consulta ao SICAF para: a) verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no edital; b) identificar possível razão que impeça a participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, tais como proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas (Instrução Normativa SEGES/MPDG nº 3, de 26 de abril de 2018 c/c Decreto estadual nº 67.608, de 2023).
- 7.18. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade do Contratado, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do Contratante.
- 7.19. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o Contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência do Contratado, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.
- 7.20. Persistindo a irregularidade, o Contratante deverá adotar as medidas necessárias à extinção contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ao Contratado a ampla defesa.
- 7.21. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela extinção do contrato, caso o Contratado não regularize sua situação junto ao SICAF.

#### **Prazo de pagamento**

- 7.22. O pagamento será efetuado no prazo de 30 (trinta) dias, contados da apresentação da nota fiscal ou documento de cobrança equivalente, desde que tenha sido finalizada a liquidação da despesa, conforme seção anterior, nos termos do art. 2º, inciso II, do Decreto estadual nº 67.608, de 2023.
- 7.23. No caso de atraso pelo Contratante, os valores devidos ao Contratado serão atualizados monetariamente na forma da legislação aplicável (art. 2º, inciso III, do Decreto estadual nº 67.608, de 2023, c/c o art. 1º do Decreto estadual nº 32.117, de 1990), bem como incidirão juros moratórios, a razão de 0,5% (meio por cento) ao mês, calculados *pro rata temporis*, em relação ao atraso verificado.

#### **Forma de pagamento**

- 7.24. O pagamento será realizado por meio de ordem bancária, para depósito em conta corrente bancária em nome do Contratado no Banco do Brasil S/A.
  - 7.24.1. Constitui condição para a realização dos pagamentos a inexistência de registros em nome do Contratado no “Cadastro Informativo dos Créditos não Quitados de Órgãos e Entidades Estaduais– CADIN ESTADUAL”, o qual deverá ser consultado por ocasião da realização de cada pagamento. O cumprimento desta condição poderá se dar pela comprovação, pelo Contratado, de que os registros estão suspensos, nos termos do art. 8º da Lei estadual nº 12.799, de 2008.
- 7.25. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.
- 7.26. O Contratante poderá, por ocasião do pagamento, efetuar a retenção de tributos determinada por lei, ainda que não haja indicação de retenção na nota fiscal apresentada ou que se refira a retenções não realizadas em meses anteriores.
  - 7.26.1. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.
- 7.27. O Contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

## **8. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR E REGIME DE EXECUÇÃO**

### **Forma de seleção e critério de julgamento da proposta**

- 8.1. O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de LICITAÇÃO, na modalidade PREGÃO, sob a forma ELETRÔNICA, com adoção do critério de julgamento pelo MENOR PREÇO.

### **Regime de execução**

- 8.2. O regime de execução do contrato será empreitada por preço unitário.

### **Exigências de habilitação**

- 8.3. Para fins de habilitação, deverá o licitante comprovar os seguintes requisitos das seções subsequentes deste item 8, que serão exigidos conforme sua natureza jurídica:

#### **Habilitação jurídica**

- 8.4. Empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;
- 8.5. Microempreendedor Individual - MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor>;
- 8.6. Sociedade empresária: inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;
- 8.7. Sociedade empresária estrangeira: portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme Instrução Normativa DREI/ME n.º 77, de 18 de março de 2020;
- 8.8. Sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;
- 8.9. Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária: inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz;
- 8.10. Sociedade cooperativa: ata de fundação e estatuto social, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial, devendo o estatuto estar adequado à Lei nº 12.690, de 2012; documentos de eleição ou designação dos atuais administradores; e registro perante a entidade estadual da Organização das Cooperativas Brasileiras de que trata o art. 107 da Lei nº 5.764, de 16 de dezembro 1971;
- 8.11. Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

#### **Habilitação fiscal, social e trabalhista**

- 8.12. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas;
- 8.13. Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente aos créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02 de outubro de 2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional;
- 8.14. Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);
- 8.15. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;
- 8.16. Prova de inscrição no cadastro de contribuintes Estadual/Distrital e Municipal/Distrital relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;
- 8.17. Prova de regularidade com a Fazenda Estadual/Distrital nos termos da Lei Complementar nº 214, de 2025, quanto ao Imposto sobre Bens e Serviços – IBS, e/ou de regularidade com a Fazenda Municipal/Distrital quanto ao Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISSQN, do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;
- 8.18. Caso o fornecedor se considere isento ou imune de tributos relacionados ao objeto contratual, em relação aos quais seja exigida regularidade fiscal neste instrumento, deverá comprovar tal condição



mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei.

- 8.19. O fornecedor enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar nº 123, de 2006, estará dispensado da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal.

#### **Qualificação Econômico-Financeira**

- 8.20. Certidão negativa de insolvência civil expedida pelo distribuidor do domicílio ou sede do licitante, caso se trate de sociedade simples;
- 8.21. Certidão negativa de falência, expedida pelo distribuidor da sede do fornecedor, caso se trate de empresário individual ou sociedade empresária;
- 8.22. Balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis dos 2 (dois) últimos exercícios sociais, comprovando:
- 8.22.1. Será exigido para fins de habilitação patrimônio líquido mínimo de 10% (dez) do valor estimado da contratação e no caso do consórcio será exigido 20% do valor estimado da contratação;
- 8.22.2. As empresas criadas no exercício financeiro da licitação deverão atender a todas as exigências da habilitação e poderão substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura (Lei nº 14.133, de 2021, art. 65, §1º);
- 8.22.3. Os documentos referidos acima limitar-se-ão ao último exercício no caso de a pessoa jurídica ter sido constituída há menos de 2 (dois) anos;
- 8.22.4. Os documentos referidos acima deverão ser exigidos com base no limite definido pela Receita Federal do Brasil para transmissão da Escrituração Contábil Digital - ECD ao Sped, quando for o caso, ou outro limite estabelecido pela legislação aplicável;
- 8.23. O atendimento dos índices econômicos previstos nesta seção deverá ser atestado mediante declaração assinada por profissional habilitado da área contábil, apresentada pelo fornecedor.

#### **Qualificação Técnica**

- 8.24. Declaração de que o licitante tomou conhecimento de todas as informações e das condições locais para o cumprimento das obrigações objeto da licitação, assegurado a ele o direito de realização de vistoria prévia ;
- 8.24.1. A declaração acima poderá ser substituída por declaração formal assinada pelo responsável técnico do licitante acerca do conhecimento pleno das condições e peculiaridades da contratação”
- 8.25. Comprovação de capacidade operacional para execução de serviço similar de complexidade tecnológica e operacional equivalente ou superior ao objeto desta contratação, ou ao item pertinente, por meio da apresentação de certidão(ões) ou atestado(s), fornecido(s) por pessoas jurídicas de direito público ou privado, ou regularmente emitido(s) pelo conselho profissional competente, quando for o caso;
- 8.25.1. Para fins da comprovação de que trata a subdivisão acima, o(s) atestado(s) ou certidão(ões) deverá(ão) dizer respeito a contrato(s) executado(s) com a(s) seguinte(s) característica(s) mínima(s):
- 8.25.1.1. Capacidade de execução mínima de instalação de 30% (cinquenta por cento) dos itens 9 e 10 da lista de serviços para pontos lógicos;
- 8.25.1.2. Capacidade de execução mínima de instalação de 30% (cinquenta por cento) do item 14 da lista de serviços para pontos elétricos;
- 8.25.2. Serão admitidos, para fins de comprovação de quantitativo mínimo de serviço similar, a apresentação e o somatório de diferentes certidões ou atestados de serviços executados de forma concomitante;
- 8.25.3. Os atestados de capacidade técnica poderão ser apresentados em nome da matriz ou da filial do licitante;
- 8.25.4. O licitante disponibilizará todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade do(s) atestado(s), apresentando, quando solicitado pela Administração, cópia do contrato que deu suporte à contratação, endereço atual do contratante e local em que foi executado o objeto contratado, dentre outros documentos;
- 8.25.5. A Licitante deverá realizar as comprovações técnicas, por meio de arquivo eletrônico, com link de fácil acesso, que apresente site, folder ou catálogo dos fabricantes, dos itens Cabo UTP 4 pares Categoria 5E e 6 LSZH.

#### **Outras comprovações**

- 8.26. Declaração subscrita por representante legal do licitante, atestando que:
- a) cumpre as normas relativas à saúde e segurança no trabalho, nos termos do artigo 117,

parágrafo único, da Constituição estadual;

- b) atenderá, na data da contratação, ao disposto no artigo 5º-C e se compromete a não disponibilizar empregado que incorra na vedação prevista no artigo 5º-D, ambos da Lei nº 6.019, de 1974, com redação dada pela Lei nº 13.467, de 2017, quando o caso;

8.27. Tratando-se de consórcio, será admitido ao atender aos requisitos abaixo:

8.27.1. Apresentação do compromisso público ou particular de constituição do consórcio, subscrito pelos consorciados, o qual deverá incluir, pelo menos, os seguintes elementos:

- a) Designação do consórcio e sua composição;
- b) Finalidade do consórcio;
- c) Prazo de duração do consórcio, que deve coincidir, no mínimo, com o prazo de vigência contratual;
- d) Endereço do consórcio e o foro competente para dirimir eventuais demandas entre os consorciados;
- e) Definição das obrigações e responsabilidades de cada consorciado e das prestações específicas;
- f) Previsão de responsabilidade solidária de todos os consorciados pelos atos praticados pelo consórcio, tanto na fase de licitação quanto na de execução do contrato, abrangendo também os encargos fiscais, trabalhistas e administrativos referentes ao objeto da contratação;
- g) Indicação da empresa líder do consórcio e seu respectivo representante legal, que deverá ter poderes para receber citação, interpor e desistir de recursos, firmar a contratação e praticar todos os demais atos necessários à participação na licitação e execução do objeto contratado, sendo responsável pela representação do consórcio perante a Administração;
- h) Compromisso subscrito pelas consorciadas de que o consórcio não terá a sua composição modificada sem a prévia e expressa anuência do Contratante até o integral cumprimento do objeto da contratação, observado o prazo de duração do consórcio, definido na alínea “c” desta subdivisão;

8.27.2. O fornecedor vencedor é obrigado a promover, antes da celebração da contratação, a constituição e o registro do consórcio, nos termos de seu compromisso de constituição.

8.27.3. Cada consorciado, individualmente, deverá atender as exigências relativas a habilitação jurídica e habilitação fiscal, social e trabalhista, e a certidão negativa de falência/insolvência. Para efeito de habilitação econômico-financeira e de habilitação técnica, quando exigida, será observado o disposto no inciso III do caput do artigo 15 da Lei nº 14.133, de 2021.

8.27.4. A inabilitação de qualquer consorciado acarretará a automática inabilitação do consórcio.

8.28. Tratando-se de cooperativa, será exigida a seguinte documentação complementar, para evidenciar a observância do disposto no art. 16 da Lei nº 14.133, de 2021.

8.28.1. A relação dos cooperados que atendem aos requisitos técnicos exigidos para a contratação e que executarão o contrato, com as respectivas atas de inscrição, respeitado o disposto nos arts. 4º, inciso XI, 21, inciso I e 42, §§2º a 6º da Lei nº 5.764, de 1971;

8.28.2. A declaração de regularidade de situação do contribuinte individual – DRSCI, para cada um dos cooperados indicados;

8.28.3. Regimento dos fundos instituídos pelos cooperados, com a ata da assembleia;

8.28.4. Edital de convocação e ata da última assembleia geral, e registro de presença dos cooperados presentes nessa assembleia;

8.28.5. Ata da reunião em que os cooperados autorizaram a cooperativa a contratar o objeto da licitação;

8.28.6. A última auditoria contábil-financeira da cooperativa, conforme dispõe o art. 112 da Lei nº 5.764, de 1971, ou uma declaração, sob as penas da lei, de que tal auditoria não foi exigida pelo órgão fiscalizador;

8.28.7. Documentação que seja demonstrativa de atuação em regime cooperado, com repartição de receitas e despesas entre os cooperados, caso essa circunstância não esteja evidenciada na documentação a ser apresentada para atendimento às subdivisões anteriores.

#### **Microempresas e Empresas de Pequeno Porte**

8.29. O tratamento diferenciado e favorecido às microempresas e empresas de pequeno porte nas contratações públicas encontra fundamento na Lei Complementar nº 123/2006, especialmente nos artigos 42 a 49, bem como na legislação estadual aplicável.

8.30. Entretanto, o artigo 4º, § 1º da Lei Federal 14.133/21 estabelece hipóteses em que não se aplicam



os referidos artigos, especialmente quando, o valor estimado for superior à receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte;

- 8.31. No presente certame, o valor total estimado ultrapassa o indicador legal de limite para tratamento favorecido;
- 8.32. Dessa forma, não será estabelecido o disposto nos artigos 42 a 49 da Lei Complementar 123/06 para as microempresas e empresas de pequeno porte, com fundamento no artigo 4º, § 1º, inciso II, da Lei Federal 14.133/21, uma vez que o valor da contratação supera a receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte.

#### **9. ESTIMATIVAS DO VALOR DA CONTRATAÇÃO**

- 9.1. O valor estimado total da contratação é de R\$ 130.407.323,55 (Cento e trinta milhões, quatrocentos e sete mil, trezentos e vinte e três reais e cinquenta e cinco centavos). O valor estimado da contratação foi definido com observância do disposto no Decreto estadual nº 67.888, de 17 de agosto de 2023.

#### **10. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA**

- 10.1. Considerando tratar-se da elaboração de Ata de Registro de Preços, a indicação da dotação orçamentária somente será exigida para a formalização de contratação decorrente do sistema de registro de preços valor estimado total da contratação será definido após pesquisa de preços conforme o artigo nº 23 da Lei nº 14133/2021 e o Decreto estadual nº 67.888, de 17 de agosto de 2023.

#### **CASSIA GOMES DA SILVA**

Gerente de Gestão de Recursos e Serviços

#### **LUZIA VALERIA SARNO**

Diretora de Tecnologia da Informação

---

## **ADENDO I – ESPECIFICAÇÃO TÉCNICA**

### **1. INFORMAÇÕES GERAIS**

FUNDAÇÃO PARA AO DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO – FDE

**Processo SEI nº:** 229.00018415/2025-95

A FDE – Fundação para o Desenvolvimento da Educação tem por objeto a constituição de Ata de Registro de Preços para contratação de serviços de infraestrutura com manutenção, instalação, desinstalação e remanejamento em rede lógica, elétrica e de telefonia, com garantia pelo período de 12 (doze) meses para atendimento das necessidades nas unidades escolares da Rede Pública Estadual de Educação, SEDUC - Secretaria da Educação do Estado de São Paulo e seus demais órgãos centrais vinculados, além da FDE – Fundação para o Desenvolvimento da Educação e órgãos participantes.

### **2. DESCRIÇÃO DO AMBIENTE DE REDE DAS ESCOLAS E UNIDADES REGIONAIS DE ENSINO**

Para assegurar o uso de equipamentos de tecnologia e de comunicação nas dependências da Rede Estadual da SEDUC, é fundamental que os ambientes ofereçam uma infraestrutura (rede de telefonia, lógica e elétrica) adequada.

Pelos motivos acima expostos, torna-se necessária uma nova contratação de empresa especializada para a prestação de SERVIÇOS de INFRAESTRUTURA, incluindo manutenção corretiva, manutenção preventiva, instalações, desinstalações e remanejamentos em redes de telefonia, lógica e elétrica, em unidades escolares da Rede Pública Estadual de São Paulo, Diretorias de Ensino e demais órgãos vinculados.

Para viabilizar esta ação se propõe a utilização da modalidade de Ata de Registro de Preços para a contratação; sendo que a FDE – Fundação para o Desenvolvimento da Educação será a entidade gerenciadora e como participante desse objeto, a Secretaria da Educação do Estado de São Paulo – SEDUC/SP e órgãos participantes.

### **3. ESPECIFICAÇÃO TÉCNICA E ORIENTAÇÕES**

#### **3.1. Vistoria para SITE SURVEY**

- Vistoria para levantamento de necessidades de instalação de rede de dados, voz, elétrica, infraestrutura e projetos específicos solicitados pela FDE;
- Verificação das características do prédio vistoriado, tombado, reformado, tipo de infraestrutura que pode ser instalada, se externa, interna, necessidade de interligação óptica, interligação de telefonia, horário de funcionamento da localidade;
- Elaboração de pré-projeto (croqui) da localidade relatando todas as necessidades e possíveis divergências, para a perfeita instalação da solução adotada;
- Emissão de parecer técnico quanto à necessidade de aterramento exclusivo para Telecom;
- Relatório fotográfico da localidade com apontamento, em cada foto, da solução verificada e sugerida;
- Entrega de relatório de vistoria de forma digital assinado pelo responsável do local, com carimbo da instituição e do responsável, dentro de 5 dias úteis;
- As vistorias para SITE SURVEY serão realizadas única e exclusivamente quando solicitada pela FDE, mediante casos que exigem uma comprovação de campo das reais necessidades da demanda, por exemplo escolas novas, casos de vandalismo etc.;
- Não será realizado Termo de Contrato específico de Vistoria para SITE SURVEY, o serviço deverá ser orçado junto com os demais itens do futuro serviço da demanda de instalação de novo ponto, manutenção de ponto de rede lógica e elétrica, remanejamentos, desinstalações etc.

### 3.2. Instalação de Rack 12U, 24U e 44U

#### 3.2.1. **Rack de 12Us**

- Rack de fixação na parede de 12U com acessórios (1 bandeja fixa, régua de energia com 8 tomadas, porcas, parafusos, guia de cabos). Fechamento laterais removíveis com fechos rápidos e aletas de ventilação, Cobertura em chapa de aço, porta com visor transparente, abertura para entrada de cabos na base e no teto com tamanho aproximado de 40x80mm. Pintura Epóxi-pó ou eletrostática na cor bege. Medias aproximadas: Medidas 607 x 430 x 470 x 560mm.

#### 3.2.2. **Rack de 24Us**

- Rack de piso de 24U com acessórios (2 bandejas fixas, régua de energia com 8 tomadas, porcas, parafusos, guia de cabos), Fechamento laterais e traseiros removíveis com fechos rápidos e aletas de ventilação, Cobertura em chapa de aço, porta com visor transparente, abertura para entrada de cabos na base e no teto com tamanho aproximado de 40x300mm, kit com 2 ventiladores de teto bivolt 110/220V, Pintura Epóxi-pó ou eletrostática na cor bege, na base, quatro niveladores ½" permitem a acomodação do Gabinete em pisos irregulares. Medidas aproximadas: 1185 x 650 x 700 x 600mm (piso).
- Os racks de piso não ser fixados, possibilitando uma mobilidade mínima para manutenção.

#### 3.2.3. **Rack de 44Us**

- Rack de piso de 44U com acessórios (2 bandejas fixas, régua de energia com 8 tomadas, porcas, parafusos, guia de cabos), Fechamento laterais e traseiros removíveis com fechos rápidos e aletas de ventilação, Cobertura em chapa de aço porta com visor transparente, abertura para entrada de cabos na base e no teto com tamanho aproximado de 40x300mm, kit com 2 ventiladores de teto bivolt 110/220V, Pintura Epóxi-pó ou eletrostática na cor bege, na base, quatro niveladores ½" permitem a acomodação do Gabinete em pisos irregulares. Medidas aproximadas: 2075 x 650 x 700 x 600mm (piso).
- Os racks de piso não poderão ser fixados, possibilitando uma mobilidade mínima para manutenção.

### 3.3. Manutenção de Rack

- Instalação de Kit de Ventilação para Rack 19" com 2 ventiladores para Rack 19", bivolt 110/220V, com interruptor liga/desliga, - Porta fusível com fusível de 1A; - Cabo PP 3x1,0mm<sup>2</sup> com no mínimo 1,8m de comprimento. Pintura Epóxi-pó ou eletrostática bege ou preto.
- Instalação de bandeja fixa para rack de 12, 24 e 44U de 500mm de profundidade, estrutura em aço e Pintura Epóxi-pó ou eletrostática bege e com fixação nas 4 extremidades.
- Fixar rack que está se desprendendo do ponto de instalação.

### 3.4. Remanejamento de rack

- O serviço de remanejamento de rack, consiste em remover o rack de 12, 24 ou 44US do local atualmente instalado para um novo local determinado pela FDE, o serviço de remanejamento de rack, sempre será composto por outros serviços, como instalação de ponto de rede CAT 5 ou CAT6, instalação de ponto elétrico.

### 3.5. Desinstalação de rack

- Desinstalação de rack e seus componentes.

### 3.6. Preparação para Entrada de Link

- Instalação de Eletroduto galvanizado eletrolítico de 2 polegadas com os devidos acessórios abraçadeiras, conduites, curvas, condutes, parafusos, com o intuito de receber a passagem da fibra ótica, par metálico ou outra tecnologia necessária para a ativação do link de internet.
- A instalação dessa tubulação deverá ter início da caixa de passagem do local de atendimento até o rack que irá receber os equipamentos para ativação do link de internet.
- Não serão realizados quaisquer serviços de instalações de eletrodutos de passagens subterrâneas.
- A DETENTORA deverá disponibilizar cabo guia para auxiliar a passagem da fibra ou par metálico.

### 3.7. Instalação de novo ponto CAT5E

- Fornecimento do conector RJ45 fêmea conforme item 5 Especificações técnicas dos materiais.
- Fornecimento de patch cords e patch cables RJ45 conforme item 5 Especificações técnicas dos

materiais.

- Os Patch Cords para as instalações de uplinks, impressoras computadores, APS, projetores etc., devem seguir conforme orientação abaixo; Ø Cord Amarelo: Identificação de cabos uplinks;
- Ø Cord Verde: identificação de pontos de impressoras.
- Ø Cord Azul: Pontos para computadores, Smart TV, projetores etc. Ø Cord Branco: APS
- Fornecimento de patch panel, voice panel se necessários na composição do novo ponto de rede conforme item 6 Especificações técnicas dos materiais;
- Fornecimento e lançamento de cabo UTP Categoria 5E 4 pares conforme item 6 Especificações técnicas dos materiais.
- Instalação de infraestrutura através de eletrodutos, eletrocalhas, perfilado, canaletas de PVC ou do tipo rodapé para atender ao novo ponto de rede conforme atestado após vistoria quando por solicitação da FDE ou contato com a localidade a ser instalada;
- Instalação de caixa de sobrepor, espelho ou acessório de calhas ou rodapé para acomodação do conector RJ45 fêmea de forma adequada e segura, seguindo os padrões normativos para a Categoria mencionada;
- Conectorização com a utilização de ferramenta adequada do cabo nas tomadas RJ-45 (fêmea) e patch panels;
- Identificação do novo ponto de rede no cabo em ambas as extremidades. As etiquetas utilizadas para a identificação dos pontos devem ser conforme padrão de Telecomunicações.
- Os pontos instalados deverão ser identificados no espelho do ponto informando a instalação e a data de execução conforme exemplo: etiqueta do ponto RK 01 – PT 01 AP, IMP, Notebook/PC etc. “Nome da detentora” Data: 01/01/2026. No patch panel, informando a instalação PT 01 AP, IMP, NOT, PC etc.

### 3.8. Instalação de novo ponto CAT6

- Fornecimento do conector RJ45 fêmea conforme item 5 Especificações técnicas dos materiais.
- Fornecimento de patch cords e patch cables RJ45 conforme item 5 Especificações técnicas dos materiais.
- Os Patch Cords para as instalações de uplinks, impressoras computadores, APS, projetores etc., devem seguir conforme orientação abaixo; Ø Cord Amarelo: Identificação de cabos uplinks;
- Ø Cord Verde: identificação de pontos de impressoras.
- Ø Cord Azul: Pontos para computadores, Smart TV, projetores etc. Ø Cord Branco: APS
- Fornecimento de patch panel, voice panel se necessários na composição do novo ponto de rede conforme item 6 Especificações técnicas dos materiais;
- Fornecimento e lançamento de cabo UTP Categoria 6 4 pares conforme item 6 Especificações técnicas dos materiais.
- Instalação de infraestrutura através de eletrodutos, eletrocalhas, perfilado, canaletas de PVC ou do tipo rodapé para atender ao novo ponto de rede conforme atestado após vistoria quando por solicitação da FDE ou contato com a localidade a ser instalada;
- Instalação de caixa de sobrepor, espelho ou acessório de calhas ou rodapé para acomodação do conector RJ45 fêmea de forma adequada e segura, seguindo os padrões normativos para a Categoria mencionada;
- Conectorização com a utilização de ferramenta adequada do cabo nas tomadas RJ-45 (fêmea) e patch panels;
- Identificação do novo ponto de rede no cabo em ambas as extremidades. As etiquetas utilizadas para a identificação dos pontos devem ser conforme padrão de Telecomunicações.
- Identificação do novo ponto de rede no cabo em ambas as extremidades. As etiquetas utilizadas para a identificação dos pontos devem ser conforme padrão de Telecomunicações;
- Os pontos instalados deverão ser identificados no espelho do ponto informando a instalação e a data de execução conforme exemplo: etiqueta do ponto RK 01 – PT 01 AP, IMP, Notebook/PC etc. “Nome da detentora” Data: 01/01/2026. No patch panel, informando a instalação PT 01 AP, IMP, NOT, PC.

### 3.9. Manutenção de ponto de rede lógica CAT5E

- Verificação da qualidade da terminação nas duas extremidades do cabo UTP;
- Verificação através de link test, ou equipamento similar, da continuidade e posição de cada um dos pares terminados;
- Verificação da condição física do conector RJ45 macho, RJ45 fêmea, conector IDC em bloco 110 ou porta traseira ou dianteira de patch panel e voice panel;
- Verificação da condição de uso de patch cords e patch cables através de link test ou equipamento similar;

- Fixação de eletrodutos, eletrocalhas, condutores e espelhos
- Caso necessário troca de patch Cords para as Manutenções de uplinks, impressoras computadores, VOIP, APS, projetores etc., devem seguir conforme orientação abaixo;
- Ø Cord Amarelo: Identificação de cabos uplinks;
- Ø Cord Verde: identificação de pontos de impressoras.
- Ø Cord Azul: Pontos para computadores, Smart TV, projetores etc.
- Ø Cord Branco: APS
- Reconectorização das duas extremidades do cabo UTP do ponto existente para sua completa restauração e volta a produção com troca de conector se necessário;
- Considerar nesse serviço porta de patch panel existente;

### 3.10. Manutenção de ponto de rede lógica CAT6

- Verificação da qualidade da terminação nas duas extremidades do cabo UTP;
- Verificação através de link test, ou equipamento similar, da continuidade e posição de cada um dos pares terminados;
- Verificação da condição física do conector RJ45 macho, RJ45 fêmea, conector IDC em bloco 110 ou porta traseira ou dianteira de patch panel e voice panel;
- Verificação da condição de uso de patch cords e patch cables através de link test ou equipamento similar;
- Fixação de eletrodutos, eletrocalhas, condutores e espelhos
- Caso necessário troca de patch Cords para as Manutenções de uplinks, impressoras computadores, VOIP, APS, projetores etc., devem seguir conforme orientação abaixo;
- Ø Cord Amarelo: Identificação de cabos uplinks;
- Ø Cord Verde: identificação de pontos de impressoras.
- Ø Cord Azul: Pontos para computadores, Smart TV, projetores etc. Ø Cord Branco: APS
- Re-conectorização das duas extremidades do cabo UTP do ponto existente para sua completa restauração e volta a produção com troca de conector se necessário;
- Considerar nesse serviço porta de patch panel existente;

### 3.11. Remanejamentos de pontos lógicos CAT5E e CAT6

- Remanejamento de um ponto de rede de dados existente;
- Remanejamento, quando possível, da Infraestrutura que atende ao ponto remanejado;
- Complemento da Infraestrutura, eletrodutos, eletrocalhas, calha de rodapé se, necessário;
- Todo ponto deverá ser devidamente ativado, sendo considerado do patch panel para o switch, patch cord de 1,5 metros e na outra extremidade do ponto para o equipamento, patch cord de 2,5 metros. Para alguns casos específicos poderão ser solicitados cords de 6 e 10 metros. Quando for solicitado ponto para VOIP nas escolas, a ativação do ponto, deverá ser realizada com cabeamento RJ11.

### 3.12. Desinstalações de pontos lógicos CAT5E e 6

- Retirada de conectores RJ45 Fêmea, RJ45 macho, IDC e patch panels, Voice panels (quando desinstalado a sua total quantidade de portas);
- Retirada de tubulações, eletrodutos, eletrocalhas, canaletas e rodapé técnico quando da retirada da totalidade de cabos deles;
- Retirada de racks, brackets, mini-racks quando da retirada da totalidade de cabos instalados nos mesmos;
- Retirada dos materiais removidos;

### 3.13. Instalação de novo ponto elétrico

- É considerado 1 (um) ponto de elétrica a execução de tudo que for necessário para prover a instalação de 1(um) ponto de rede elétrica para informática e afins (computadores, access point, racks, TVs, projetores etc.).
- Cada ponto será definido com 1 (uma) tomada padrão NBR14136 de encaixe hexagonal com 03 pinos sendo o pino central "Terra".
- Poderá haver necessidade de ampliação de disjuntores em quadros existentes.
- Cada circuito com disjuntores de 10A ou 20A e cabos de diâmetro de no mínimo 2,5mm, atenderão no máximo 4 (quatro) pontos para computadores e afins (Access Point, TVs, Projetores etc.)
- Nos casos de impressora e rack, considerar no máximo 1 (um) circuito por equipamento.
- Considerar todos os acessórios necessários para a instalação de um ponto elétrico, como fita isolante, disjuntores Norma DIN (modelo europeu), etiquetas de identificação etc.
- Instalação de infraestrutura através de eletrodutos, eletrocalhas, perfilados, canaletas de PVC ou do



tipo rodapé para atender ao novo ponto elétrico, conforme atestado após vistoria quando por solicitação da FDE ou contato com a localidade a ser instalada;

- Instalação de caixa de sobrepor, espelho ou acessório de calhas ou rodapé para acomodação da tomada de forma adequada e segura, seguindo os padrões normativos para a Categoria mencionada;
- Identificação da tomada em ambas as extremidades. As etiquetas utilizadas para a identificação dos pontos devem ser conforme padrão de Telecomunicações.
- Os pontos instalados deverão ser identificados no espelho e no quadro elétrico, informando o quadro elétrico, circuito e a data de execução conforme exemplo: etiqueta do ponto QD 01 C02 "Nome da detentora" Data: 01/01/2026.

### 3.14. Manutenção de ponto elétrico

- Troca tomada de padrão 2P+T (antigo) para tomada padrão 2P+T (novo) NBR14136.
- Verificação através de multímetro, ou equipamento similar, da continuidade e posição de cada um dos polos terminados (Fase, Neutro e Terra);
- Verificação da condição física da tomada elétrica instalada e do disjuntor responsável pelo circuito;
- Troca da tomada elétrica e disjuntor conforme necessidade;
- Terminação das duas extremidades do cabo elétrico do ponto existente para sua completa restauração e volta a produção;
- Devem ser considerados todos os materiais necessários para essa manutenção tais como: tomada elétrica, terminais, cabo elétrico, disjuntores etc.
- Fixação de eletrodutos, eletrocalhas, condutores e espelhos;
- Verificação da qualidade da terminação nas duas extremidades do cabo elétrico;

### 3.15. Remanejamento de ponto elétrico

- Remanejamento de um ponto de elétrica existente;
- Remanejamento, quando possível, da Infraestrutura que atende ao ponto remanejado;
- Complemento da Infraestrutura, eletrodutos, eletrocalhas, calha de rodapé se, necessário;

### 3.16. Desinstalações de ponto elétrico

- Retirada de tubulações, eletrodutos, eletrocalhas, canaletas e rodapé técnico quando da retirada da totalidade de cabos deles;
- Restauração de pinturas, rebocos e outras avarias quando necessário;
- Retirada dos materiais removidos;

### 3.17. Instalação e alimentação de Quadros Elétricos

#### 3.17.1 Instalação e alimentação de Quadros Elétrico para até 12 disjuntores

- Quadro elétrico de sobrepor para 12 disjuntores com barramento bifásico ou trifásico, kit aterramento e kit neutro, fabricado em chapa de aço galvanizada, pintada na cor branca ou bege. Barramentos de fase, neutro e terra dimensionados para 100A. Específico para disjuntores Norma DIN (modelo europeu) e chave geral de todos os fabricantes existentes no mercado – até 100A. Possuir um trilho DIN com 12 posições para colocação de chave geral, DRs, DPSs e outros dispositivos. Compatível para circuitos trifásicos, bifásicos ou monofásicos.
- Fornecimento e instalação de cabos elétricos 450/750V flexível de 16mm<sup>2</sup>, 25mm<sup>2</sup>, 35mm<sup>2</sup> ou 50mm<sup>2</sup> entre os quadros para prumada secundária;
- Instalação de infraestrutura através de eletrodutos, eletrocalhas, perfilado, canaletas de PVC ou do tipo rodapé para atender ao novo ponto elétrico, conforme atestado após vistoria quando por solicitação da FDE ou contato com a localidade a ser instalada;
- Passagem de cabos para fase (02 ou 3 vias), neutro e terra;
- Medida aproximada de A 32 CM, L 36 CM, P 10 CM.

#### 3.17.2. Instalação e alimentação de Quadros Elétrico para até 36 disjuntores

- Quadro elétrico de sobrepor para 36 disjuntores com barramento bifásico ou trifásico, kit aterramento e kit neutro, fabricado em chapa de aço galvanizada, pintada na cor branca ou bege. Barramentos de fase, neutro e terra dimensionados para 100A. Específico para disjuntores Norma DIN (modelo europeu) e chave geral de todos os fabricantes existentes no mercado – até 100A. Possuir três trilhos DIN com 12 posições para colocação de chave geral, DRs, DPSs e outros dispositivos. Compatível para circuitos trifásicos, bifásicos ou monofásicos.

- Fornecimento e instalação de cabos elétricos 450/750V flexível de 16mm<sup>2</sup>, 25mm<sup>2</sup>, 35mm<sup>2</sup> ou 50mm<sup>2</sup> entre os quadros para prumada secundária;
- Instalação de infraestrutura através de eletrodutos, eletrocalhas, perfilado, canaletas de PVC ou do tipo rodapé para atender ao novo ponto elétrico,
- conforme atestado após vistoria quando por solicitação da FDE ou contato com a localidade a ser instalada;
- Passagem de cabos para fase (02 ou 3 vias), neutro e terra;
- Medida aproximada de A 54 CM, L 36 CM, P 10 CM.

3.18. Fornecimento, Instalação, Identificação, fusão de cabo óptico – preço por fibra

- No caso de solicitações que as instalações de pontos lógicos ultrapassem os 90 metros entre o rack de origem e o rack destino dos pontos, será solicitado a instalação de uplink de fibra ótica, para prover a conexão ao ambiente solicitado.
- Fornecimento e lançamento de cabo óptico de 04 vias Indoor / Outdoor MM (OM2 / OM3).
- Quando houver necessidade, a FDE, poderá solicitar uplink de fibra ótica, mesmo para distâncias inferiores à 90 metros.
- Caso não exista um rack no futuro ambiente de instalação, juntamente será solicitado o serviço de instalação de rack.
- As instalações deverão ser feitas com eletrodutos, eletrocalhas ou tubulações embutidas e seus respectivos acessórios desde que o local de instalação permita essa condição ou caso seja necessário uma passagem de infraestrutura subterrânea, não se trata de responsabilidade da CONTRATADA, sendo apenas responsabilidade da mesma passar o uplink de fibra, pela infraestrutura subterrânea e se necessário posteriormente finalizar a instalação com os eletrodutos ou eletrocalhas até os respectivos racks.

3.19. Manutenção – preço por fibra

- Emenda por fusão de cabo óptico de 04 vias Indoor / Outdoor MM (OM2 / OM3).
- Substituição de conversos Conversor de mídia de 10-100TX RJ-45 para 100FX SC Stand Alone e Conversor de mídia de 100/1000 TX RJ-45 para 100/1000 FX SC ou LC Stand Alone, Cordão Duplex MM (50.0) 10 GIGABIT LC-SPC/LC-SPC 5.0M e Cordão Óptico MM LC-LC 50/125 de 2,5mts.
- Substituição da fonte dos conversores de mídia de 10-100TX RJ-45 para 100FX SC Stand Alone e Conversor de mídia de 100/1000 TX RJ-45 para 100/1000 FX SC ou LC Stand.
- Substituição de Cordão óptico MM SC-LC 50/125 de 2,5 metros, Cordão óptico MM SC-LC 50/125 de 5 metros, Cordão Optico Duplex MM (50) 10GIGABIT LC/LC-SPC 2.5M
- Fixação de eletrodutos, eletrocalhas, condutores e espelhos.

3.20. Fornecimento e Instalação cabeamento de telefonia através de cabos CI50 de 10 pares

- Fornecimento e lançamento de cabo CI50 de 10 pares;
- O Cabo CI deverá possuir Condutores de cobre eletrolítico, estanhados, isolados e em capa externa de PVC.
- Realizar o espelhamento com cabo CI50 de 10 pares entre o rack Intragov (Principal) e o Rack PABX (Telefonia);
- Realizar o espelhamento com cabo CI50 de 10 pares entre o rack Intragov (Principal) e os Racks secundários;

3.21. AS – BUILT

- Para localidades nas quais seja solicitado, pela FDE, a DETENTORA deverá, após a instalação, fornecer o AS-BUILT do serviço realizado. Este AS-BUILT deverá conter em plantas no formato AUTO CAD, plano de face dos racks, encaminhamento da infraestrutura, encaminhamento dos cabeamentos de dados, voz e elétrica, diagrama unifilar da nova rede elétrica, diagramas das instalações de cabeamento de dados e voz, diagrama de backbones de dados e voz, testes de certificação dos pontos, bem como fotos da instalação realizada. Como exemplo de solicitação do serviço, considera-se, não exclusivamente, uma implantação de infraestrutura de uma escola nova, ou seja, intervenções de grande porte.

#### 4. GARANTIA

Todos os serviços a serem prestados e os materiais utilizados dentro do objeto desta Ata de Registro de Preços, deverão ter garantia de 12 (doze) meses, contados a partir do aceite do Relatório de

Execução. A manutenção deles será feita nos prazos expostos nos itens abaixo, sem nenhum custo para a FDE.

A DETENTORA será obrigada a atender os chamados técnicos, sempre que solicitado. Em caso de não atendimento das solicitações e persistindo as falhas, as Notas Fiscais poderão ficar suspensas de pagamento, bem como serem aplicadas as demais penalizações previstas em contrato.

Caso a DETENTORA se encaminhe à localidade para atendimento considerado como DENTRO DA GARANTIA e constate que a avaria relatada tenha se dado por mau uso, caberá à DETENTORA colher fotos e outros materiais que comprovem a real causa do problema, a fim de que a FDE caracterize o caso como MANUTENÇÃO e inclua o reparo em uma nova solicitação.

#### 4.1. SLA

Relativamente aos **Serviços de infraestrutura** (tabela de serviços Seq. 1 a 21 referente ao Item 7), os níveis de serviço exigidos e as penalidades pelo seu descumprimento são os seguintes:

Indicador	Penalidade
<b>“Tempo de solução do problema”</b> - período compreendido entre a data da assinatura do Termo de Contrato, pela DETENTORA e a data de solução do problema (conclusão do atendimento), deixando a infraestrutura em condições normais de operação.  <b>Meta estabelecida:</b>  - Mediante prazo estabelecido no termo de contrato, tendo como referencial a tabela de razoabilidade.	Multa equivalente a 1% sobre o valor do serviço previsto na localidade, multiplicado pelo número de dias úteis adicionais à meta estabelecida, até o 10º dia de atraso.  Para fins de cálculo, considera-se como “serviço previsto na localidade” todas as intervenções previstas para uma localidade no mesmo Termo de Contrato.  O tempo de multa começará a contar no primeiro minuto após o fim do tempo de solução do problema previsto no Termo de Contrato.

Relativamente aos **serviços de vistoria para Site Survey** (tabela de serviços Seq. 1 a 21 referente ao Item 7), os níveis de serviço exigidos e as penalidades pelo seu descumprimento são os seguintes:

Indicador	Penalidade
<b>“Tempo de solução do problema”</b> - período compreendido entre o horário da abertura do chamado técnico de Vistoria para Site Survey junto ao fornecedor e horário do término da solução pelo fornecedor,  <b>Meta estabelecida:</b>  - Até 5 (cinco) dias úteis	Multa equivalente a 1% sobre o valor do serviço inicial na localidade, multiplicado pelo número de dias úteis adicionais à meta estabelecida, até o 10º dia de atraso.  Define-se como “serviço inicial na localidade” aquele que deu origem à intervenção e que é o objeto da Vistoria para Site Survey.  O tempo de multa começará a contar no primeiro minuto após o fim do tempo de solução do problema.

Relativamente aos serviços em Garantia, os níveis de serviço exigidos e as penalidades pelo seu descumprimento são os seguintes:

Indicador	Penalidade
<b>“Tempo de solução do problema”</b> - período compreendido entre a data de comunicação do chamado e a data de solução do problema (conclusão do atendimento), deixando a infraestrutura em condições normais de operação.  <b>Meta estabelecida:</b> - Até 3 (três) dias úteis para casos Normais e até 2 (dois) dias úteis para casos definidos como Urgência.	Multa equivalente a 1% sobre o valor do serviço inicial na localidade, multiplicado pelo número de dias úteis adicionais à meta estabelecida, até o 10º dia de atraso.  Define-se como “serviço inicial na localidade” aquele que deu origem à intervenção e que é o objeto da Garantia.  O tempo de multa começará a contar no primeiro minuto após o fim do tempo de solução do problema.

## 4.2 Referencial de Razoabilidade SEDUC:

Levando em consideração o principal serviço da ata de infraestrutura (Instalação de ponto lógico CAT5E e CAT6 Identificação e conectorização de pontos UTP 04 pares) abaixo a tabela de prazos para referência:

### **PRAZO DE INSTALAÇÃO DE PONTOS DE REDE CAT5 E CAT6:**

PRAZO	PONTOS
Até 30 dias	3.024
Até 60 dias	6.048
Até 90 dias	9.072
Até 120 dias	12.096
Até 150 dias	15.120
Até 180 dias	18.144
Até 210 dias	21.168
Até 240 dias	24.192
Até 270 dias	27.216
Até 300 dias	30.240
Até 330 dias	33.264
Até 365 dias	36.287

4.2.1. A parte CONTRATADA não será responsabilizada por atrasos, falhas ou impossibilidade de cumprimento das obrigações previstas no contrato quando decorrentes de atos ou omissões de terceiros, caso fortuito ou força maior.

4.2.1.1. Nessas hipóteses, ficam excluídas a aplicação de penalidades, multas ou indenizações.

4.2.2 O prazo de vigência será automaticamente prorrogado, independentemente de termo aditivo, quando o objeto não for concluído no período firmado na tabela acima (item 4.2), desde que justificadamente, pelo prazo necessário à conclusão do objeto, caso em que deverá a Administração providenciar a readequação do cronograma fixado para o contrato.

## 5. ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS DOS MATERIAIS

### 5.1. Características gerais dos produtos de Cabeamento

- a) Todos os materiais a serem empregados na execução dos serviços, deverão ser novos e sem uso.
- b) Os materiais de conectividade (cabos UTP, conectores RJ45, patch panel) a serem empregados na execução dos serviços, devem ser de um único fabricante.

### 5.2. Cabo UTP 4 pares Categoria 5E LSZH

- a) O cabo utilizado deverá possuir certificação Anatel e o número do certificado impresso na capa externa.
- b) Possuir certificado de performance elétrica (VERIFIED) pela UL ou ETL, conforme especificações da norma ANSI/TIA/EIA-568.2-D Categoria 5E, bem como certificado para flamabilidade (UL LISTED ou ETL) LSZH – IEC 60332-3-25 impressos na capa externa.
- c) O cabo deve cumprir com requisitos que não agredam ao meio ambiente.
- d) Possuir impresso na capa externa:

§ Nome do fabricante e marca do produto;

§ Norma TIA e Categoria do Cabo;

---

§ Possuir data de fabricação dos cabos;

§ Número do Certificado Anatel;

§ Classe de flamabilidade LSZH;

§ Gravação sequencial métrica decrescente a partir de 305m que permita o reconhecimento imediato pela capa, do comprimento de cabo residual dentro da caixa.

e) Ser composto por condutores de cobre; capa externa em PVC não propagante à chama;

f) Deve atender ao código de cores especificado abaixo:

§ par 1: azul-branco, com uma faixa azul (stripe) no condutor branco;

§ par 2: laranja-branco, com uma faixa laranja (stripe) no condutor branco;

§ par 3: verde-branco, com uma faixa verde (stripe) no condutor branco;

§ par 4: marrom-branco, com uma faixa marrom (stripe) no condutor branco.

g) Deverá ser apresentado através de catálogos, testes das principais características elétricas em transmissões de altas velocidades (valores típicos) de ATENUAÇÃO (dB/100m), NEXT (dB), PSNEXT (dB), RL (dB), ACR (dB), para frequências de 100 e 200MHz.

h) O fabricante deve possuir Certificado ISO 9001 e ISO 14001.

### 5.3. Cabo UTP 4 pares Categoria 6 LSZH

a) O cabo utilizado deve estar certificado pela Anatel e o número do certificado impresso na capa externa.

b) Possuir certificado de performance elétrica (VERIFIED) pela UL ou ETL, conforme especificações da norma ANSI/TIA/EIA-568.2-D Categoria 6), bem como certificado para flamabilidade (UL LISTED ou ETL) LSZH – IEC 60332-3-25 impressos na capa externa

c) O produto deve cumprir com requisitos que não agridam ao meio ambiente.

d) Deve atender ao código de cores especificado abaixo:

§ Par 1: azul-branco, com uma faixa azul (stripe) no condutor branco;

§ Par 2: laranja-branco, com uma faixa laranja (stripe) no condutor branco;

§ Par 3: verde-branco, com uma faixa verde (stripe) no condutor branco;

§ Par 4: marrom-branco, com uma faixa marrom (stripe) no condutor branco;

e) Ser composto por condutores de cobre;

f) Possuir impresso na capa externa:

§ Nome do fabricante e marca do produto;

§ Norma TIA e Categoria do Cabo;

§ Possuir data de fabricação dos cabos;

§ Número do Certificado Anatel;



---

§ Classe de flamabilidade LSZH;

§ Gravação sequencial métrica decrescente a partir de 305m que permita o reconhecimento imediato pela capa, do comprimento de cabo residual dentro da caixa;

- g) Capa externa em composto retardante à chama, com baixo nível de emissão de fumaça (LSZH) e possuir teste de conformidade para queima vertical LSZH conforme NBR 14705;
- h) Deverá ser apresentado através de catálogos ou proposta técnica de produto do fabricante, testes das principais características elétricas em transmissões de altas velocidades (valores típicos) de ATENUAÇÃO (dB/100m), NEXT (dB), PSNEXT (dB), RL (dB), ACR (dB), para frequências de 100 e 200Mhz;
- i) O fabricante deve possuir Certificado ISO 9001 e ISO 14001.

#### 5.4. Conector RJ45 fêmea Categoria 5E

- a) Deve possuir Certificação UL LISTED e ETL VERIFIED;
- b) Ter corpo em material termoplástico de alto impacto não propagante a chama que atenda a norma UL 94 V-0 (flamabilidade);
- c) Possuir protetores traseiros para as conexões e tampa de proteção frontal (dust cover) removível e articulada com local para inserção, (na própria tampa), de ícones de identificação;
- d) Possuir vias de contato RJ45 produzidas em bronze fosforoso com camadas de 2,54 µm de níquel e 1,27 µm de ouro;
- e) Apresentar disponibilidade de fornecimento nas cores: branco, bege, cinza, vermelho, azul, amarelo, marrom, laranja, verde e preto;
- f) O keystone deve ser compatível para as terminações T-568A e T-568B, segundo a ANSI/TIA/EIA-568.2-D;
- g) Atender as características elétricas contidas na norma ANSI/TIA/EIA-568-B.2(- 568-C.2); Categoria 5E;
- h) Possuir terminação do tipo 110 IDC (conexão traseira) em material bronze fosforoso e estanhado para a proteção contra oxidação e permitir inserção de condutores de 22 AWG a 26 AWG, permitindo ângulos de conexão do cabo, em até 180 graus;
- i) Possuir acessório para proteção do contato IDC e manutenção do cabo crimpado;
- j) Suportar ciclos de inserção, na parte frontal, igual ou superior a 750 (setecentas e cinquenta) vezes com conectores RJ-45 e 200 inserções com RJ11;
- k) Possibilitar o perfeito acoplamento com a tomada para conexão do RJ – 45 fêmea, uma e duas posições, e com os espelhos para conexão do RJ – 45 fêmea de duas, quatro e seis posições;
- l) Identificação do conector como categoria 5E, gravado na parte frontal do conector;
- m) Suportar ciclos de inserção, igual ou superior a 200 (duzentas) vezes com terminações 110 IDC;
- n) Fornecido com instrução de montagem na língua Portuguesa;
- o) O produto deve cumprir com requisitos que não agridam ao meio ambiente.
- p) Possuir logotipo do fabricante impresso no corpo do acessório.
- q) O fabricante deve possuir certificação ISO 9001 e ISO 14001.

---

#### 5.5. Conector RJ45 fêmea Categoria 6

- a) Possuir Certificação UL LISTED e ETL VERIFIED;
- b) Ter corpo em material termoplástico de alto impacto não propagante à chama que atenda a norma UL 94 V-0 (flamabilidade);
- c) Possuir protetores 110IDC traseiros para as conexões e tampa de proteção frontal (dust cover) removível e articulada com local para inserção, (na própria tampa), do ícone de identificação;
- d) Possuir vias de contato produzidas em bronze fosforoso com camadas de 2,54 e um de níquel e 1,27 µm de ouro;
- e) Apresentar disponibilidade de fornecimento nas cores (branca, bege, cinza, vermelha, azul, amarela, marrom, laranja, verde e preta);
- f) O keystone deve ser compatível para as terminações T-568A e T-568B, segundo a ANSI/TIA/EIA-568.2-D;
- g) Possuir terminação do tipo 110 IDC (conexão traseira) estanhados para a proteção contra oxidação e permitir inserção de condutores de 22 AWG a 26 AWG, permitindo ângulos de conexão do cabo, em até 180 graus;
- h) Suportar ciclos de inserção, na parte frontal, igual ou superior a 750 (setecentas e cinquenta) vezes com conectores RJ-45 e 200 inserções com RJ11;
- i) Suportar ciclos de inserção, igual ou superior a 200 (duzentas) vezes com terminações 110 IDC;
- j) Identificação do conector como Categoria 6 (CAT 6) gravado na parte frontal do conector;
- k) Atender as características elétricas contidas na norma ANSI/TIA/EIA-568-B.2- 12 (568-C); Categoria 6;
- l) O produto deve cumprir com requisitos que não agridam ao meio ambiente.
- m) O fabricante preferencialmente deverá apresentar certificação ISO 9001 e ISO 14001.

#### 5.6. Patch Panel Categoria 5E 24 portas

- a) Possuir Certificação UL LISTED ou ETL e ETL VERIFIED, tendo o selo delas no produto;
- b) O produto deve cumprir com requisitos que não agridam ao meio ambiente.
- c) Apresentar certificação de componente (component level ou component compliance com EIA/TIA 568C.2)
- d) Painel frontal em material termoplástico de alto impacto, não propagante a chama que atenda a norma UL 94 V-0 (flamabilidade), com porta etiquetas de identificação em acrílico para proteção;
- e) Apresentar largura de 19", conforme requisitos da norma ANSI/TIA/EIA-310D e altura de 1 U ou 44,5 mm;
- f) Ser disponibilizado com 24 conectores RJ-45 fêmea na parte frontal, estes devem ser fixados a circuitos impressos (para proporcionar melhor performance elétrica);
- g) Atender a ANSI/TIA/EIA-568.2-D Categoria 5E, ter corpo em termoplástico de alto impacto não propagante a chama que atenda a norma UL 94 V-0 (flamabilidade), possuir vias de contato produzidas em bronze fosforoso com camadas de 2,54 µm de níquel e 1,27 µm de ouro, possuir

terminação do tipo 110 IDC (conexão traseira) estanhados para a proteção contra oxidação e permitir inserção de condutores de 22 AWG a 26 AWG;

- h) Identificação do fabricante no corpo do produto;
- i) Possuir local para aplicação de ícones de identificação (para codificação), conforme requisitos da norma ANSI/TIA 606-C;
- j) Fornecido de fábrica com ícones ou etiquetas de identificação coloridos;
- k) Ser fornecido com guia traseiro perfurado, em material termoplástico de alto impacto, não propagante a chama que atenda a norma UL 94 V-0 (flamabilidade) com possibilidade fixação individual dos cabos, proporcionando segurança, flexibilidade e rapidez na montagem;
- l) Ser fornecido com acessórios para fixação dos cabos (velcros e cintas de amarração);
- m) Suportar ciclos de inserção, na parte frontal, igual ou superior a 750 (setecentas e cinquenta) vezes com conectores RJ-45 e 200 inserções com RJ11;
- n) Suportar ciclos de inserção, igual ou superior a 200 (duzentas) vezes com terminações 110 IDC;
- o) Ser fornecido em módulos de 6 ou 8 posições;
- p) Compatível com as terminações T568A e T568B, segundo a ANSI/TIA/EIA-568- C.2, sem a necessidade de trocas de etiqueta;
- q) O fabricante deve possuir certificação ISO 9001 e ISO 14001.

#### 5.7. Patch Panel Categoria 6 24 portas

- a) Possuir certificação UL LISTED ou ETL e ETL VERIFIED tendo os selos das mesmas impressos no produto.
- b) Painel frontal em material termoplástico de alto impacto, não propagante a chama que atenda a norma UL 94 V-0 (flamabilidade)
- c) Apresentar largura de 19 “e altura de 1 U ou 44,5mm.
- d) Ser disponibilizado com 24 conectores RJ-45 fêmea na parte frontal, estes devem ser fixados a circuitos impressos (para proporcionar melhor performance elétrica);
- e) O produto deve cumprir com requisitos que não agredam ao meio ambiente.
- f) As conexões fêmeas RJ-45 devem possuir as seguintes características: Atender a ANSI/TIA-568.2-D, Categoria 6, possuir vias de contato produzidas em bronze fosforoso com camadas de 2,54 µm de níquel e 1,27 µm de ouro, possuir terminação do tipo 110 IDC (conexão traseira) estanhados para a proteção contra oxidação, permitindo inserção de condutores de 22 AWG a 26 AWG;
- g) Identificação do fabricante no corpo do produto;
- h) Possuir local para aplicação de ícones de identificação (para codificação) conforme ANSI/TIA 606-C;
- i) Fornecido de fábrica com ícones ou etiquetas de identificação;
- j) Os conectores devem suportar ciclos de inserção, igual ou superior a 200 (duzentas) vezes com terminações 110 IDC;
- k) Disponibilizar em módulos de 8 posições;

- l) Os conectores devem suportar ciclos de inserção, na parte frontal, igual ou superior a 750 (setecentas e cinquenta) vezes com conectores RJ-45 e 200 inserções com RJ11;
- m) Atender as características elétricas contidas na norma ANSI/TIA-568.2-D, Categoria 6;
- n) O fabricante deve possuir certificação ISO 9001 e ISO 14001.

#### 5.8. Patch Panel Blindado Descarregado 24 portas

- a) O painel deverá possuir 24 portas ser blindado e modular.
- b) Compatível com o Conector RJ-45 Fêmea Blindado Categoria 6, Categoria 5e e Categoria 6A;
- c) Identificação do fabricante no corpo do produto;
- d) Ser disponibilizado com 24 portas (fornecido sem os conectores RJ-45 fêmea Blindados);
- e) Produto com largura de 19", conforme requisitos da norma EIA/ECA-310E, altura de 1U;
- f) Deve ser fornecido com guia traseiro;
- g) Deve ser fornecido com parafusos para fixação no rack;
- h) Deve possuir pintura em epóxi de alta resistência a riscos;
- i) Deve ser resistente a corrosão para aplicação interna;
- j) O produto deve cumprir com requisitos que não agridam ao meio ambiente.
- k) O fabricante preferencialmente deverá apresentar certificação ISO 9001 e ISO 14001.

#### 5.9. Patch Cord RJ45-RJ45 Categoria 5E

- a) Aplicação: Patch Cord para interligação entre a "tomada lógica" e a "estação de trabalho" ou para manobra na Sala de Telecomunicações;
- b) Para ativação dos pontos deverão ser fornecidos patch cords nos tamanhos de 1,5 metro, 2,5 metros e para alguns casos específicos poderão ser solicitados 6 e 10 metros e no caso do VOIP das escolas RJ11.
- c) Deve ter duas certificações Anatel conforme regulamento da entidade: a do cabo flexível e do cordão de manobra;
- d) Possuir Certificação UL LISTED.
- e) Possuir Certificação ETL VERIFIED (Componente testado e verificado).
- f) O cabo deve cumprir com requisitos que não agridam ao meio ambiente.
- g) Deverão ser montados e testados em fábrica, com garantia de performance;
- h) Deve possuir capa protetora (bota) do mesmo dimensional do RJ-45 plug e proteção à lingueta de travamento. Esta capa protetora deve ajudar a evitar a curvatura excessiva do cabo em movimentos na conexão bem como proteger o pino de destravamento dos conectores contra enroscamentos e quebras;
- i) Deve ser disponibilizado pelo fabricante em pelo menos 6 cores;
- j) O acessório deve ser confeccionado em cabo par trançado, U/UTP (Unshielded Twisted Pair), 24

AWG x 4 pares, composto por condutores de cobre flexível, multifilar, isolamento em poliolefina e capa externa em PVC não propagante a chama, conectorizados à RJ-45 macho Categoria 5E - com capa termoplástica (boot) envolvendo os conectores nas duas extremidades, estes conectores (RJ-45 macho), deve atender às especificações contidas na norma ANSI/TIA/EIA-568-C.22 Categoria 5E, ter corpo em material termoplástico de alto impacto não propagante a chama que atenda a norma UL 94 V-0 (flamabilidade), possuir vias de contato produzidas em bronze fosforoso com camadas de 2,54 µm de níquel e 1,27 µm de ouro, para a proteção contra oxidação, garras duplas para garantia de vinculação elétrica com as veias do cabo;

- k) Possuir classe de flamabilidade no mínimo CM;
- l) Atender as características elétricas contidas na norma ANSI/TIA/EIA-568-C.2 Categoria 5E;
- m) Características elétricas e performance testada em frequências de até 100 MHz;
- n) O Cabo utilizado deve apresentar resistência elétrica máxima do condutor igual a 93,8 Ohms/km;
- o) O Cabo utilizado deve apresentar capacitância mútua máxima de 56pF/m;
- p) NEXT mínimo de 35,3dB a 100MHz;
- q) PS-NEXT mínimo de 32,3dB a 100MHz;
- r) O fabricante deverá possuir certificação ISO 9001 e ISO 14001

#### 5.10. Patch Cord RJ45-RJ45 Categoria 6 -LSZH

- a) Patch Cord para interligação entre a “tomada lógica” e a “estação de trabalho” ou para manobra na Sala de Telecomunicações;
- b) Para ativação dos pontos deverão ser fornecidos patch cords nos tamanhos de 1,5 metro, 2,5 metros e para alguns casos específicos poderão ser solicitados 6 e 10 metros e no caso do VOIP das escolas RJ11.
- c) Possui Certificação UL LISTED.
- d) Possuir Certificação ETL VERIFIED (componente testado e verificado).
- e) Deve ter duas certificações Anatel conforme regulamento da entidade: a do cabo flexível e do cordão de manobra;
- f) Deve cumprir com requisitos que não agredam ao meio ambiente.
- g) Deverão ser montados e testados em fábrica, com garantia de performance;
- h) O acessório deve ser confeccionado em cabo par trançado, U/UTP Categoria 6 (Unshielded Twisted Pair), 24 AWG x 4 pares, composto por condutores de cobre flexível, multifilar, isolamento em poliolefina e capa externa em PVC não propagante a chama, conectorizados à RJ-45 macho Categoria 6 nas duas extremidades, estes conectores (RJ-45 macho), devem atender às especificações contidas na norma ANSI/TIA-568.2-D Categoria 6, ter corpo em material termoplástico de alto impacto não propagante a chama que atenda a norma UL 94 V-0 (flamabilidade), possuir vias de contato produzidas em bronze fosforoso com camadas de 2,54 µm de níquel e 1,27 µm de ouro, para a proteção contra oxidação, garras duplas para garantia de vinculação elétrica com as veias do cabo;
- i) Deve possuir classe de flamabilidade impressa na capa, com o correspondente número de registro (file number) da entidade Certificadora (UL);
- j) Deve possuir classe de flamabilidade no mínimo LSZH IEC60332-3;



- k) O Cabo utilizado deve apresentar Certificação ETL em conformidade com a norma ANSI/TIA-568.2-D (stranded cable);
- l) Deve possuir capa protetora (bota) do mesmo dimensional do RJ-45 plug e proteção à lingueta de travamento. Esta capa protetora deve ajudar a evitar a curvatura excessiva do cabo em movimentos na conexão bem como proteger o pino de destravamento dos conectores contra enroscamentos e quebras;
- m) Deve ser disponibilizado pelo fabricante em pelo menos 6 cores;
- n) Atender as características elétricas contidas na norma ANSI/TIA-568.2-D Categoria 6;
- o) Possuir características elétricas e performance testada em frequências de até 250 MHz;
- p) O fabricante deve possuir certificação ISO 9001 e ISO 14001.

#### 5.11. Patch Panel de Voz 30 portas

- a) Deve ser fornecido em aço com pintura epóxi, resistente a corrosão e riscos;
- b) Ocupar somente 1U no Racks;
- c) Composto por 3 módulos de conexão de 10 portas;
- d) Largura de 19", conforme requisitos da Norma EIA/ECA-310E;
- e) Permitir terminação de condutores sólidos de 22 AWG a 26 AWG;
- f) Possuir identificação com número da posição na parte frontal e traseira;
- g) Compatibilidade com patch cords conectorizados em RJ-11 ou RJ-45;
- h) Atender FCC 68.5 (EMI - Interferência Eletromagnética);
- i) Ser totalmente compatível com conectores plug RJ11;
- j) Permitir o uso de ferramenta punch-down na conexão dos condutores nas terminações 110 IDC traseiras;
- k) Performance garantida dentro dos limites da Norma EIA/TIA 568 para categoria 3.
- l) Deve atender as especificações das normas ANSI/TIA-568.2-D e seus adendos, ISO/IEC 11801 e NBR 14565.
- m) Deve possuir certificação UL.
- n) O fabricante deverá possuir certificação ISO 9001 e ISO 14001.

#### 5.12. Distribuidor Óptico (DIO)

- a) Deve suportar conectores Small Form Factory, para até 48 fibras com conectores LC, até 36 fibras com conector SC.
- b) Deverá ter a função de acomodar e proteger as emendas de transição entre o cabo óptico e as extensões óticas;
- c) Ser compatível com os adaptadores ópticos (SC, LC Duplex);
- d) Ser modular permitindo expansão do sistema;

- e) Deve possuir placa frontal padronizada, para permitir modularidade com outros produtos da linha;
- f) Deve possuir altura (1U) e ser compatíveis com o padrão 19"
- g) Deve possuir acessório para adaptar em rack padrão 23";
- h) Deve possuir áreas de armazenamento de excesso de fibras para acomodação, as emendas devem ficar internos à estrutura (conferindo maior segurança ao sistema);
- i) Ser fornecido com bandejas de acomodação de emendas em material plástico e todos os acessórios necessários para a realização de fusão;
- j) Ser fornecido com os pigtails e adaptadores ópticos.
- k) Ser fabricado em aço SAE 1020;
- l) Deve utilizar pintura do tipo epóxi de alta resistência a riscos.
- m) Deve possuir gaveta deslizante com sistema de trilhos para facilitar a manutenção/instalação e trabalhos posteriores sem retirá-los do rack;
- n) Deve possuir kit para permitir uma melhor ancoragem dos cabos, essa ancoragem deve ser feita no mínimo de 02 formas diferentes;
- o) Deve ser compatível com acessório de encaminhamento de excesso de fibras;
- p) Deve possibilitar terminação direta ou fusão, utilizando um mesmo módulo básico;
- q) Os adaptadores ópticos devem ser suportados por uma placa padrão dispostos de 12 em 12 ou de 8 em 8.
- r) Deve possuir bandejas de proteção de emendas ópticas (no máximo 2 por distribuidor óptico em caso de fusão óptica);
- s) Deve possuir 04 acessos para cabos ópticos traseiros;
- t) O fabricante deverá apresentar certificação ISO 9001 e ISSO 14001.

#### 5.13. Terminação óptica 4FO

- a) Ponto de terminação óptica para até 4 fibras de parede ou prateleira;
- b) Indicado para uso interno fixado em parede;
- c) Deve ter capacidade de gerenciar até 04 fibras ópticas;
- d) Deve permitir utilização com protetores de emenda (40mm ou 60mm).
- e) Deve suportar cabos ópticos de construção tight ou loose;
- f) Permitir sistema de amarração na entrada do cabo, para uma melhor ancoragem;
- g) Deve apresentar dimensional compacto;
- h) Deve acompanhar os parafusos para fixação;
- i) Deve possuir peso inferior a 0,5kg;
- j) O fabricante deve apresentar certificação ISO 9001 E ISO 14001.

---

**5.14. Cabo Óptico uso interno/externo multimodo 4 fibras, 50/125 microns**

- a) Permitir aplicação em ambiente externo e interno, com construção do tipo “tight”, composto por fibras ópticas multimodo com revestimento primário em acrilato e revestimento secundário em material polimérico colorido (900 µm), reunidas e revestidas por fibras sintéticas dielétricas para suporte mecânico (resistência à tração) e cobertas por uma capa externa em polímero especial para uso interno e externo na cor preta;
- b) Ser constituído por fibras multimodo 50/125 µm □ 3µm, proof-test 100Kpsi.
- c) Apresentar Certificação UL (OFNR);
- d) Apresentar atenuação máxima de: 3,5 dB/km em 850nm; 1,5 dB/km em 1300nm
- e) Apresentar largura de banda: 200MHz.km (62,5) ou 500MHz.Km (50) em 850nm; 600MHz.km (62,5) ou 500 MHz.Km (50) em 1300nm.
- f) Ser totalmente dielétrico, garantindo a proteção dos equipamentos ativos de transmissão contra propagação de descargas elétricas atmosféricas.
- g) Possuir resistência à umidade, fungos, intempéries e ação solar (proteção UV);
- h) Possuir resistência à tração durante a instalação de 185Kgf;
- i) Temperatura de operação de -20 a 65 graus, comprovada através do teste de ciclo térmico.
- j) Possuir impresso na capa externa nome do fabricante, marca do produto, data de fabricação, gravação sequencial métrica (em sistema de medida internacional SI);
- k) Aplicação em Sistemas de cabeamento intrabuilding e interbuilding, segundo as normas ANSI /TIA 568.3-D
- l) O fabricante deve possuir certificação ISO 9001 E ISO 14001
- m) O cabo deve cumprir com requisitos que não agredam ao meio ambiente.

**5.15. Cordão Óptico multimodo**

- a) Os cordões e extensões ópticas deverão possuir características para aplicações em sistemas de cabeamento estruturado para tráfego de voz, dados e imagens, segundo requisitos da norma ANSI/TIA-568.3-D, para uso interno em cabeamento vertical ou primário em salas ou armários de distribuição principal, ou para cabeamento horizontal ou secundário em salas de telecomunicações (cross-connect) na função de interligação de distribuidores e bloqueios ópticos com os equipamentos de rede.
- b) Este cordão deverá ser constituído por um par de fibras ópticas multimodo 50/125µm OM3 cor AQUA, tipo “tight”;
- c) Utilizar padrão “zip-cord” de reunião das fibras para diâmetro de 2mm;
- d) A fibra óptica deste cordão deverá possuir revestimento primário em acrilato e revestimento secundário em PVC;
- e) Sobre o revestimento secundário deverão existir elementos de tração e capa em PVC não propagante à chama;
- f) As extremidades deste cordão óptico duplo devem vir devidamente conectorizadas e testadas de fábrica;
- g) Raio mínimo de curvatura aceitável para este cordão óptico duplo é de 50mm.

- h) O fabricante deverá apresentar certificados ISO 9001 e ISO 14001;
- i) Possuir impresso na capa externa nome do fabricante, identificação do produto e data de fabricação;
- j) Deverá constar uma etiqueta com o símbolo da Anatel e o nome do conector
- k) Ser disponibilizado nas opções de terminações com conectores SC e LC ou LC e LC.
- l) O fabricante deve possuir certificação Anatel para os conectores ópticos SC e LC ou LC e LC.

#### 5.16. Cabo Óptico uso interno/externo multimodo 4 fibras, 50/125 microns 10GB OM3

- a) O cabo óptico deverá ser para uso externo e interno em construção do tipo “tight”, composto por fibras ópticas multimodo 50/125µm com revestimento primário em acrilato e revestimento secundário em material polimérico colorido (900
- b) µm), reunidas e revestidas por fibras sintéticas dielétricas para suporte mecânico (resistência à tração) e cobertas por uma capa externa em polímero especial para uso interno e externo;
- c) Possuir certificação para inflamabilidade (UL LISTED) CMR “Riser” impressa na
- d) capa externa;
- e) O fabricante deste cabo óptico deverá possuir certificação ISO 9001 e ISO 14001.
- f) Este cabo deverá ser constituído por fibras multimodo 50/125 µm □ 3µm, proof-test 100Kpsi.
- g) Apresentar atenuação máxima de: 3,0 dB/km em 850nm; 1,0 dB/km em 1300nm
- h) Apresentar largura de banda mínima de: (10 GIGABIT Ethernet em 550m): 4700 MHz.km em 850 nm, 500 MHz.km em 1310nm (Laser EMB);
- i) Ser totalmente dielétrico, garantindo a proteção dos equipamentos ativos de transmissão contra propagação de descargas elétricas atmosféricas.
- j) Possuir resistência à tração durante a instalação de 185Kgf;
- k) Temperatura de operação de -20 a 65 graus, comprovada através de teste ciclo térmico.
- l) Possuir impresso na capa externa nome do fabricante, marca do produto, data de fabricação, gravação sequencial métrica (em sistema de medida internacional SI).
- m) O cabo deve cumprir com requisitos que não agredam ao meio ambiente.

#### 5.17. Cordão Óptico multimodo 10GB

- a) Os cordões e extensões ópticas deverão possuir características para aplicações em sistemas de cabeamento estruturado para tráfego de voz, dados e imagens, segundo requisitos da norma ANSI/TIA/EIA-568-B.3, para uso interno em cabeamento vertical ou primário em salas ou armários de distribuição principal, ou para cabeamento horizontal ou secundário em salas de telecomunicações (cross- connect) na função de interligação de distribuidores e bloqueios ópticos com os equipamentos de rede.
- b) Este Cordão deverá ser constituído por fibras multimodo 50/125 µm □ 3µm, proof-test 100Kpsi.
- c) Apresentar atenuação máxima de: 3,0 dB/km em 850nm; 1,0 dB/km em 1300nm
- d) Apresentar largura de banda mínima de: (10 GIGABIT Ethernet em 550m): 4700 MHz.km em 850 nm, 500 MHz.km em 1310nm (Laser EMB);

- e) Utilizar padrão “zip-cord” de reunião das fibras para diâmetro de 2mm;
- f) A fibra óptica deste cordão deverá possuir revestimento primário em acrilato e revestimento secundário em PVC;
- g) Sobre o revestimento secundário deverão existir elementos de tração e capa em PVC não propagante à chama;
- h) As extremidades deste cordão óptico duplo devem vir devidamente conectorizadas e testadas de fábrica;
- i) Raio mínimo de curvatura aceitável para este cordão óptico duplo é de 50mm.
- j) O fabricante deverá apresentar certificados ISO 9001 e ISO 14001;
- k) Possuir impresso na capa externa nome do fabricante, identificação do produto e data de fabricação;
- l) Deverá constar uma etiqueta com o símbolo da Anatel e o nome do conector
- m) Ser disponibilizado nas opções de terminações com conectores LC.
- n) O fabricante deve possuir certificação Anatel para os conectores ópticos LC

#### 5.18. Materiais de Infraestrutura

- a) As características dos materiais de infraestrutura presentes nesse documento definem requisitos mínimos que devem ser atendidos pelos materiais ofertados.
- b) Os itens especificados podem ser classificados em 3 grupos de acordo com sua natureza:
- c) Infraestrutura galvanizada, infraestrutura em alumínio e infraestrutura em material polimérico. A escolha do material que será aplicado em determinada atividade será feita pela FDE quando a documentação do projeto for entregue para avaliação. Diferentes tipos de materiais podem ser aplicados em diferentes atividades no decorrer do contrato ou mesmo em diferentes locais num mesmo serviço.

#### 5.19. Eletrodutos Eletrolítico

- a) Os eletrodutos devem ser rígidos, fabricados em aço carbono eletrolítico, com espessura de, no mínimo, 0,75mm, fornecidos em barras de 3 (três) metros e em conformidade com os diâmetros especificados em projeto. Eletrodutos zincados eletrolíticos em aço carbono, **norma NBR 13057/93**. Todos os acessórios dos eletrodutos devem seguir a mesma norma para zincados eletrolítico (abraçadeiras tipo BC, unidut's, etc).

#### 5.20. Eletrodutos Eletrolítico Galvanizado a Fogo

- a) Os eletrodutos devem ser rígidos, fabricados em aço carbono eletrolítico, com espessura de, no mínimo, 0,75mm, fornecidos em barras de 3 (três) metros e em conformidade com os diâmetros especificados em projeto. Eletrodutos zincados a fogo, norma NBR 5624/93. Todos os acessórios dos eletrodutos devem seguir a mesma norma para zincados a fogo. (abraçadeiras tipo BC, unidut's, etc).

#### 5.21. Eletrocalhas

- a) As eletrocalhas deverão ser lisas com virola e tampa de pressão, serão fabricadas em aço galvanizado eletrolítico, com espessura (bitola 16 AWG) para eletrocalhas com área de seção transversal superior a 10.000mm<sup>2</sup> e espessura (bitola 18 AWG) para eletrocalhas com área de seção transversal inferior a 20.000mm<sup>2</sup>.
- b) Devem ser fornecidas em barras de 3 metros e apresentar cantos arredondados. Os acessórios (curvas, tês, reduções, deverão ser fornecidos no mesmo padrão das eletrocalhas, porém sem virola. Apenas quando especificado em projeto as eletrocalhas deverão ser perfuradas.



#### 5.22. Conduletes

- a) Os conduletes, unidut's, buchas, arruelas, adaptadores e outros acessórios utilizados nos conduletes deverão ser fabricados em alumínio silício. Os conduletes deverão ter perfeito acabamento e deverão possuir tampas nas saídas não utilizadas.

#### 5.23. Caixas de Passagem Alumínio

- a) As caixas de passagem de 60cm x 60cm x 10cm deverão ser em alumínio silício, com resistência às intempéries e vedação adequada na tampa e conexões, deverá possuir aba específica para fixação em parede. Os parafusos para fixação da tampa na caixa serão em aço inox. Caixas com dimensões diferentes da apresentada acima só poderão ser utilizadas quando especificadas em projeto.

#### 5.24. Caixas de Passagem Latão

- a) As caixas de passagem de 20cm x 20cm x 10cm, 30cm x 30cm x 10cm e 40cm x 40cm x 15cm deverão ser em Latão tratado ou Epóxi, com resistência às intempéries e vedação adequada na tampa e conexões, deverá possuir aba específica para fixação em parede. Os parafusos para fixação da tampa na caixa serão em aço inox. Caixas com dimensões diferentes da apresentada acima só poderão ser utilizadas quando especificadas em projeto.

#### 5.25. Caixas para piso elevado

- a) Caixa para piso elevado completa, em termoplástico para 02 tomadas elétrica e 02 pontos de dados/voz 115 x 200 x 35 mm. Caixas com dimensões diferentes da apresentada acima só poderão ser utilizadas quando especificadas em projeto.

#### 5.26. Eletrodutos Flexíveis

- b) Os eletrodutos flexíveis deverão possuir o interior metálico formado por fita de aço galvanizada eletrolítica laminada à frio, com revestimento exterior extrudado sob pressão em PVC antichama.

#### 5.27. Materiais de infraestrutura em alumínio

- a) Todos os materiais devem ser fabricados por líderes de mercado em seus segmentos e os produtos devem ter aceitação e reconhecimento mundial, no referente às entidades padronizadoras, mesmo quando não normatizadas.
- b) Todos os produtos de infraestrutura aparente para cabos elétricos e de comunicação (canaletas e acessórios) devem ser de um mesmo fabricante. O canal instalado deve ser compatível com os requisitos da norma ANSI/TIA/EIA 569-B. Os produtos devem ser garantidos pelo período de 12 meses no mínimo.
- c) O fabricante dos produtos de infraestrutura aparente para cabos elétricos e de comunicação deve
- d) ser uma empresa certificada ISO 9001 e ISO 14001.
- e) Todas as comprovações técnicas deverão ser feitas através de certificado apresentado no ato da assinatura da Ata de Registro de Preços.
- f) Os dutos de alumínio deverão ser pintados na cor branca ou outra cor definida no projeto e possuir, ao menos, uma divisão interna que permita a passagem de cabeamento da rede de dados/voz e da rede elétrica separadamente em todo o percurso dos cabos, inclusive em acessórios de derivação e curvas.
- g) A solução de infraestrutura em alumínio indicada no certame deverá ser mantida durante todo o período de vigência do contrato. Qualquer alteração na relação de produtos ofertados deverá ser submetida a aprovação da FDE.

#### 5.28. Dutos de Alumínio

- a) Duto para instalação aparente deve ser em alumínio extrudado com 1,5mm de espessura 3 dimensões externas de 73mmx25mm e 45mmx73mm e liga especial 6060-T5, com características paramagnéticas e garantia de blindagem aos campos eletromagnéticos e não centelhamento.
- b) Tampas com encaixe para fechamento sob pressão garantindo excelente fixação mecânica quando fechada e de fácil remoção, não deixando frestas entre a tampa e os septos divisores, quando estes existirem.
- c) As emendas dos dutos devem ser feitas pela transposição de 100 mm (mínimo) das tampas, garantido a continuidade elétrica delas. Os dutos devem ter tratamento superficial: anodizado e ou pintado. Quando pintados, a pintura deve ser de alta qualidade com pré-cromatização (base) e aplicação de tinta pó híbrida/poliéster com cura a 210 graus centígrados. Quando anodizados devem possuir uma camada de anodização mínima de 10 micras.
- d) Devem permitir repetibilidade, expansão e ou substituição das instalações bem com a fácil alteração de layout.
- e) Devem possuir laudos de ensaios que comprovem a atenuação de interferência eletromagnética.
- f) Comprimento do duto com tampa: 3,00 metros.

#### 5.29. Tampas para instalações aparentes

- a) As tampas devem ser com encaixe para fechamento sob pressão devem ser do tipo:
- b) Plana Lisa, Plana Ranhurada, Curva Lisa, Curva Ranhurada.

#### 5.30. Curvas para instalações aparentes

- a) As curvas para instalações APARENTES devem ser fabricadas pelo processo de injeção de alumínio sob pressão. Devem ser fixadas nos dutos por encaixe sob pressão, permitindo a continuidade elétrica do conjunto. A curva deve ter raio interno compatível com o raio de curvatura exigido pelo cabo que será usado.
- b) Não será permitido o uso de meia esquadria ou outra forma para realização de curvas, tanto horizontais como verticais.
- c) Será permitido o uso de Caixas de Derivação quando se fizer necessário.
- d) As curvas devem ser dotadas de septos móveis que permitam a formatação da curva para cada necessidade.
- e) Curvas em material plástico só serão aceitas quando utilizado material com homologação junto a órgão homologadores como UL, ABNT, Inmetro. A matéria prima utilizada deve ser isenta de halogenados e ter característica anti-chama a nível V0. Neste caso, os dutos devem ser interligados com cabo/fio para permitir a continuidade elétrica.

#### 5.31. Acessórios

- a) Todos os acessórios devem ser fabricados utilizando alumínio e ou material termoplástico com homologação junto a órgão homologadores com UL, ABNT. INMETRO. A matéria prima utilizada deve ser isenta de halogenados e ter característica antichama a nível V0.

#### 5.32. Caixas de Derivações para instalações aparentes

- a) As caixas de derivações para instalações APARENTES devem ser fabricadas em alumínio ou latão com espessura mínima de 1,2mm. Devem ser fixadas nos dutos e na parede.
- b) As Caixas de Derivação devem ser providas de selos removíveis para ajustar a cada situação e a cada duto.
- c) As caixas de Derivação devem ser pintadas com pré-cromatização (base) e aplicação de tinta pó híbrida/poliéster com cura a 210 graus centígrados.

### 5.33. Caixa de terminação

- a) As caixas de terminação devem ser fabricadas com material termoplástico ABS, com matéria prima certificada na UL, isenta de halogenados. Sua fixação deve ser por encaixe sob pressão sobre nos dutos permitindo que os equipamentos de saída (tomadas, RJ etc.) fiquem fora da área do duto, deixando livre a secção do duto para passagem dos cabos.
- b) Devem estar preparados para receber as novas tomadas Brasileira, NBR 14136. Sua fabricação deve atender as normas EIA/TIA 568 e 569 quanto aos raios de curvatura para cabos categoria 6.

### 5.34. Dutos e acessórios de PVC

- a) Todos os materiais necessários à execução dos serviços serão fornecidos pela empresa CONTRATADA, sendo obrigatório à apresentação de catálogos ou folhas técnicas do fabricante do sistema de infraestrutura aparente para a comprovação das características dos produtos, marca e modelo, para cada um dos itens a seguir especificados.
- b) Todos os materiais devem ser fabricados por líderes de mercado em seus segmentos e os produtos devem ter aceitação e reconhecimento mundial, no referente às entidades padronizadoras, mesmo quando não normatizadas.
- c) Todos os produtos de infraestrutura aparente para cabos elétricos e de comunicação (canaletas e acessórios) devem ser de um mesmo fabricante. O canal instalado deve ser compatível com os requisitos da norma ANSI/TIA/EIA 569-B. Os produtos devem ser garantidos pelo período de 12 meses no mínimo.
- d) O fabricante dos produtos de infraestrutura aparente para cabos elétricos e de comunicação deve
- e) ser uma empresa certificada ISO 9001 e ISO 14001. **Todas as comprovações técnicas deverão ser feitas através de certificado apresentado no ato da assinatura da Ata de Registro de Preços.**
- f) Os dutos de PVC deverão ser fabricados em material autoextinguível na cor branca e possuir, ao menos, uma divisão interna que permita a passagem de cabeamento da rede de dados/voz e da rede elétrica separadamente em todo o percurso dos cabos, inclusive nos acessórios de derivação e curvas. Pelo menos uma das seções destes dutos deve possuir uma área interna útil de no mínimo 1.300mm<sup>2</sup> para passagem de pelo menos 20 (vinte) cabos UTP, categoria 6 considerando uma taxa máxima de ocupação de 60% (comprovado em catálogo do fabricante). O duto
- g) deverá suportar ainda a instalação de, no mínimo, uma segunda divisão interna e se esta não estiver presente na ocasião da instalação.
- h) O conjunto composto de base e tampa deverá atender às Normas de Cabeamento EIA/TIA 569-B e NBR 14565 com relação e raio de curvatura dos cabos e isolamento elétrico.
- i) Todas as peças fornecidas, canaletas, curvas e acessórios de derivação, devem possuir uma certificação de conformidade emitida por um laboratório de terceira parte atestando que os produtos foram avaliados segundo a norma para sistemas de canalização de sobrepor IEC 61084.
- j) Todas as comprovações técnicas deverão ser feitas através de certificado apresentado no ato da assinatura da Ata de Registro de Preços.
- k) Todas as peças fornecidas, canaletas, curvas e acessórios de derivação, devem possuir grau de inflamabilidade UL94 V-0.
- l) A solução deve possuir Caixa de derivação, construída em ABS, com suporte para encaixe de, no mínimo, um espelho (faceplates) universal 4x2, para acomodar a instalação de conectores (keystones) para rede local ou tomadas elétricas. Este dispositivo deve possuir o mesmo padrão de acabamento da solução ofertada e deverá igualmente possuir grau de inflamabilidade UL94 V-

0.

- m) A solução de infraestrutura em PVC indicada no certame deverá ser mantida durante todo o período de vigência do contrato. Qualquer alteração na relação de produtos ofertados deverá ser submetida a aprovação da FDE.

## 6. MATERIAIS ESTIMADOS

O quadro abaixo apresenta a relação dos materiais estimados para execução dos serviços de infraestrutura de cabeamento lógico, físico e elétrico, com foco na padronização, conformidade técnica e suporte à eficiência operacional das atividades de tecnologia da informação.

Seq.	Descrição	Unidade	Quantidade Estimada SEDUC/FDE/CENTRO PAULA SOUZA
1	Cabo elétrico preto, azul e verde de 2,5 mm <sup>2</sup> a 10mm <sup>2</sup>	mts	2.858.952
2	Cabo elétrico preto, azul e verde de 16 mm <sup>2</sup> a 25mm <sup>2</sup>	mts	3.150
3	Cabo elétrico preto, azul e verde de 35 mm <sup>2</sup> a 50mm <sup>2</sup>	mts	1.722
4	Cabo elétrico PP 3x2,5mm <sup>2</sup>	mts	9.606
5	Disjuntores Bipolar de 30 a 63 A DIN, Tripolar de 50 a 63 A DIN e Unipolar 16 a 20 A DIN/ A UL	pçs	7.450
6	Tomada padrão NBR14136 de encaixe hexagonal com 03 pinos sendo o pino central "Terra" e as correntes de trabalho de 10A e 20A– Cor Preta /	pçs	37.249
7	Patch Cord RJ45-RJ45 categoria 5e - 1,5 e 2,5 metros	pçs	49.486
8	Patch Cord RJ45-RJ45 categoria 6 - 1,5 metros e 2,5 – LSZH	pçs	29.454
9	Patch Cord RJ45-RJ45 categoria 6 - 6 a 10 metros – LSZH	pçs	100
10	Cabo UTP categoria 5E 4 pares LSZH	mts	1.920.271
11	Conector RJ45 fêmea categoria 5e T568A/B	Pçs	24.341
12	Cabo UTP categoria 6 4 pares LSZH	mts	1.130.105
13	Conector RJ45 fêmea categoria 6 T568A/B	pçs	15400
14	Patch Panel categoria 5e T568A/B 24 portas	pçs	1885
15	Patch Panel categoria 6 T568A/B - 24 portas	pçs	1139
16	Patch Panel de VOZ Cat.3 30 portas	pçs	20
17	Cabo C150 10 pares	mts	1728
18	Distribuidor Interno Óptico de 12 ou 24 fibras com pigtails, acopladores e acessórios de terminação óptica por fusão do tipo SC 50/125 microns	pçs	357
19	Caixa de Terminação Óptica de 4 fibras com extensões ópticas, acopladores e acessórios de terminação óptica por fusão do tipo SC 50/125 microns	pçs	13
20	Cabo óptico do tipo indoor/outdoor, multimodo, 50/125, de 4 fibras, 1Gbps	mts	38220
21	Cordão óptico MM SC-LC 50/125 de 2,5 a 5 metros	pçs	315
22	Cabo óptico do tipo indoor/outdoor, multimodo, 50/125, de 4 fibras 10 Gbps OM3	mts	4099
23	Cordão Optico Duplex MM (50) 10GIGABIT LC/LC-SPC 2.5M a 5.0M	pçs	87
24	Cordão Óptico MM LC-LC 50/125 de 2,5mts	pçs	44
25	Extensão Optica Duplex MM (50) 10 GIGABIT LC-SPC 1.5M	pçs	87
26	Conversor de mídia de 10-100TX RJ-45 para 100FX SC Stand Alone	pçs	4
27	Conversor de mídia de 100/1000 TX RJ-45 para 100/1000 FX SC ou LC Stand Alone	pçs	378
28	Guia de cabo fechado de 1U	pçs	3858

29	Bandeja fixa para rack 400mm	pçs	67
30	Kit de Ventilação para Rack 19" com 2 ventiladores	pçs	67
31	Rack de 12U's	pçs	302
32	Rack de 24U's	pçs	161
33	Rack de 44U's	pçs	7
34	Quadro Elétrico 12 Disjuntores	pçs	133
35	Quadro Elétrico 36 Disjuntores	pçs	2

A tabela acima descreve quantidades estimadas, sendo apenas referências para execução do objeto.

Demais materiais podem compor as execuções dos serviços, tais como:

Abraçadeira tipo BC de 3/4", 1", 1/2" e 2",

Arruela de 3/4", 1", 1/2" e 2",

Base p/ perfilado 38x38 c/ 4 furos fixação interna, Bucha de 3/4", 1", 1/2" e 2", Bucha e parafuso S8 e S10, Caixa 45x73mm com 2 furos p/ conector RJ45 p/ rodapé, Caixa 45x73mm com 3 furos p/ tomada elétrica p/ rodapé, Caixa de passagem em aço galvanizado pintura eletrostática de 20x20x10 e 30x30x15, Caixa de passagem em alumínio de 20x20x11 e 30x30x12, Caixa de superfície com 1 saída e 2 saídas RJ45 fêmea (surface), Caixa de telef. de sobrepor 60x60x15 e 80x80x15, Caixa externa 50x20mm para 1 tomada elétrica sistema X, Caixa para piso elevado completa, em termoplástico para 02 tomadas elétrica e 02 pontos de dados/voz, Canaleta do tipo rodapé metálico de 100x40x2000mm com tampa em pintura eletrostática na cor branca, Canaleta plástica do tipo rodapé de 100x50, Canaleta plástica perfurada 40x40 para quadro elétrico, Canaleta plástica 50x20x2200mm sistema X, Chumbador de 1/4" e 3/8" do tipo CB, Cotovelo interno para rodapé metálico 100x40mm com tampa em pintura eletrostática na cor branca, Cotovelo externo para rodapé 100x40mm com tampa em pintura eletrostática na cor branca, Cotovelo horizontal para rodapé 100x40 com tampa em pintura eletrostática na cor branca, Curva Galvanizada 90° longa de 3/4", 1", 1/2" e 2", Curva Galvanizada a fogo 90° longa de 3/4", 1", 1/2" e 2", Curva horizontal externa e interna 90° rodapé metálico 45x73mm c/ tampa, Curva vertical interna e externa 90° rodapé metálico 45x73mm c/ tampa, Derivação cotovelo externo e interno 50x20mm sistema X, Derivação cotovelo externo e interno para canaleta plástica de 100x50 com tampa, Derivação cotovelo horizontal de 100x50 e 200x100, Derivação curva de descida externa e interna para eletrocalha de 100x50 e 200x100, Derivação emenda 50x20mm sistema X, Derivação T horizontal para eletrocalha de 100x50 e 200x100, Derivação T para rodapé 100x40mm tampa em pintura eletrostática na cor branca, Derivação terminal 50x20mm sistema X, Derivação T para canaleta plástica de 100x50 com tampa, Eletrocalha galvanizada perfurada 100x50x3000 e 220x100x3000 com divisão e tampa chapa 16, Eletroduto Galvanizado a fogo 3/4", 1", 1/2" e 2", Eletroduto Galvanizado 3/4" e 1", Eletroduto Galvanizado eletrolítico 1/2" e 2", espelho 4x4 com até 4 saídas para conector RJ45 fêmea, Espelho 4x2 com até 2 saídas para conector RJ45 fêmea, Etiqueta para identificação de cabos UTP, tomadas e patch panel, Junta L, T e X interna p/ perfilado 38x38mm, Junta Reta I interna p/ perfilado 38x38mm, Kit fixação Parafuso e Arruela M5, Módulo para rodapé metálico 100x40mm com 2 saídas para tomada elétrica e 2 saídas para RJ45 fêmea, Módulo para canaleta plástica de 100x50, externo com 2 saídas RJ45 e 2 saídas para tomadas elétricas, Multilete de 1/2" e 2" com tampa, Multilete de 3/4" e 1" sem tampa, Parafuso, porca e arruela de 1/4" e 3/4", Perfilado galvanizado de 3 metros com tampa de pressão de 38x38 parede média, Terminal de pressão olhal de 2,5mm² a 50mm², Terminal de pressão agulha de 2,5mm² a 50mm², Redução Eletrocalha 200x50 para 100x50, Rodapé em alumínio 45x73x3000mm com tampa, Placa de Advertência p/ Fibra Optica 9X4CM Relevô, Saída para eletroduto de 3/4" e 1", Sealtube de 3/4", 1", 1/2" e 2" sem capa de borracha, Suporte para perfilado 38x38 do tipo L, Suporte tipo igreja para eletrocalha 100x50 e 200x100, T vertical de 90° subida p/ rodapé metálico 45x73mm c/ tampa, Tala de 50 e 100 com 4 furos, Tampa Cega para Multilete de 3/4" e 1", Tampa para 01 tomada elétrica para Multilete de 3/4" e 1", Tampa para 02 tomadas RJ45 fêmea com suporte colarinho para multilete de 3/4" e 1", Terminal de fechamento rodapé 45x73mm, Unidut Multiplo, Cônico e reto de 3/4", 1", 1/2" e 2", Velcro dupla face 20mm rolo 3m e Vergalhão de rosca total de 1/4" e 3/8".

## 7. QUANTITATIVOS SEDUC E FDE

O quadro abaixo apresenta os quantitativos das demandas dos serviços do objeto por órgão – SEDUC, CPS e FDE:



Seq	Descrição	Quantidade (SEDUC/CPS)	Quantidade (FDE)	Total
1	Vistoria	180	2	182
2	Instalação de Rack de 12U	301	1	302
3	Instalação de Rack de 24U	134	27	161
4	Instalação de Rack de 44U	7	0	7
5	Manutenção de Rack	65	2	67
6	Remanejamento de rack de 12, 24 E 44 US	15	0	15
7	Desinstalação de ponto de rede, elétrica e rack existente	12.100	500	12.600
8	Preparação para entrada de link	143	0	143
9	Instalação de ponto lógico CAT5E - Identificação e conectorização de pontos UTP 04 pares	22.604	10	22.614
10	Instalação de ponto lógico CAT6 - Identificação e conectorização de pontos UTP 04 pares	12.673	1.000	13.673
11	Manutenção de ponto de rede CAT5E - existente	1.717	10	1.727
12	Manutenção de ponto de rede CAT6 - existente	552	100	652
13	Remanejamento de ponto existente de dados ou elétrica	202	200	402
14	Instalação de ponto elétrico	34.989	200	35.189
15	Manutenção de ponto elétrico existente	1.960	100	2.060
16	Instalação de Quadro Elétrico para até 12 disjuntores	133	0	133
17	Instalação de Quadro Elétrico para até 36 disjuntores	2	0	2
18	Identificação e fusão de cabo óptico – por fibra	111	25	136
19	Manutenção cabo óptico - por fibra	40	50	90
20	Instalação cabeamento de telefonia através de cabos CI506 de 10 pares	6	10	16
21	Elaboração de AS-BUILT	59	1	60

São Paulo, na data da assinatura digital.

**CASSIA GOMES DA SILVA**

Gerente de Gestão de Recursos e Serviços

**LUZIA VALERIA SARNO**

Diretora de Tecnologia da Informação

**ADENDO II DEMAIS OBRIGAÇÕES DO TERMO DE REFERÊNCIA**

Os serviços de infraestrutura, que envolvem a referida ata são:

Seq.	Descrição
1	Vistoria
2	Instalação de Rack de 12U
3	Instalação de Rack de 24U
4	Instalação de Rack de 44U
5	Manutenção de Rack
6	Remanejamento de rack de 12, 24 E 44 US
7	Desinstalação de ponto de rede, elétrica e rack existente
8	Preparação para entrada de link
9	Instalação de ponto lógico CAT5E Identificação e conectorização de pontos UTP 04 pares
10	Instalação de ponto lógico CAT6 Identificação e conectorização de pontos UTP 04 pares
11	Manutenção de ponto de rede CAT5E existente
12	Manutenção de ponto de rede CAT6 existente
13	Remanejamento de ponto existente de dados ou elétrica
14	Instalação de ponto elétrico
15	Manutenção de ponto elétrico existente
16	Instalação de Quadro Elétrico para até 12 disjuntores
17	Instalação de Quadro Elétrico para até 36 disjuntores
18	Identificação e fusão de cabo óptico- por fibra
19	Manutenção cabo óptico- por fibra
20	Instalação cabeamento de telefonia através de cabos CI50 de 10 pares
21	Elaboração de As-built

É de responsabilidade da detentora da referida ata de infraestrutura, para execução dos serviços, quando houver necessidade, as seguintes obrigações:

- Disponibilizar todas as ferramentas e todos os instrumentos nos tipos e quantidades suficientes e necessários para execução dos serviços relacionados.
- Realizar a recomposição da infraestrutura original (pintura, paredes, gesso etc.) caso ocorra algum dano durante à execução dos serviços.
- Se restringir a executar os serviços constantes do Termo de Contrato, e não acatar demandas de usuários ou terceiros. Alterações na forma e no escopo de execução dos serviços constantes no Termo de Contrato deverão ser sempre submetidos e aprovados pela equipe técnica da FDE. Casos específicos devem ser comunicados, documentados e aprovados pela FDE.
- A ordem de execução dos serviços deverá ser preenchida em 3 vias, sendo entregue uma para a Instituição que está sendo executado o serviço, outra via digital para a FDE e outra para a CONTRATADA, relatando a solicitação da demanda e o serviço executado, assinado pelo responsável do local, com carimbo da instituição e do responsável. Nas composições de atendimentos com mais de um serviço, apenas uma ordem de execução é necessária.

Em relação especificamente aos serviços:

**Instalação de rack de 12Us, 24US e 44US, Remanejamento de Rack e Manutenção de Rack**

- Deverá ser entregue para a FDE, de forma digital, nuvem ou sistema disponibilizado pela CONTRATANTE, todas as documentações digitalizadas e acompanhadas de registro fotográfico das instalações realizadas em até 15 dias corridos após a execução das atividades, contendo no mínimo 1 foto do rack aberto e 1 foto do rack fechado e uma foto da etiqueta de identificação do rack, com a respectiva data de instalação e uma cópia da ordem de execução.

---

## **Desinstalação de rack, Desinstalações de pontos lógicos CAT5E e 6 e Desinstalações de ponto elétrico**

- É de obrigação da detentora a Retirada de materiais removidos.
- Deverá ser entregue para a FDE, de forma digital, nuvem ou sistema disponibilizado pela CONTRATANTE, todas as documentações digitalizadas e acompanhadas de registro fotográfico antes da remoção e posterior a remoção do serviço solicitado

### **Preparação para Entrada de Link:**

- Deverá ser entregue para a FDE, de forma digital, nuvem ou sistema disponibilizado pela CONTRATANTE, todas as documentações digitalizadas e acompanhadas de registro fotográfico das instalações realizadas em até 15 dias corridos após a execução das atividades, contendo fotos que deixem claro todo o encaminhamento do serviço realizado e uma cópia da ordem de execução

### **Instalação de novo ponto CAT5:**

- Certificação através de equipamento do tipo Penta Scanner para a Categoria 5E;
- A DETENTORA deverá encaminhar para a FDE um croqui com o esquema de instalação de toda a infraestrutura realizada na localidade.
- Todos os pontos (UTP categoria 5E) instalados pela DETENTORA deverão ser certificados de acordo com as Normas ANSI/EIA/TIA 568.2-D. Os testes de certificação deverão ser realizados pela DETENTORA através da utilização de equipamento de certificação aferido (com certificado de calibração), o qual deverá apresentar mensagem em caso de ruído no cabeamento. Os testes destes pontos deverão ser entregues para a FDE de forma digital, nuvem ou sistema disponibilizado pela CONTRATANTE, acompanhados de registro fotográfico, contendo no mínimo 2 fotos por ponto executado, com a etiqueta de identificação, uma foto frontal e lateral do patch panel com as devidas identificações e uma foto panorâmica do ambiente das instalações realizadas, uma cópia da ordem de execução, em até 15 dias corridos após a execução das atividades.
- O relatório deverá constar até 2 fotos por ponto instalado;
- Todo ponto deverá ser devidamente ativado, sendo considerado do patch panel para o switch, patch cord de 1,5 metros e na outra extremidade do ponto para o equipamento, patch cord de 2,5 metros. Para alguns casos específicos poderão ser solicitados cords de 6 e 10 metros quando for solicitado ponto para VOIP nas escolas, a ativação do ponto, deverá ser realizada com cabeamento RJ11.
- Se não houver a possibilidade de ativação do ponto no rack, a informação deverá ser detalhada na ordem de execução do atendimento.

### **Instalação de novo ponto CAT6:**

- Certificação através de equipamento do tipo Penta Scanner para a Categoria 6;
- A DETENTORA deverá encaminhar para a FDE um croqui com o esquema de instalação de toda a infraestrutura realizada na localidade.
- Todos os pontos (UTP categoria 6) instalados pela DETENTORA deverão ser certificados de acordo com as Normas ANSI/EIA/TIA 568.2-D. Os testes de certificação deverão ser realizados pela DETENTORA através da utilização de equipamento de certificação aferido (com certificado de calibração), o qual deverá apresentar mensagem em caso de ruído no cabeamento. Os testes destes pontos deverão ser entregues para a FDE de forma digital, nuvem ou sistema disponibilizado pela CONTRATANTE, acompanhados de registro fotográfico, contendo no mínimo 2 fotos por ponto executado, com a etiqueta de identificação, uma foto frontal e lateral do patch panel com as devidas

identificações e uma foto panorâmica do ambiente das instalações realizadas, uma cópia da ordem de execução, em até 15 dias corridos após a execução das atividades.

- O relatório deverá constar até 2 fotos por ponto instalado.

- Todo ponto deverá ser devidamente ativado, sendo considerado do patch panel para o switch, patch cord de 1,5 metros e na outra extremidade do ponto para o equipamento, patch cord de 2,5 metros. Para alguns casos específicos poderão ser solicitados cords de 6 e 10 metros quando for solicitado ponto para VOIP nas escolas, a ativação do ponto, deverá ser realizada com cabeamento RJ11.

- Se não houver a possibilidade de ativação do ponto no rack, a informação deverá ser detalhada na ordem de execução do atendimento.

### **Manutenção de ponto de rede lógica CAT5E, Manutenção de ponto de rede lógica CAT6 e Remanejamentos de pontos lógicos CAT5E e 6**

- Todos os cabos uplinks realizados manutenções pela DETENTORA deverão ser certificados de acordo com as Normas ANSI/EIA/TIA 568.2-D. Os testes de certificação deverão ser realizados pela DETENTORA através da utilização de equipamento de certificação aferido (com certificado de calibração), o qual deverá apresentar mensagem em caso de ruído no cabeamento. Os testes destes pontos deverão ser entregues para a FDE de forma digital, nuvem ou sistema disponibilizado pela CONTRATANTE, acompanhados de registro fotográfico, contendo no mínimo 2 fotos por ponto, com a etiqueta de identificação, uma foto frontal e lateral do patch panel com as devidas identificações e uma foto panorâmica do ambiente das manutenções realizadas, uma cópia da ordem de execução, em até 15 dias corridos após a execução das atividades. Em caso de manutenções como fixação de eletrodutos, eletrocalhas, condutores e espelhos, fica desconsiderada a necessidade de certificação de pontos com exceção de manutenções em cabos uplinks.

### **Instalação de novo ponto elétrico, Manutenção de ponto elétrico e Remanejamentos de pontos elétricos**

- A DETENTORA deverá encaminhar para a FDE um croqui com o esquema de instalação de toda a infraestrutura realizada na localidade.

- Deverá ser entregue para a FDE de forma digital, nuvem ou sistema disponibilizado pela CONTRATANTE, todas as documentações digitalizadas e acompanhadas de registro fotográfico das instalações realizadas em até 15 dias corridos após a execução das atividades, acompanhado de registro fotográfico de todos os pontos elétricos instalados, contendo no mínimo 2 fotos por ponto executado, com a etiqueta de identificação, uma foto frontal do quadro elétrico aberto com o disjuntor devidamente identificado e uma foto panorâmica do ambiente das instalações, da instituição e do responsável.

### **Instalação e alimentação de Quadros Elétrico para até 12 disjuntores e Instalação e alimentação de Quadros Elétrico para até 36 disjuntores**

- Deverá ser entregue para a FDE de forma digital, nuvem ou sistema disponibilizado pela CONTRATANTE, todas as documentações digitalizadas e acompanhadas de registro fotográfico das instalações realizadas em até 15 dias corridos após a execução das atividades, acompanhado de registro fotográfico, contendo no mínimo uma foto do quadro aberto e fechado e uma foto comprovando a alimentação dele.

### **Fornecimento, Instalação, Identificação, fusão de cabo óptico - preço por fibra e Manutenção-preço por fibra**

- Todos os cabos ópticos instalados ou realizados manutenção deverão ser certificados de acordo com as Normas ANSI/EIA/TIA 568.2-D.

- Deverá ser entregue para a FDE de forma digital, nuvem ou sistema disponibilizado pela CONTRATANTE, todas as documentações digitalizadas e acompanhadas de registro fotográfico das

---

instalações realizadas em até 15 dias corridos após a execução das atividades, contendo fotos que deixem claro todo o encaminhamento do serviço realizado, e foto dos conversores devidamente conectados em ambos os racks.

### **Fornecimento e Instalação cabeamento de telefonia através de cabos CI50 de 10 pares**

-Deverá ser entregue para a FDE de forma digital, nuvem ou sistema disponibilizado pela CONTRATANTE, todas as documentações digitalizadas e acompanhadas de registro fotográfico das instalações realizadas em até 15 dias corridos após a execução das atividades, contendo fotos que deixem claro todo o encaminhamento do serviço realizado desde a passagem do cabo pelo PABX até o rack INTRAGOV e do rack INTRAGOV para os racks secundários.

### **As - Built**

Deverá ser entregue para a FDE de forma digital, nuvem ou sistema disponibilizado pela CONTRATANTE, em até 15 dias corridos após a execução das atividades.



---

**ADENDO III – PENALIDADES APLICÁVEIS**

- a) Pelas infrações previstas no Art. 155 da Lei Federal nº 14.133/21, a CONTRATADA ficará sujeita às seguintes sanções:
- I. Advertência aplicada pela FDE registrada no Cadastro de Fornecedores, e inserida no site e-Sanções e demais canais pertinentes da Administração Pública;
  - II. Multa de 20% (vinte por cento) do valor do contrato, na hipótese de inexecução total;
  - III. Multa de 10% (dez por cento) sobre a parcela não cumprida do contrato, por sua inexecução parcial;
  - IV. Multa de 1% (um por cento) por dia de atraso na execução do objeto do contrato calculada sobre o valor do fornecimento feito com atraso, até o 10º dia de atraso;
  - V. Multa de 2% (dois por cento) por dia de atraso na execução do objeto do contrato calculada sobre o valor do fornecimento feito com atraso, a partir do 11º dia de atraso;
  - VI. Multa de 5% (cinco por cento) sobre o valor do contrato, na hipótese de descumprimento de qualquer das condições ajustadas cujas sanções não estejam previstas nesta cláusula;
  - VII. Impedimento de licitar e contratar com a Administração Pública direta e indireta do Estado de São Paulo, pelo prazo de até 3 (três) anos;
  - VIII. declaração de inidoneidade, quando a CONTRATADA deixar de cumprir as obrigações assumidas, praticando as infrações previstas que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção referida no inciso VII, que impedirá a CONTRATADA de licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, pelo prazo mínimo de 03 (três) anos e máximo de 06 (seis) anos;
- b) As multas previstas nos incisos III, IV, V e VI desta cláusula são cumulativas e serão aplicadas até o limite de 30% (trinta por cento) do valor total do contrato, quando esse poderá ser rescindido, e aplicado o impedimento de licitar e contratar com a Administração Pública, pelo prazo de até 3 (três) anos.
- c) As sanções previstas nos incisos I, VII e VIII poderão ser aplicadas cumulativamente com as previstas nos incisos II, III, IV, V e VI desta cláusula.
- d) As multas previstas nesta cláusula não têm caráter compensatório, mas sim moratório e, consequentemente, o seu pagamento não exime a CONTRATADA da reparação dos eventuais danos, perdas ou prejuízos que seu ato punível venha acarretar à FDE.
- e) As multas aplicadas e as indenizações cabíveis serão sempre que possível descontadas dos créditos da CONTRATADA, e quando seus valores forem superiores ao valor de pagamento eventualmente devido pela Administração à CONTRATADA, além da perda desse valor, caso não a quitação, a diferença será cobrada judicialmente.

#### **ADENDO IV - MODELO DE PROPOSTA**

(EM PAPEL TIMBRADO DA PROPONENTE)

À FUNDAÇÃO PARA O DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO – FDE

Objeto: Registro de preços para contratação futura de serviço de infraestrutura que compreende os serviços de manutenção, instalação, desinstalação e remanejamento em rede lógica, elétrica e de telefonia, com garantia pelo período de 12 (doze) meses, para atendimento das demandas da FDE e SEDUC, nos termos da tabela abaixo, conforme condições e exigências estabelecidas neste Termo de Referência, de acordo com as subdivisões na forma de itens que compõem este instrumento.

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	CATSER	UNIDADE DE MEDIDA	QTDE TOTAL	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
1	Vistoria	27570	Unidade	182	R\$ -	R\$ -
2	Instalação de Rack de 12U	27570	Unidade	302	R\$ -	R\$ -
3	Instalação de Rack de 24U	27570	Unidade	161	R\$ -	R\$ -
4	Instalação de Rack de 44U	27570	Unidade	7	R\$ -	R\$ -
5	Manutenção de Rack	27570	Unidade	67	R\$ -	R\$ -
6	Remanejamento de rack de 12, 24 E 44 US	27570	Unidade	15	R\$ -	R\$ -
7	Desinstalação de ponto de rede, elétrica e rack existente	27570	Unidade	12.600	R\$ -	R\$ -
8	Preparação para entrada de link	27570	Unidade	143	R\$ -	R\$ -
9	Instalação de ponto lógico CAT5E Identificação e conectorização de pontos UTP 04 pares	27570	Unidade	22.614	R\$ -	R\$ -
10	Instalação de ponto lógico CAT6 Identificação e conectorização de pontos UTP 04 pares	27570	Unidade	13.673	R\$ -	R\$ -
11	Manutenção de ponto de rede CAT5E existente	27570	Unidade	1.727	R\$ -	R\$ -
12	Manutenção de ponto de rede CAT6 existente	27570	Unidade	652	R\$ -	R\$ -
13	Remanejamento de ponto existente de dados ou elétrica	27570	Unidade	402	R\$ -	R\$ -
14	Instalação de ponto elétrico	27570	Unidade	35.189	R\$ -	R\$ -
15	Manutenção de ponto elétrico existente	27570	Unidade	2.060	R\$ -	R\$ -
16	Instalação de Quadro Elétrico para até 12 disjuntores	27570	Unidade	133	R\$ -	R\$ -
17	Instalação de Quadro Elétrico para até 36 disjuntores	27570	Unidade	2	R\$ -	R\$ -
18	Identificação e fusão de cabo óptico - por fibra	27570	Unidade	136	R\$ -	R\$ -
19	Manutenção cabo óptico - por fibra	27570	Unidade	90	R\$ -	R\$ -
20	Instalação cabeamento de telefonia através de cabos C150 de 10 pares	27570	Unidade	16	R\$ -	R\$ -
21	Elaboração de AS-BUILT	27570	Unidade	60	R\$ -	R\$ -
					Total	R\$ -

Valor total da proposta por extenso:

Declaramos aceitar, irrestritamente, todas as condições estabelecidas no Edital da licitação em referência e em seus anexos, e que inexistem qualquer vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira ou trabalhista com servidor ou dirigente da FDE. Propomos executar, sob nossa integral responsabilidade, o objeto do presente ajuste, de acordo com os prazos e as especificações constantes do respectivo edital e seus anexos, incluídos nos valores acima propostos todos os encargos operacionais e tributos devidos.

Declaramos que a validade da presente proposta é de 60 (sessenta) dias.

Empresa:

Telefone: ( )

Endereço:

CEP:

Cidade:

Estado:

CNPJ:

Inscrição Estadual:

Contato/Representante: E-mail: Data:

NOME / ASSINATURA DO RESPONSÁVEL LEGAL PELA EMPRESA

---

## **ADENDO V - RELAÇÃO DE LOCALIDADES**

A Relação de Localidades está disponível para consulta no site da FDE ([www.fde.sp.gov.br](http://www.fde.sp.gov.br)) e no sistema [compras.gov.br](http://compras.gov.br) ).

São Paulo, na data da assinatura digital.

**CASSIA GOMES DA SILVA**

Gerente de Gestão de Recursos e Serviços

**LUZIA VALERIA SARNO**

Diretora de Tecnologia da Informa

## **ANEXO II - MINUTA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS**

**ÓRGÃO OU ENTIDADE PÚBLICA**

**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N.º .....**

O(A)..... (órgão ou entidade pública), por intermédio do(a) ..... (responsável por gerenciar a ata de registro de preços), com sede no(a) ....., na cidade de ....., inscrito(a) no CNPJ/MF sob o nº ....., neste ato representado(a) pelo(a) ..... (cargo e nome), nomeado(a) pelo(a) [Portaria/.....] nº ....., de ..... de ..... de 202..., publicado(a) no DOE de ..... de ..... de ....., [portador(a) da identificação funcional..... nº ...../inscrito(a) no CPF sob o nº ..... (se ausente identificação funcional individualizada)], no uso da competência conferida pela legislação aplicável, considerando o resultado obtido conforme o processo administrativo n.º ....., resolve celebrar a presente ATA de REGISTRO DE PREÇOS, procedendo ao registro dos preços do(s) fornecedor(es) indicado(s) e qualificado(s) nesta ata, de acordo com a classificação por ele(s) alcançada e na(s) quantidade(s) cotada(s), atendendo às condições previstas no [Edital de licitação], sujeitando-se as partes às normas constantes na Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, no Decreto estadual nº 67.608, de 27 de março de 2023, c/c o Decreto nº 11.462, de 31 de março de 2023, e demais preceitos da legislação aplicável, e em conformidade com as disposições a seguir, de acordo com as subdivisões na forma de itens que compõem este instrumento.

### **1. DO OBJETO**

- 1.1. A presente Ata tem por objeto o Registro de Preços para contratação futura de serviço de infraestrutura que compreende os serviços de manutenção, instalação, desinstalação e remanejamento em rede lógica, elétrica e de telefonia, com garantia pelo período de 12 (doze) meses, para atendimento das demandas da FDE e SEDUC, conforme condições e exigências estabelecidas no Termo de Referência, de acordo com as subdivisões na forma de itens que compõem este instrumento e que constitui Anexo do Edital de Pregão Eletrônico FDE nº 90097/2026 que é parte integrante desta Ata, assim como as propostas cujos preços tenham sido registrados, independentemente de transcrição.

### **2. DOS PREÇOS, ESPECIFICAÇÕES E QUANTITATIVOS**

- 2.1. O preço registrado, as especificações do objeto, a quantidade mínima a ser cotada, a quantidade máxima de cada item que poderá ser contratada, fornecedor(es) e as demais condições ofertadas na(s) proposta(s) são as que seguem:

Fornecedor: ..... (nome empresarial ou denominação, CNPJ/MF, endereço, contatos, representante)								
Item	Especificação	Marca (se aplicável conforme Edital/ Aviso)	Modelo (se aplicável conforme Edital/ Aviso)	Unidade	Quantidade máxima a ser cotada	Quantidade mínima a ser cotada	Valor Un	Prazo de garantia ou validade (se aplicável conforme Edital/ Aviso)

- 2.2. A listagem do cadastro de reserva referente ao presente registro de preços consta como anexo desta Ata.

### **3. ÓRGÃO(S) GERENCIADOR E PARTICIPANTE(S)**

- 3.1. O órgão ou entidade gerenciadora será a FUNDAÇÃO PARA O DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO – FDE;
- 3.2. Além do órgão ou entidade gerenciadora, não há órgãos ou entidades participantes do registro de preços.



#### **4. DA ADESÃO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS**

- 4.1. Durante a vigência desta ata de registro de preços, os órgãos e as entidades da Administração Pública estadual, distrital e municipal que não participaram do procedimento de intenção de registro de preços poderão aderir à ata na condição de não participantes, observados os limites e regras estabelecidos neste instrumento, bem como os seguintes requisitos:
- a) apresentação de justificativa da vantagem da adesão, inclusive em situações de provável desabastecimento ou descontinuidade de serviço público;
  - b) demonstração de que os valores registrados estão compatíveis com os valores praticados pelo mercado na forma do art. 23 da Lei nº 14.133, de 2021; e
  - c) consulta e aceitação prévias do órgão ou da entidade gerenciadora e do fornecedor.
- 4.1.1. A autorização do órgão ou entidade gerenciadora apenas será realizada após a aceitação da adesão pelo fornecedor.
- 4.1.1.1. O órgão ou entidade gerenciadora poderá rejeitar adesões caso elas possam acarretar prejuízo à execução de seus próprios contratos ou à sua capacidade de gerenciamento.
- 4.1.2. Após a autorização do órgão ou entidade gerenciadora, o órgão ou entidade não participante deverá efetivar a contratação solicitada em até 90 (noventa) dias, observado o prazo de vigência da ata.
- 4.1.3. O prazo para efetivar a contratação de que trata a subdivisão acima poderá ser prorrogado excepcionalmente, mediante solicitação do órgão ou entidade não participante aceita pelo órgão ou entidade gerenciadora, desde que respeitado o limite temporal de vigência da ata de registro de preços.
- 4.1.4. O órgão ou entidade integrante da ata de registro de preços poderá aderir, na qualidade de não participante, a item(ns) para o(s) qual(is) não tenha quantitativo registrado, observados os requisitos das subdivisões deste item 4.
- 4.1.5. É da competência do respectivo órgão ou entidade que tenha aderido à ata na condição de não participante, garantidos o contraditório e a ampla defesa, aplicar as penalidades decorrentes do descumprimento das obrigações contratuais, em relação à sua própria contratação, informando as ocorrências ao órgão ou entidade gerenciadora.

##### **Dos limites para as adesões**

- 4.1.6. As contratações adicionais decorrentes das adesões não poderão exceder, por órgão ou entidade, a 50% (cinquenta por cento) dos quantitativos dos itens do instrumento convocatório registrados na ata de registro de preços para o órgão ou entidade gerenciadora e para os participantes.
- 4.1.7. O quantitativo decorrente das adesões não poderá exceder, na totalidade, ao dobro do quantitativo de cada item registrado na ata de registro de preços para o órgão ou entidade gerenciadora e os participantes, independentemente do número de órgãos ou entidades não participantes que aderirem à ata de registro de preços.

#### **5. VALIDADE, FORMALIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS E CADASTRO RESERVA**

- 5.1. O prazo de vigência e validade da Ata de Registro de Preços será de 1 (um) ano, contado a partir do 1º (primeiro) dia útil subsequente à data de divulgação no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), podendo ser prorrogada por igual período, mediante a anuência do fornecedor, desde que comprovado o preço vantajoso.
- 5.1.1. Em caso de termo aditivo para prorrogação do prazo de vigência da ata de registro de preços, não haverá quantitativo adicional, de modo que, no período de vigência da prorrogação, somente poderá haver renovação do quantitativo originalmente registrado.
- 5.1.2. A contratação decorrente da ata de registro de preços terá sua vigência estabelecida no próprio instrumento contratual e serão observadas, no momento da contratação e a cada exercício financeiro, a disponibilidade de créditos orçamentários, bem como a previsão no plano plurianual, quando ultrapassar 1 (um) exercício financeiro.

- 5.1.3. Na formalização do instrumento da contratação deverá haver a indicação da disponibilidade dos créditos orçamentários respectivos.
- 5.2. A formalização da contratação com os fornecedores registrados nesta ata de registro de preços deverá ocorrer no prazo de validade deste instrumento.
- 5.3. Os contratos decorrentes do sistema de registro de preços poderão ser alterados, observado o art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.
- 5.4. As contratações respeitarão a ordem de classificação dos fornecedores registrados nesta ata.
- 5.5. O registro de fornecedores que esteja incluído nesta ata na forma de anexo - ao se verificar a existência de fornecedor(es) que tenha(m) aceitado cotar o objeto com preço igual ao do adjudicatário ou que tenha(m) mantido sua proposta original - consiste na formação de cadastro de reserva para o caso de impossibilidade de atendimento pelo signatário da ata.
- 5.6. A fase de apresentação de amostra(s) que seja exigida na documentação que integra o instrumento convocatório, quando houver, e a habilitação do(s) fornecedor(es) que compõe(m) o cadastro de reserva na hipótese a que se refere o item 5.5, será(ão) efetuada(s) quando houver necessidade de contratação do(s) fornecedor(es) remanescente(s), por impossibilidade de atendimento da demanda pelo signatário da ata, observada a disciplina estabelecida nesta ata e no instrumento convocatório mencionado no item 1.1.
- 5.7. O preço registrado, com indicação dos fornecedores, será divulgado no PNCP e ficará disponibilizado durante a vigência desta ata de registro de preços.
- 5.8. Caso se caracterize hipótese de impossibilidade de atendimento da demanda pelo signatário da ata de que trata o item 5.6, observado o disposto no referido item, ficará facultado à Administração convocar os fornecedores remanescentes do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para contratação nas condições propostas pelo primeiro classificado.
- 5.8.1. Na hipótese de nenhum dos fornecedores que tenham aceitado cotar o objeto com preço igual ao do adjudicatário concordar com a contratação nas condições propostas pelo primeiro classificado nos termos da subdivisão acima, a Administração, observados o valor estimado e sua eventual atualização na forma prevista na documentação que integra o instrumento convocatório mencionado no item 1.1, poderá:
- 5.8.1.1. Convocar para negociação os fornecedores remanescentes que tenham mantido sua proposta original, quando houver, na ordem de classificação, com vistas à obtenção de preço melhor, mesmo que acima do preço do adjudicatário;
- 5.8.1.2. Adjudicar e celebrar a contratação nas condições ofertadas pelos fornecedores remanescentes, observado o disposto nas subdivisões deste item 5 e a ordem de classificação, quando frustrada a negociação de melhor condição.
- 5.9. A existência de preços registrados implicará compromisso de fornecimento nas condições estabelecidas, mas não obrigará a Administração a contratar, facultada a realização de licitação específica para a contratação pretendida, desde que devidamente justificada.
- 5.10. No prazo de validade deste instrumento, o(s) órgão(s) ou entidade(s) participante(s) não participará(ão) em outra ata de registro de preços com o mesmo objeto, salvo na hipótese do inciso VIII do *caput* do art. 82 da Lei nº 14.133, de 2021, quando for o caso.

## **6. ALTERAÇÃO OU ATUALIZAÇÃO DOS PREÇOS REGISTRADOS**

- 6.1. Os preços registrados poderão ser alterados em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo do(s) item(ns) registrado(s), nas seguintes situações:
- a) em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução da ata tal como pactuada, nos termos da alínea “d” do inciso II do *caput* do art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021;
- b) em caso de criação, alteração ou extinção de quaisquer tributos ou encargos legais ou da superveniência de disposições legais, com comprovada repercussão sobre os preços registrados.

6.2. É previsto reajustamento dos preços registrados nesta ata, observados os mesmos critérios estabelecidos no instrumento convocatório mencionado no item 1.1 para o reajustamento dos preços de eventual contratação dela decorrente.

6.2.1. Caso seja(m) realizado(s) reajustamento(s) dos preços desta ata, somente caberá reajustamento dos preços de eventual contratação dela decorrente se forem observados os requisitos especificados no respectivo instrumento, e for ultrapassado o interregno mínimo de 1 (um) ano contado a partir dos efeitos do último reajustamento dos preços desta ata anterior à celebração da referida contratação. No caso de reajustamento(s) subsequente(s) ao primeiro, o interregno mínimo de 1 (um) ano será contado a partir dos efeitos do último reajustamento.

#### **Vedação a acréscimo de quantitativos**

6.3. É vedado:

a) efetuar acréscimos nos quantitativos fixados nesta ata de registro de preços;

### **7. NEGOCIAÇÃO DE PREÇOS REGISTRADOS**

7.1. Quando, por motivo superveniente, o preço registrado se tornar superior àquele praticado no mercado, o órgão ou entidade gerenciadora convocará o fornecedor para negociar a sua redução.

7.1.1. Quando for exitosa a negociação a que alude a subdivisão acima, o órgão ou entidade gerenciadora comunicará o novo preço aos órgãos e entidades que tiverem firmado contratos decorrentes da ata de registro de preços, para que realizem negociação com vistas à alteração contratual, observado o disposto no art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.

7.1.2. O fornecedor será liberado do compromisso assumido quanto ao item registrado, sem aplicação de penalidades administrativas, caso não aceite reduzir seu preço aos valores praticados pelo mercado.

7.1.2.1. Na hipótese prevista na subdivisão acima, o órgão ou entidade gerenciadora convocará os fornecedores do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para verificar se aceitam reduzir seus preços aos valores de mercado, observado o disposto no item 9.1.3.

7.1.2.1.1. O órgão ou entidade gerenciadora cancelará a ata de registro de preços, nos termos do disposto no item 9.2, e adotará as medidas cabíveis para a obtenção de contratação mais vantajosa, caso, nas negociações a que alude a subdivisão acima, os fornecedores do cadastro de reserva não aceitem reduzir seus preços aos valores de mercado.

7.2. Quando o preço praticado no mercado se tornar superior ao preço registrado, o fornecedor poderá requerer ao órgão ou entidade gerenciadora a alteração do preço registrado, desde que observe os requisitos especificados no item 7.2.1.

7.2.1. O requerimento a que alude o item 7.2 deverá observar o disposto no item 6.1 e estar acompanhado de:

- a) prova de fato superveniente que impossibilite o cumprimento do compromisso registrado nesta ata;
- b) documentação comprobatória da inviabilidade de manutenção do preço registrado.

7.2.2. Na hipótese de não comprovação dos requisitos especificados nos itens 7.2 e 7.2.1:

- a) o pedido será indeferido pelo órgão ou entidade gerenciadora;
- b) o fornecedor deverá cumprir o compromisso registrado na ata sob pena de cancelamento do seu registro, nos termos do item 9.1, sem prejuízo da aplicação das sanções cabíveis, em especial aquelas previstas na Lei nº 14.133, de 2021.

7.2.3. Quando realizado o cancelamento do registro do fornecedor a que alude a alínea “b” do item 7.2.2, o órgão ou entidade gerenciadora convocará os fornecedores do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para verificar se aceitam manter seus preços registrados, observado o disposto no item 5.6.

- 7.2.3.1. O órgão ou entidade gerenciadora cancelará a ata de registro de preços, nos termos do item 9.2, e adotará as medidas cabíveis para a obtenção da contratação mais vantajosa, caso não obtenha êxito nas negociações a que alude a subdivisão acima.
- 7.2.4. Quando forem comprovados os requisitos estabelecidos nos itens 7.2 e 7.2.1, o órgão ou entidade gerenciadora:
- a) alterará o preço registrado, observados os valores praticados pelo mercado, no limite do impacto causado pelos fatos supervenientes ensejadores da inviabilidade de manutenção do preço inicial;
  - b) comunicará o novo preço aos órgãos e entidades que tiverem firmado contratos decorrentes desta ata de registro de preços, para eventual alteração contratual, observado o disposto no art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.

## **8. REMANEJAMENTO DAS QUANTIDADES REGISTRADAS NA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS**

- 8.1. As quantidades previstas para os itens com preços registrados nesta ata de registro de preços poderão ser remanejadas pelo órgão ou entidade gerenciadora entre os órgãos ou entidades participantes do registro de preços e, caso seja admitida a adesão no item 4 deste instrumento, órgãos ou entidades não participantes, nas seguintes condições:
- a) de órgão ou entidade participante para órgão ou entidade participante; ou
  - b) de órgão ou entidade participante para órgão ou entidade não participante, caso seja admitida a adesão no item 4 deste instrumento, hipótese em que serão observados os limites previstos no art. 86 da Lei nº 14.133, de 2021.
- 8.2. O órgão ou entidade gerenciadora que tiver estimado as quantidades que pretende contratar será considerado participante para fins do remanejamento.
- 8.3. O órgão ou entidade gerenciadora somente autorizará o remanejamento solicitado que seja justificado pelo solicitante, se houver prévia anuência do fornecedor e do órgão ou entidade que sofrer redução dos quantitativos informados.

## **9. CANCELAMENTO DO REGISTRO DO LICITANTE VENCEDOR E DOS PREÇOS REGISTRADOS**

- 9.1. O órgão ou entidade gerenciadora cancelará o registro do fornecedor quando este:
- a) descumprir as condições da ata de registro de preços, sem motivo justificado;
  - b) se recusar a formalizar a contratação no prazo e condições estabelecidos pela Administração sem justificativa aceitável;
  - c) não aceitar manter seu preço registrado, na hipótese prevista no item 7.2.2; ou
  - d) for apenado com sanção prevista no inciso III do *caput* do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021, aplicada no âmbito da Administração Pública do Estado de São Paulo, ou sanção prevista no inciso IV do *caput* do mesmo artigo.
- 9.1.1. Na hipótese a que alude a alínea “d” da subdivisão anterior, caso a penalidade aplicada ao fornecedor não ultrapasse o prazo de vigência desta ata de registro de preços, o órgão ou entidade gerenciadora poderá, mediante decisão fundamentada, decidir pela manutenção do registro de preços, sendo vedadas novas contratações derivadas desta ata enquanto perdurarem os efeitos da sanção.
- 9.1.2. O cancelamento de registros nas hipóteses previstas no item 9.1 será formalizado por despacho do órgão ou da entidade gerenciadora, garantidos o contraditório e a ampla defesa.
- 9.1.3. Quando for cancelado o registro do fornecedor, o órgão ou entidade gerenciadora poderá convocar os fornecedores que compõem o cadastro de reserva, observados a ordem de classificação e o disposto no item 5.6.

9.1.4. O órgão ou entidade participante deverá informar ao órgão ou entidade gerenciadora qualquer das ocorrências previstas no item 9.1, dada a necessidade de instauração de procedimento para cancelamento do registro do fornecedor.

9.2. O órgão ou entidade gerenciadora poderá, justificadamente, cancelar, total ou parcialmente, os preços registrados nesta ata de registro de preços:

- a) por razão de interesse público;
- b) a pedido do fornecedor, à vista de prova da ocorrência superveniente de caso fortuito ou força maior que impossibilitem o cumprimento do compromisso registrado; ou
- c) se não houver êxito nas negociações, nos termos dos itens 7.1.2.1.1 e 7.2.3.1.

## **10. DAS PENALIDADES**

10.1. O descumprimento desta Ata de Registro de Preços ensejará aplicação das penalidades estabelecidas no instrumento convocatório mencionado no item 1.1, garantidos o contraditório e a ampla defesa.

10.1.1. As sanções cabíveis também se aplicam aos integrantes do cadastro de reserva no registro de preços que, convocados, não honrarem o compromisso assumido injustificadamente.

10.2. É da competência do órgão ou entidade gerenciadora, garantidos o contraditório e a ampla defesa, aplicar as penalidades decorrentes do descumprimento do pactuado nesta ata de registro de preço, em relação à sua demanda registrada, ou do descumprimento das obrigações contratuais, em relação às suas próprias contratações.

10.3. É da competência do respectivo órgão ou entidade participante, garantidos o contraditório e a ampla defesa, aplicar as penalidades decorrentes do descumprimento do pactuado nesta ata de registro de preços, em relação à sua demanda registrada, ou do descumprimento das obrigações contratuais, em relação às suas próprias contratações.

10.4. O órgão ou entidade participante deverá informar ao órgão ou entidade gerenciadora as ocorrências de que trata o item 9.1.4, para a finalidade indicada nessa disposição.

## **11. CONDIÇÕES GERAIS**

11.1. Os fornecedores registrados nesta ata de registro de preços estarão obrigados a celebrar as contratações que dela poderão advir nas condições estabelecidas, observado o disposto no instrumento convocatório mencionado no item 1.1 e neste instrumento.

11.1.1. A existência de preços registrados não obriga a Administração a celebrar contratações decorrentes desta ata de registro de preços, observando-se o disposto no item 5.9.

11.2. A contratação com os fornecedores registrados nesta ata será formalizada pelo órgão ou entidade interessada mediante a *assinatura de termo de contrato* cuja minuta integra como Anexo o instrumento convocatório mencionado no item 1.1.

11.2.1. Se, por ocasião da formalização da contratação, algum dos documentos apresentados pelo fornecedor para fins de comprovação das condições de habilitação estiver com o prazo de validade expirado, o órgão ou entidade interessada verificará a situação por meio eletrônico hábil de informações e certificará a regularidade nos autos do processo, anexando a ele os documentos comprobatórios, salvo impossibilidade devidamente justificada.

11.2.2. Se não for possível atualizar os documentos referidos na subdivisão acima por meio eletrônico hábil de informações, o fornecedor será notificado para, no prazo de *02 (dois) dias úteis*, comprovar a sua situação de regularidade mediante a apresentação das certidões respectivas com prazos de validade em vigência, sob pena de a contratação não se realizar.

11.2.3. Constitui condição para a celebração da contratação, bem como para a realização dos pagamentos dela decorrentes, a inexistência de registros em nome do fornecedor no “Cadastro Informativo dos Créditos não Quitados de Órgãos e Entidades Estaduais– CADIN ESTADUAL”.



Esta condição será considerada cumprida se o devedor comprovar que os respectivos registros se encontram suspensos, nos termos do art. 8º, §§ 1º e 2º, da Lei estadual nº 12.799, de 2008.

11.2.4. Com a finalidade de verificar se o fornecedor mantém as condições de participação no certame, serão novamente consultados, previamente à celebração da contratação, os cadastros especificados no instrumento convocatório mencionado no item 1.1.

11.2.5. Constitui(em), igualmente, condição(ões) para a celebração da contratação:

11.2.5.1. a apresentação do(s) documento(s) que deva(m) ser exibido(s) pelo fornecedor anteriormente ou por ocasião da celebração da contratação, caso exigida em disposição(ões) ou declaração(ões) específica(s) que esteja(m) prevista(s) no instrumento convocatório mencionado no item 1.1 ou na documentação que o integra como Anexo;

11.2.5.2. a indicação de gestor encarregado de representar o fornecedor com exclusividade perante o Contratante, caso se trate de sociedade cooperativa (se admitida a participação de cooperativa no instrumento convocatório mencionado no item 1.1);

11.3. O fornecedor terá o prazo de 5 (cinco) dias, contados a partir da data de sua convocação, para assinar o Termo de Contrato, sob pena de decadência, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021.

11.3.1. O contrato será assinado com a utilização de meio eletrônico, nos termos da legislação aplicável.

11.3.2. O prazo para assinatura previsto na subdivisão anterior poderá ser prorrogado por igual período por solicitação justificada do interessado e aceita pela Administração.

11.3.3. Será considerado celebrado o contrato, em caso de assinaturas por meio eletrônico em datas diferentes, na data da última assinatura eletrônica das partes do termo contratual.

11.4. As condições gerais de execução do objeto, tais como os prazos para entrega e recebimento, as obrigações da Administração e do fornecedor registrado, penalidades e demais condições do ajuste, encontram-se definidos na documentação que integra o instrumento convocatório mencionado no item 1.1.

11.5. No caso de adjudicação por preço global de grupo de itens, só será admitida a contratação de item(ns) específico(s) do lote se houver prévia pesquisa de mercado e demonstração de sua vantagem para o órgão ou entidade.

Para firmeza e validade do pactuado, a presente Ata foi lavrada em .1. (uma) via(s), que, depois de lida e achada em ordem, vai assinada pelo(a) representante do órgão ou entidade gerenciadora e pelo(as) representante(s) do(s) fornecedor(es) registrado(s), e por testemunhas, todos abaixo identificados, encaminhando-se cópia ao(s) órgão(s) ou entidade(s) participante(s) mencionado(s) no item 3.2, se houver.

Local e data

Assinaturas

Representante legal do órgão ou entidade gerenciadora

Representante(s) legal(is) do(s) fornecedor(s) registrado(s)

TESTEMUNHAS:

1-  
2-

**ANEXO III - CADASTRO DE RESERVA**

Obedecendo a ordem de classificação, segue relação de fornecedores que aceitaram cotar o(s) item(ns) com preços iguais aos do adjudicatário:

Fornecedor: _____ (nome empresarial ou denominação, CNPJ/MF, endereço, contatos, representante)								
Item	Especificação	Marca (se aplicável conforme Edital/ Aviso)	Modelo (se aplicável conforme Edital/ Aviso)	Unidade	Quantidade máxima a ser cotada	Quantidade mínima a ser cotada	Valor Un	Prazo de garantia ou validade (se aplicável conforme Edital/ Aviso)

Obedecendo a ordem de classificação, segue relação de fornecedores que mantiveram sua proposta original:

Fornecedor: _____ (nome empresarial ou denominação, CNPJ/MF, endereço, contatos, representante)								
Item	Especificação	Marca (se aplicável conforme Edital/ Aviso)	Modelo (se aplicável conforme Edital/ Aviso)	Unidade	Quantidade máxima a ser cotada	Quantidade mínima a ser cotada	Valor Un	Prazo de garantia ou validade (se aplicável conforme Edital/ Aviso)

**ANEXO IV - MINUTA DO TERMO DE CONTRATO**

Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021

**FUNDAÇÃO PARA O DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO****Processo de Contratação nº 57/00014/26/05 – Pregão Eletrônico nº 90097/2026**

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº ...../....., CELEBRADO ENTRE O(A)  
....., POR INTERMÉDIO DO(A) ..... E  
.....

A **FUNDAÇÃO PARA O DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO**, com sede no(a)  
....., na cidade de ..... /Estado de São Paulo, inscrito(a) no CNPJ sob o nº  
....., neste ato representado(a) pelo(a) ..... (cargo e nome), nomeado(a) pelo(a)  
[Portaria/\_\_\_\_] nº ....., de ..... de ..... de 20..., publicado(a) no DOE de ..... de ..... de .....,  
[portador(a) da identificação funcional ..... nº ...../inscrito(a) no CPF sob o nº ..... (se ausente  
identificação funcional individualizada)], no uso da competência conferida pela legislação aplicável, doravante  
denominado(a) CONTRATANTE, e o(a) ....., inscrito(a) no CNPJ/MF sob o nº .....,  
sediado(a) na ....., doravante designado(a) CONTRATADO, neste ato representado(a) por  
..... (nome e função no Contratado), inscrito(a) no CPF sob o nº ....., conforme atos constitutivos  
da fornecedora **OU** procuração apresentada nos autos, tendo em vista o que consta no Processo nº .....  
e em observância às disposições da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, e demais normas da legislação  
aplicável, resolvem celebrar o presente Termo de Contrato, decorrente do **Pregão Eletrônico nº 90097/2026**,  
mediante as condições a seguir enunciadas, de acordo com as subdivisões subsequentes na forma de  
cláusulas e respectivos itens que compõem este instrumento.

**CLÁUSULA PRIMEIRA – OBJETO (art. 92, I e II)**

1.1. O objeto do presente instrumento é a contratação(ões) futura(s) de infraestrutura que compreende os serviços de manutenção, instalação, desinstalação e remanejamento em rede lógica, elétrica e de telefonia, conforme condições e exigências estabelecidas no Termo de Referência, da proposta do Contratado e demais documentos da contratação constantes do processo administrativo em epígrafe.

1.2 Objeto da contratação:

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	CATMAT	UNIDADE DE MEDIDA	QUANTIDADE TOTAL	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL

1.3. O presente Termo de Contrato vincula-se à seguinte documentação, que se considera parte integrante deste instrumento, independentemente de transcrição:

- 1.3.1. O Termo de Referência;
- 1.3.2. O Edital da Licitação;
- 1.3.3. A Proposta do contratado; e
- 1.3.4. Eventuais anexos dos documentos supracitados.

1.4. O fornecimento do objeto será com entrega imediata.

## **CLÁUSULA SEGUNDA – VIGÊNCIA E PRORROGAÇÃO**

- 2.1. O prazo de vigência contratual compreenderá o período necessário para a execução do objeto, conforme o prazo estabelecido no subitem 1.3 do Termo de Referência, acrescido de 60 (sessenta) dias corridos, contados a partir da data do recebimento definitivo do objeto contratado.
- 2.1.1. O prazo de vigência será automaticamente prorrogado, independentemente de termo aditivo, quando o objeto não for concluído no período firmado acima, desde que justificadamente, pelo prazo necessário à conclusão do objeto, caso em que deverá a Administração providenciar a readequação do cronograma fixado para o contrato.
- 2.1.2. Quando a não conclusão do objeto da contratação decorrer de culpa do Contratado:
- 2.1.2.1. O Contratado será constituído em mora, aplicáveis a ele as respectivas sanções administrativas;
- 2.1.2.2. O Contratante poderá optar pela extinção do contrato e, nesse caso, adotará as medidas admitidas em lei para a continuidade da execução contratual, nos termos do parágrafo único do artigo 111 da [Lei nº 14.133, de 2021](#).
- 2.1.3. Não obstante o prazo estipulado nesta cláusula, quando ultrapassado o exercício, a vigência nos exercícios subsequentes ao da celebração do contrato estará sujeita a condição resolutiva, consubstanciada esta na inexistência de recursos aprovados nas respectivas Leis Orçamentárias de cada exercício para atender as respectivas despesas. Ocorrendo a resolução do contrato, com base na condição estipulada nesta subdivisão, o Contratado não terá direito a qualquer espécie de indenização.

## **CLÁUSULA TERCEIRA – MODELOS DE EXECUÇÃO E GESTÃO CONTRATUAIS (art. 92, IV, VII e XVIII)**

- 3.1. A forma de fornecimento, os modelos de gestão e de execução, assim como os prazos e condições de início, conclusão, entrega, observação e recebimento do objeto, e critérios de medição, constam no Termo de Referência, que constitui parte integrante deste Contrato.

## **CLÁUSULA QUARTA – SUBCONTRATAÇÃO**

- 4.1. Não é admitida a cessão ou transferência, total ou parcial, do objeto contratual, mas é permitida a subcontratação parcial do objeto, até o limite de 25% (vinte e cinco) por cento do valor total do contrato, nas seguintes condições.
- 4.1.1. *Em qualquer hipótese de subcontratação, permanece a responsabilidade integral do Contratado pela perfeita execução contratual, cabendo-lhe realizar a supervisão e coordenação das atividades do subcontratado, bem como responder direta e solidariamente perante o Contratante pelo rigoroso cumprimento das obrigações contratuais correspondentes ao objeto da subcontratação.*
- 4.1.2. A subcontratação será formalizada de acordo com o seguinte procedimento:
- 4.1.2.1. Submissão, pelo Contratado, de pedido por escrito e fundamentado de subcontratação parcial, contendo descrição da parcela do objeto que se pretende subcontratar, acompanhado de planilha detalhada demonstrando a quantidade e o valor da parcela a ser subcontratada;
- 4.1.2.2. Autorização prévia do Contratante, por escrito, para a subcontratação parcial, desde que seja verificado o cumprimento dos requisitos necessários para a subcontratação;
- 4.1.2.3. Apresentação pelo Contratado dos documentos do subcontratado de regularidade jurídica, fiscal, social e trabalhista exigidos na habilitação do certame, bem como de documentação que comprove a capacidade técnica do subcontratado, nos termos do art. 122, § 1º, da [Lei nº 14.133, de 2021](#);

- 4.1.2.4. *Análise e autorização da subcontratação parcial pelo Contratante, por escrito, desde que verificado o preenchimento dos requisitos após exame da documentação do subcontratado apresentada pelo Contratado. O Contratado poderá substituir o subcontratado cuja regularidade e capacidade técnica não sejam demonstradas conforme a documentação exigida na subdivisão anterior, mantido o mesmo objeto, no prazo que lhe for assinalado pelo Contratante;*
- 4.1.2.5. *Apresentação pelo Contratado de cópia do Termo de Subcontratação ou ajuste equivalente celebrado entre o Contratado e o subcontratado, o qual será juntado aos autos do processo administrativo;*
- 4.1.2.6. *Este procedimento é aplicável às hipóteses de substituição do subcontratado.*
- 4.1.3. *Os pagamentos serão realizados exclusivamente ao Contratado.*
- 4.1.4. *É vedada a subcontratação de pessoa física ou jurídica, se aquela ou os dirigentes desta mantiverem vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou se deles forem cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral, ou por afinidade, até o terceiro grau.*

#### **CLÁUSULA QUINTA – PREÇO (art. 92, V)**

- 5.1. *O valor total da contratação é de R\$...... (.....)*
- 5.2. *No valor acima estão incluídos, além do lucro, todas as despesas diretas e indiretas decorrentes da execução do objeto, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.*
- 5.3. *O valor indicado nesta cláusula é meramente estimativo, de forma que os pagamentos devidos ao Contratado dependerão dos quantitativos efetivamente demandados, medidos e fornecidos.*
- 5.4. *Caso o Contratado seja optante pelo Simples Nacional e, por causa superveniente à contratação, perca as condições de enquadramento como microempresa ou empresa de pequeno porte ou, ainda, torne-se impedido de beneficiar-se desse regime tributário diferenciado por incorrer em alguma das vedações previstas na [Lei Complementar nº 123, de 2006](#), não poderá deixar de cumprir as obrigações avençadas perante a Administração, tampouco requerer o reequilíbrio econômico-financeiro, com base na alegação de que a sua proposta levou em consideração as vantagens daquele regime tributário diferenciado.*

#### **CLÁUSULA SEXTA - PAGAMENTO (art. 92, V e VI)**

- 6.1. *Os pagamentos serão efetuados mensalmente, mediante a apresentação dos originais da nota fiscal/fatura no protocolo da **CONTRATANTE**, em conformidade com a Cláusula Nona deste instrumento.*

#### **PARÁGRAFO PRIMEIRO**

*Os pagamentos serão feitos mediante crédito aberto em conta corrente em nome da contratada no Banco do Brasil S/A. em 30 (trinta) dias, contados da data de entrega da nota fiscal/fatura, ou de sua reapresentação em caso de incorreções, na forma e local previstos nesta Cláusula.*

#### **PARÁGRAFO SEGUNDO**

*Havendo atraso nos pagamentos, incidirá correção monetária sobre o valor devido na forma da legislação aplicável, bem como juros moratórios, a razão de 0,5% (meio por cento) ao mês, calculados pro rata temporis, em relação ao atraso verificado.*

#### **PARÁGRAFO TERCEIRO**

*Constitui condição para a realização dos pagamentos a inexistência de registros em nome da **CONTRATADA** no “Cadastro Informativo dos Créditos não Quitados de Órgãos e Entidades Estaduais– CADIN ESTADUAL”.*



o qual deverá ser consultado por ocasião da realização de cada pagamento. O cumprimento desta condição poderá se dar pela comprovação, pela **CONTRATADA**, de que os registros estão suspensos, nos termos do artigo 8º da Lei Estadual nº 12.799/2008.

#### **PARAGRAFO QUARTO**

A **CONTRATANTE** poderá, por ocasião do pagamento, efetuar a retenção de tributos determinada por lei, ainda que não haja indicação de retenção na nota fiscal apresentada ou que se refira a retenções não realizadas em meses anteriores.

#### **PARÁGRAFO QUINTO**

O recolhimento do Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza – ISSQN deverá ser feito em consonância com o artigo 3º e demais disposições da Lei Complementar Federal nº 116/2003, e respeitando as seguintes determinações:

I - Quando da celebração do contrato, a **CONTRATADA** deverá indicar a legislação municipal aplicável aos serviços por ela prestados, relativamente ao ISSQN, esclarecendo, expressamente, sobre a eventual necessidade de retenção do tributo, pelo tomador dos serviços;

II - Caso se mostre exigível, à luz da legislação municipal, a retenção do ISSQN pelo tomador dos serviços:

a) O **CONTRATANTE**, na qualidade de responsável tributário, deverá reter a quantia correspondente do valor da nota-fiscal, fatura, recibo ou documento de cobrança equivalente apresentada e recolher a respectiva importância em nome da **CONTRATADA** no prazo previsto na legislação municipal.

b) Para tanto, a **CONTRATADA** deverá destacar o valor da retenção, a título de “RETENÇÃO PARA O ISS” ao emitir a nota fiscal, fatura, recibo ou documento de cobrança equivalente. Considera-se preço do serviço a receita bruta a ele correspondente, sem nenhuma dedução.

III - Caso, por outro lado, não haja previsão de retenção do ISSQN pelo tomador dos serviços:

a) A **CONTRATADA** deverá apresentar declaração da Municipalidade competente com a indicação de sua data-limite de recolhimento ou, se for o caso, da condição de isenção;

b) Mensalmente a **CONTRATADA** deverá apresentar comprovante de recolhimento do ISSQN por meio de cópias autenticadas das guias correspondentes ao serviço executado e deverá estar referenciado à data de emissão da nota fiscal, fatura ou documento de cobrança equivalente;

c) Caso, por ocasião da apresentação da nota fiscal, da fatura ou do documento de cobrança equivalente, não haja decorrido o prazo legal para recolhimento do ISSQN, poderão ser apresentadas cópias das guias de recolhimento referentes ao mês imediatamente anterior, devendo a **CONTRATADA** apresentar a documentação devida quando do vencimento do prazo legal para o recolhimento.

d) a não apresentação dessas comprovações assegura ao **CONTRATANTE** o direito de sustar o pagamento respectivo e/ou os pagamentos seguintes.

#### **PARÁGRAFO SEXTO**

Por ocasião da apresentação ao **CONTRATANTE** da nota fiscal, fatura, recibo ou documento de cobrança equivalente, a **CONTRATADA** deverá fazer prova do recolhimento mensal ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço – FGTS nos termos da legislação vigente.

I - As comprovações relativas ao FGTS a serem apresentadas deverão corresponder ao período de execução e tomador de serviço.

II - Se por ocasião da apresentação da nota fiscal, da fatura, do recibo ou do documento de cobrança equivalente não houver decorrido o prazo legal para recolhimento do FGTS, poderá ser apresentada cópia da documentação comprobatória do recolhimento referente ao mês imediatamente anterior, devendo a **CONTRATADA** apresentar a documentação devida quando do vencimento do prazo legal para recolhimento.

III - a não apresentação dessas comprovações assegura ao **CONTRATANTE** o direito de sustar o pagamento respectivo e/ou os pagamentos seguintes.

#### **PARAGRAFO SÉTIMO**

Nos termos do artigo 31 da Lei Federal nº 8.212/1991 e da Instrução Normativa MPS/RFB nº 971, de 13 de novembro de 2009, a **CONTRATANTE** deverá efetuar a retenção de 11% (onze por cento) do valor bruto da nota fiscal, fatura, recibo ou documento de cobrança equivalente, obrigando-se a recolher a importância retida, em nome da **CONTRATADA**, até o dia 20 (vinte) do mês subsequente ao da emissão do respectivo documento de cobrança ou, se não houver expediente bancário naquele dia, até o dia útil imediatamente anterior.

I - Quando da emissão da nota fiscal, fatura, recibo ou documento de cobrança equivalente, a **CONTRATADA** deverá destacar o valor da retenção, a título de “RETENÇÃO PARA A SEGURIDADE SOCIAL”, sendo que:

- a) poderão ser deduzidos da base de cálculo da retenção, os valores dos custos de fornecimento incorridos pela **CONTRATADA** a título de vale-transporte e de vale-refeição, nos termos da legislação própria. Tais parcelas deverão estar discriminadas no documento de cobrança.
- b) a falta de destaque do valor da retenção no documento de cobrança impossibilitará a **CONTRATADA** de efetuar sua compensação perante o INSS, ficando a critério do **CONTRATANTE** proceder à retenção e ao recolhimento devidos sobre o valor bruto do documento de cobrança, ou, em alternativa, devolvê-lo à **CONTRATADA**.

II - Quando da apresentação do documento de cobrança, a **CONTRATADA** deverá elaborar e entregar ao **CONTRATANTE** os seguintes documentos:

- a) cópia da folha de pagamento específica para os serviços realizados sob o contrato, identificando o número do contrato, a Unidade que o administra, relacionando respectivamente todos os segurados colocados à disposição desta e informando:
  - nome dos segurados;
  - cargo ou função;
  - remuneração discriminando separadamente as parcelas sujeitas ou não à incidência das contribuições previdenciárias;
  - descontos legais;
  - quantidade de quotas e valor pago à título de salário-família;
  - totalização por rubrica e geral;
  - resumo geral consolidado da folha de pagamento; e
- b) demonstrativo mensal assinado por seu representante legal, individualizado por **CONTRATANTE**, com as seguintes informações:
  - nome e CNPJ do **CONTRATANTE**;
  - data de emissão do documento de cobrança;
  - número do documento de cobrança;
  - valor bruto, retenção e valor líquido (recebido) do documento de cobrança.
  - totalização dos valores e sua consolidação.
- c) os documentos solicitados nas alíneas anteriores deverão ser entregues ao **CONTRATANTE** na mesma oportunidade da nota fiscal, fatura, recibo ou documento de cobrança equivalente.

#### **CLÁUSULA SÉTIMA - REAJUSTE (art. 92, V)**

7.1. Os preços inicialmente ajustados são fixos e irredutíveis pelo prazo de 1 (um) ano contado da data do orçamento estimado .

- 7.2. É previsto reajuste anual dos preços inicialmente ajustados, de modo que, caso o prazo de execução do objeto contratual ultrapasse a data em que se configure 1 (um) ano a contar da data do orçamento estimado, e independentemente de pedido do Contratado, os preços iniciais serão reajustados, mediante a aplicação, pelo Contratante, Índice de Preços ao Consumidor (IPC), divulgado pela Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas (FIPE), ou outro índice oficial que venha a substituí-lo, exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.
- 7.3. No caso de reajuste(s) subsequente(s) ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.
- 7.4. No caso de atraso ou não divulgação do(s) índice(s) de reajustamento, o Contratante pagará ao Contratado a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja(m) divulgado(s) o(s) índice(s) definitivo(s).
- 7.5. Nas aferições finais, o(s) índice(s) utilizado(s) para reajuste será(ão), obrigatoriamente, o(s) definitivo(s).
- 7.6. Caso o(s) índice(s) estabelecido(s) para reajustamento venha(m) a ser extinto(s) ou de qualquer forma não possa(m) mais ser utilizado(s), será(ão) adotado(s), em substituição, o(s) que vier(em) a ser determinado(s) pela legislação então em vigor.
- 7.7. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.
- 7.8. O reajuste será realizado por apostilamento.

#### **CLÁUSULA OITAVA - OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE (art. 92, X, XI e XIV)**

##### **8.1. São obrigações do Contratante:**

- 8.1.1. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pelo Contratado, de acordo com o contrato e a documentação que o integra;
- 8.1.2. Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Termo de Referência;
- 8.1.3. Notificar o Contratado, por escrito, sobre vícios, defeitos ou incorreções verificadas no objeto fornecido, para que seja por ele substituído, reparado ou corrigido, no total ou em parte, a expensas do Contratado;
- 8.1.4. Acompanhar e fiscalizar a execução do contrato e o cumprimento das obrigações pelo Contratado;
- 8.1.5. Efetuar o pagamento ao Contratado do valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo, forma e condições estabelecidos no presente Contrato e no Termo de Referência;
- 8.1.6. Aplicar ao Contratado as sanções previstas na lei e neste Contrato;
- 8.1.7. Cientificar o órgão de representação judicial da Procuradoria Geral do Estado para adoção das medidas cabíveis quando necessária medida judicial diante do descumprimento de obrigações pelo Contratado;
- 8.1.8. Explicitamente emitir decisão sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução do presente Contrato, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do ajuste, observado o prazo máximo de 30 (trinta) dias para decisão, a contar da conclusão da instrução do requerimento, admitida a prorrogação motivada, por igual período, e excepcionada a hipótese de disposição legal ou cláusula contratual que estabeleça prazo específico.
- 8.1.9. Responder eventuais pedidos de reestabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro feitos pelo contratado no prazo máximo de 30 (trinta) dias, contado a partir da conclusão da instrução do requerimento, sendo admitida a prorrogação motivada desse prazo por igual período, e observado o disposto no parágrafo único do artigo 131 da Lei nº 14.133, de 2021.
- 8.1.10. Notificar os emitentes das garantias quanto ao início de processo administrativo para apuração

de descumprimento de cláusulas contratuais;

- 8.1.12. Observar, no tratamento de dados pessoais de profissionais, empregados, prepostos, administradores e/ou sócios do Contratado, a que tenha acesso durante a execução do objeto a que se refere a cláusula primeira deste contrato, as normas legais e regulamentares aplicáveis, em especial, a [Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018](#), com suas alterações subsequentes.
- 8.1.13. O prazo para resposta ao pedido de restabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro não se iniciará enquanto o Contratado não cumprir os atos ou apresentar a documentação solicitada pelo Contratante para adequada instrução do requerimento.
- 8.1.14. A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pelo Contratado com terceiros, ainda que vinculados à execução do contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato do Contratado, de seus profissionais, prepostos ou subordinados.

#### **CLÁUSULA NONA - OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO (art. 92, XIV, XVI e XVII)**

- 9.1. O Contratado deve cumprir todas as obrigações estabelecidas em lei, e aquelas constantes deste Contrato, do Termo de Referência e da documentação que o integra, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto, observando, ainda, as obrigações a seguir dispostas:
  - 9.1.1. Entregar o objeto acompanhado do manual do usuário, com uma versão em português, e da relação da rede de assistência técnica autorizada;
  - 9.1.2. Designar o responsável pelo acompanhamento da execução das atividades e pelos contatos com o Contratante;
  - 9.1.3. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com o Código de Defesa do Consumidor ([Lei nº 8.078, de 1990](#));
  - 9.1.4. Comunicar ao Contratante, assim que possível e com a devida antecedência em relação à data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação, caso ocorrida tal circunstância;
  - 9.1.5. Atender às determinações regulares emitidas pelo fiscal ou gestor do contrato ou autoridade superior ([art. 137, II, da Lei nº 14.133, de 2021](#)) e prestar todo esclarecimento ou informação por eles solicitados;
  - 9.1.6. Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, os bens nos quais se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados;
  - 9.1.7. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, bem como por todo e qualquer dano causado diretamente à Administração ou a terceiros em razão da execução do contrato, não excluindo nem reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento da execução contratual pelo Contratante, que ficará autorizado a descontar dos pagamentos devidos ou da garantia, caso exigida na documentação que integra este instrumento, o valor correspondente aos danos sofridos;
  - 9.1.8. Quando não for possível a verificação da regularidade no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores – Sicaf ou em outros meios eletrônicos hábeis de informações, o Contratado deverá atender a notificação para entregar ao setor responsável pela fiscalização do contrato, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, os seguintes documentos: 1) certidão conjunta relativa aos tributos federais e à Dívida Ativa da União; 2) certidões que comprovem regularidade fiscal perante as Fazendas Estadual/Distrital e/ou Municipal/Distrital do domicílio ou sede do Contratado que tenham sido exigidas para fins de habilitação na documentação que integra este instrumento; 3) Certidão de Regularidade do FGTS – CRF; e 4) Certidão Negativa, ou positiva com efeitos de negativa, de Débitos Trabalhistas;
  - 9.1.9. Responsabilizar-se pelo cumprimento de todas as obrigações e encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais, comerciais e os demais previstos em legislação específica, cuja

inadimplência não transfere a responsabilidade ao Contratante e não poderá onerar o objeto do contrato, nos termos do artigo 121 da [Lei nº 14.133, de 2021](#);

- 9.1.10. Comunicar ao Fiscal do contrato, assim que possível, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local da execução do objeto contratual;
- 9.1.11. Paralisar, por determinação do Contratante, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros;
- 9.1.12. Manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;
- 9.1.13. Cumprir, durante todo o período de execução do contrato, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas em outras normas específicas ([art. 116, da Lei n.º 14.133, de 2021](#));
- 9.1.14. Comprovar o cumprimento da reserva de cargos a que se refere a subdivisão acima, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, com a indicação dos empregados que preencheram as referidas vagas ([art. 116, parágrafo único, da Lei n.º 14.133, de 2021](#));
- 9.1.15. Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato, respondendo, administrativa, civil e criminalmente por sua indevida divulgação e incorreta ou inadequada utilização;
- 9.1.16. Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros, mas que sejam previsíveis em seu ramo de atividade;
- 9.1.17. Cumprir as disposições legais e regulamentares federais, estaduais e municipais que interfiram na execução do objeto, bem como as normas de segurança do Contratante;
- 9.1.18. Alocar os profissionais necessários ao perfeito cumprimento das cláusulas deste contrato, com habilitação e conhecimento adequados, utilizando os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios demandados, cuja quantidade, qualidade e tecnologia deverão atender às recomendações de boa técnica e à legislação de regência;
- 9.1.19. Orientar e treinar seus profissionais sobre os deveres previstos na Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018, adotando medidas eficazes para proteção de dados pessoais a que tenha acesso por força da execução deste contrato;
- 9.1.20. Conduzir os trabalhos com estrita observância às normas da legislação pertinente, cumprindo as determinações dos Poderes Públicos, mantendo sempre limpo o local de execução do objeto e nas melhores condições de segurança, higiene e disciplina;
- 9.1.21. Submeter previamente, por escrito, ao Contratante, para análise e aprovação, quaisquer mudanças nos métodos executivos que fujam às especificações do Termo de Referência, observando-se o disposto no Capítulo VII do Título III da Lei nº 14.133, de 2021;
- 9.1.22. Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de 16 (dezesesseis) anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de 14 (quatorze) anos, nem permitir a utilização do trabalho do menor de 18 (dezoito) anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre.
- 9.1.23. Cumprir as disposições constantes no Código de Ética e de Conduta da FDE vigente, disponível no site da FDE no link [https://www.fde.sp.gov.br/fde/institucional/codigo\\_de\\_etica](https://www.fde.sp.gov.br/fde/institucional/codigo_de_etica), sob pena das sanções previstas pelo seu descumprimento.

- 9.2. Em atendimento à [Lei nº 12.846, de 2013](#), e ao [Decreto estadual nº 69.588, de 2025](#), o Contratado se compromete a conduzir os seus negócios de forma a coibir fraudes, corrupção e quaisquer outros atos lesivos à Administração Pública, nacional ou estrangeira, de modo que o Contratado não poderá oferecer, dar ou se comprometer a dar a quem quer que seja, tampouco aceitar ou se comprometer a aceitar de quem quer que seja, por conta própria ou por intermédio de outrem, qualquer pagamento, doação, compensação, vantagens financeiras ou benefícios de qualquer espécie relacionados de forma direta ou indireta ao objeto deste contrato, o que deve ser observado, ainda, pelos seus prepostos, colaboradores e eventuais subcontratados, caso permitida a subcontratação.

- 9.2.1. O descumprimento das obrigações previstas na subdivisão acima poderá submeter o Contratado



à extinção unilateral do contrato, a critério do Contratante, sem prejuízo da aplicação das sanções penais e administrativas cabíveis e, também, da instauração do processo administrativo de responsabilização de que tratam a [Lei nº 12.846, de 2013](#), e o [Decreto estadual nº 69.588, de 2025](#).

9.3. O Contratado obriga-se a não admitir a participação, na execução deste contrato, de:

9.3.1. agente público de órgão ou entidade licitante ou contratante, ou terceiro que auxilie a condução da contratação na qualidade de integrante de equipe de apoio, profissional especializado ou funcionário ou representante de empresa que preste assessoria técnica, nos termos dos §§ 1º e 2º do artigo 9º da [Lei nº 14.133, de 2021](#);

9.3.2. pessoa que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que tenha desempenhado função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, nos termos do inciso IV do artigo 14 e/ou parágrafo único do artigo 48 da [Lei nº 14.133, de 2021](#);

9.3.3. pessoas que se enquadrem nas demais vedações previstas no artigo 14 da [Lei nº 14.133, de 2021](#).

9.4. O Contratado deverá observar a vedação constante do Decreto estadual nº 68.829, de 4 de setembro de 2024.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA – GARANTIA DE EXECUÇÃO**

10.1. A contratação conta com garantia de execução prestada pelo Contratado, nos moldes do art. 96 da [Lei nº 14.133, de 2021](#), correspondente a 5% (cinco por cento) do valor inicial do contrato, observando-se para a definição e aplicação desse percentual, quando o caso, o disposto no parágrafo único do artigo 98 do referido diploma legal.

10.2. A validade da garantia, qualquer que seja a modalidade escolhida, deverá abranger o período de vigência contratual.

10.3. Caso seja feita opção pela modalidade de seguro-garantia:

10.3.1. A apólice deverá ter validade durante a vigência do contrato, permanecendo em vigor mesmo que o Contratado não pague o prêmio nas datas convencionadas.

10.3.2. O prazo de vigência da apólice do seguro-garantia deverá acompanhar as modificações referentes à vigência do contrato principal mediante a emissão do respectivo endosso pela seguradora, observando-se, quando for o caso, o disposto no § 2º do artigo 96 e no parágrafo único do artigo 97 da [Lei nº 14.133, de 2021](#).

10.3.3. Será permitida a substituição da apólice de seguro-garantia na data de renovação ou de aniversário, desde que mantidas as condições e coberturas da apólice vigente e desde que nenhum período fique descoberto, nas condições estabelecidas pelo parágrafo único do artigo 97, c/c o § 2º do artigo 96 da [Lei nº 14.133, de 2021](#).

10.4. Na hipótese de suspensão do contrato por ordem ou inadimplemento da Administração, o Contratado ficará desobrigado de renovar a garantia ou de endossar a apólice de seguro até a ordem de reinício da execução ou o adimplemento pela Administração.

10.5. A garantia assegurará, qualquer que seja a modalidade escolhida, o pagamento de:

10.5.1. prejuízos advindos do inadimplemento total ou parcial do objeto do contrato;

10.5.2. multas moratórias e compensatórias aplicadas pelo Contratante ao Contratado; e

10.5.3. obrigações trabalhistas, previdenciárias e para com o FGTS relacionadas à contratação não adimplidas pelo Contratado, quando couber.



- 10.6. Não serão aceitas garantias que incluam outras isenções de responsabilidade que não as seguintes:
- 10.6.1. Caso fortuito ou força maior;
  - 10.6.2. Descumprimento das obrigações pelo Contratado decorrentes de atos ou fatos imputáveis exclusivamente ao Contratante;
  - 10.6.3. Hipóteses de isenção de responsabilidade decorrentes de exigência legal ou regulamentar.
- 10.7. No caso de alteração do valor do contrato, ou prorrogação de sua vigência, a garantia deverá ser ajustada ou renovada, seguindo os mesmos parâmetros.
- 10.8. Se o valor da garantia for utilizado total ou parcialmente para o pagamento de qualquer obrigação, o Contratado deverá efetuar a respectiva reposição no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, contados da data em que for notificado pelo Contratante para fazê-lo.
- 10.9. O Contratante executará a garantia na forma prevista na legislação que rege a matéria.
- 10.9.1. O emitente da garantia ofertada pelo Contratado deverá ser notificado pelo Contratante quanto ao início de processo administrativo para apuração de descumprimento de cláusulas contratuais (art. 137, § 4º, da [Lei nº 14.133, de 2021](#)).
  - 10.9.2. Caso se trate da modalidade seguro-garantia, ocorrido o sinistro durante a vigência da apólice, sua caracterização e comunicação poderão ocorrer fora desta vigência, não caracterizando fato que justifique a negativa do sinistro, desde que respeitados os prazos prescricionais aplicados ao contrato de seguro, nos termos do art. 20 da Circular Susep nº 662, de 11 de abril de 2022.
- 10.10. A garantia deve assegurar a cobertura de todos os eventos ocorridos durante a sua validade, ainda que a notificação quanto ao início de processo administrativo para apuração de descumprimento de cláusulas contratuais (§ 4º do artigo 137 da [Lei nº 14.133, de 2021](#)) ou a comunicação do sinistro pelo Contratante ocorra após expirada a vigência da contratação ou a validade da garantia.
- 10.11. Extinguir-se-á a garantia com a restituição da apólice, carta-fiança ou autorização para a liberação de importâncias depositadas em dinheiro a título de garantia, acompanhada de declaração do Contratante, mediante termo circunstanciado, de que o Contratado cumpriu todas as cláusulas do contrato.
- 10.12. A garantia somente será liberada ou restituída após a fiel execução do contrato ou após a sua extinção por culpa exclusiva da Administração e, quando em dinheiro, será atualizada monetariamente.
- 10.13. O garantidor não é parte para figurar em processo administrativo instaurado pelo Contratante com o objetivo de apurar prejuízos e/ou aplicar sanções ao Contratado.
- 10.14. O Contratado autoriza o Contratante a reter, a qualquer tempo, a garantia, na forma prevista neste Contrato.
- 10.15. A garantia de execução é independente de eventual garantia do produto ou serviço prevista especificamente no Termo de Referência.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS (art. 92, XIV)**

- 11.1. Comete infração administrativa, nos termos da [Lei nº 14.133, de 2021](#), o contratado que:

- a) der causa à inexecução parcial do contrato;*
- b) der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;*
- c) der causa à inexecução total do contrato;*
- d) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;*
- e) apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;*
- f) praticar ato fraudulento na execução do contrato;*
- g) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;*
- h) praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.*

- 11.2. Garantida a prévia defesa, serão aplicadas ao Contratado que incorrer nas infrações acima descritas as seguintes sanções:
- I - Advertência, se o Contratado der causa à inexecução parcial do contrato, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, § 2º, da Lei nº 14.133, de 2021);
  - II - Impedimento de licitar e contratar, se praticadas as condutas descritas nas alíneas “b”, “c” e “d” da subdivisão anterior desta cláusula, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, § 4º, da Lei nº 14.133, de 2021);
  - III - Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “e”, “f”, “g” e “h” da subdivisão anterior desta cláusula, bem como nas alíneas “b”, “c” e “d” da referida subdivisão, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave (art. 156, § 5º, da Lei nº 14.133, de 2021);
  - IV - Multa.
- IV.1) A sanção de multa prevista no inciso II do caput do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021, calculada na forma deste Contrato, não poderá ser inferior a 0,5% (cinco décimos por cento) nem superior a 30% (trinta por cento) do valor do contrato (§ 3º do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021).
- 11.3. A aplicação das sanções previstas neste Contrato não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao Contratante (art. 156, § 9º, da [Lei nº 14.133, de 2021](#)).
- 11.4. A multa poderá ser aplicada cumulativamente com as demais as sanções previstas neste Contrato (art. 156, § 7º, da [Lei nº 14.133, de 2021](#)).
- 11.4.1. Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação (art. 157, da [Lei nº 14.133, de 2021](#)).
  - 11.4.2. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada, caso exigida na documentação que integra este instrumento, ou, quando for o caso, será cobrada judicialmente (art. 156, § 8º, da [Lei nº 14.133, de 2021](#)).
- 11.5. A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto no caput e parágrafos do art. 158 da [Lei nº 14.133, de 2021](#), para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.
- 11.6. Na aplicação das sanções serão considerados (art. 156, § 1º, da [Lei nº 14.133, de 2021](#)):
- a) a natureza e a gravidade da infração cometida;
  - b) as peculiaridades do caso concreto;
  - c) as circunstâncias agravantes ou atenuantes;
  - d) os danos que dela provierem para o Contratante;
  - e) a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.
- 11.7. As sanções são autônomas e a aplicação de uma não exclui a de outra.
- 11.8. Os atos previstos como infrações administrativas na [Lei nº 14.133, de 2021](#), ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846, de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei (art. 159 da [Lei nº 14.133, de 2021](#)).
- 11.9. A personalidade jurídica do Contratado poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos na [Lei nº 14.133, de 2021](#), ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, a pessoa jurídica sucessora ou a empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o sancionado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia (art. 160 da [Lei nº 14.133, de 2021](#)).
- 11.10. O Contratante deverá, no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ele aplicadas, para fins de

publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (Ceis) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (Cnep), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal (Art. 161 da [Lei nº 14.133, de 2021](#)).

11.11. As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do art. 163 da [Lei nº 14.133, de 2021](#).

11.12. As penalidades aplicáveis:

11.12.1. Pelas infrações previstas no Art. 155 da Lei Federal nº 14.133/21, a **CONTRATADA** ficará sujeita às seguintes sanções:

- I - Advertência aplicada pela FDE registrada no Cadastro de Fornecedores, e inserida no site e-Sanções e demais canais pertinentes da Administração Pública;
- II - Multa de 20% (vinte por cento) do valor do contrato, na hipótese de inexecução total;
- III - Multa de 10% (dez por cento) sobre a parcela não cumprida do contrato, por sua inexecução parcial;
- IV - Multa de 1% (um por cento) por dia de atraso na execução do objeto do contrato calculada sobre o valor do fornecimento feito com atraso, até o 10º dia de atraso;
- V - Multa de 2% (dois por cento) por dia de atraso na execução do objeto do contrato calculada sobre o valor do fornecimento feito com atraso, a partir do 11º dia de atraso;
- VI - Multa de 5% (cinco por cento) sobre o valor do contrato, na hipótese de descumprimento de qualquer das condições ajustadas cujas sanções não estejam previstas nesta cláusula;
- VII - Impedimento de licitar e contratar com a Administração Pública direta e indireta do Estado de São Paulo, pelo prazo de até 3 (três) anos;
- VIII - declaração de inidoneidade, quando a **CONTRATADA** deixar de cumprir as obrigações assumidas, praticando as infrações previstas que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção referida no inciso VII, que impedirá a **CONTRATADA** de licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, pelo prazo mínimo de 03 (três) anos e máximo de 06 (seis) anos;

11.12.2. As multas previstas nos incisos III, IV, V e VI desta cláusula são cumulativas e serão aplicadas até o limite de 30% (trinta por cento) do valor total do contrato, quando poderá ser extinto o contrato e aplicado o impedimento de licitar e contratar Administração, pelo prazo de até 03 (três) anos;

11.12.3. As sanções previstas nos incisos I, VII e VIII poderão ser aplicadas cumulativamente com as previstas nos incisos II, III, IV, V e VI desta cláusula.

11.12.4. As multas previstas nesta cláusula não têm caráter compensatório, mas sim moratório e, consequentemente, o seu pagamento não exime a **CONTRATADA** da reparação dos eventuais danos, perdas ou prejuízos que seu ato punível venha acarretar à **FDE**;

11.12.5. As multas aplicadas e as indenizações cabíveis serão sempre que possível descontadas dos créditos da **CONTRATADA**, e quando seus valores forem superiores ao valor de pagamento eventualmente devido pela Administração à **CONTRATADA**, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente.

## **CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DA EXTINÇÃO CONTRATUAL (art. 92, XIX)**

12.1. O contrato poderá ser extinto na forma, pelos motivos e com as consequências previstos nos artigos 137 a 139 e 155 a 163 da [Lei nº 14.133, de 2021](#).

12.1.1. O Contratado reconhece desde já os direitos do Contratante nos casos de extinção por ato unilateral da Administração, prevista no artigo 138 da [Lei nº 14.133, de 2021](#), bem como no artigo 1º, § 2º, item 3, do Decreto estadual nº 55.938, de 2010, com a redação que lhe foi dada pelo Decreto estadual nº 57.159, de 2011, na hipótese da configuração de trabalho em caráter não

eventual por pessoas físicas, com relação de subordinação ou dependência, quando o contratado for sociedade cooperativa (se admitida a participação/contratação de cooperativa).

12.1.2. O contrato poderá ser extinto por algum dos motivos previstos no artigo 137 da [Lei nº 14.133, de 2021](#), devendo a extinção ser formalmente motivada nos autos do processo, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

12.1.3. A alteração social ou modificação da finalidade ou da estrutura da empresa não ensejará a extinção contratual se não restringir sua capacidade de concluir o contrato.

12.1.3.1. Se a operação societária de que trata este subitem implicar mudança em pessoa jurídica contratada, deverá ser formalizada alteração subjetiva por termo aditivo.

12.2. O termo de extinção, sempre que possível, será precedido da indicação de:

12.2.1. Balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;

12.2.2. Relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;

12.2.3. Indenizações e multas.

12.3. A extinção do contrato não configura óbice para o reconhecimento de eventual desequilíbrio econômico-financeiro, hipótese em que será concedida indenização por meio de termo indenizatório (art. 131, caput, da [Lei nº 14.133, de 2021](#)).

12.4. Se for constatada irregularidade no procedimento licitatório ou na execução contratual, caso não seja possível o saneamento, a decisão pelo Contratante sobre a suspensão da execução ou sobre a declaração de nulidade do contrato somente será adotada na hipótese em que se revelar medida de interesse público, observado o disposto nos artigos 147 a 149 da [Lei nº 14.133, de 2021](#), conferindo-se ao Contratado oportunidade para prévia manifestação e participação na instrução.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA (art. 92, VIII)**

13.1. No presente exercício, as despesas decorrentes desta contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no respectivo Orçamento do Estado, na dotação abaixo discriminada:

a) Gestão/Unidade:

b) Fonte de Recursos:

c) Programa de Trabalho:

d) Elemento de Despesa:

e) Plano Interno:

f) Nota de Empenho:

13.2. Quando a execução do contrato ultrapassar o presente exercício, a dotação relativa ao(s) exercício(s) financeiro(s) subsequente(s) será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DOS CASOS OMISSOS (art. 92, III)**

14.1. Aplicam-se aos casos omissos as disposições contidas na [Lei nº 14.133, de 2021](#), e disposições regulamentares pertinentes, e, subsidiariamente, as disposições contidas na Lei nº 8.078, de 1990 – Código de Defesa do Consumidor – e princípios gerais dos contratos.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – ALTERAÇÕES**

15.1. Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina dos arts. 124 e seguintes da [Lei nº 14.133, de 2021](#).

- 15.2. O Contratado é obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários no objeto, a critério exclusivo do Contratante, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.
- 15.3. Eventuais alterações contratuais deverão ser promovidas mediante celebração de termo aditivo, respeitadas as disposições da Lei nº 14.133, de 2021, admitindo-se que, nos casos de justificada necessidade de antecipação de seus efeitos, a formalização do aditivo ocorra no prazo máximo de 1 (um) mês (art. 132 da [Lei nº 14.133, de 2021](#)).
- 15.4. Caso haja alteração unilateral do contrato que aumente ou diminua os encargos do Contratado, o equilíbrio econômico-financeiro inicial será restabelecido no mesmo termo aditivo.
- 15.5. Registros que não caracterizam alteração do contrato podem ser realizados por simples apostila, dispensada a celebração de termo aditivo, na forma do art. 136 da [Lei nº 14.133, de 2021](#).

#### **CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – PUBLICAÇÃO**

- 16.1. Incumbirá ao Contratante divulgar o presente instrumento no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), na forma prevista no art. 94 da [Lei 14.133, de 2021](#), bem como no respectivo sítio oficial na Internet, em atenção ao art. 91, caput, da [Lei n.º 14.133, de 2021](#), e ao art. 8º, § 2º, da Lei n. 12.527, de 2011, c/c art. 22 do Decreto estadual nº 68.155, de 2023.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA– FORO (art. 92, §1º)**

- 17.1. Fica eleito o Foro da Comarca da Capital do Estado de São Paulo para dirimir quaisquer questões que decorrerem deste Termo de Contrato, que não puderem ser resolvidas na esfera administrativa, conforme art. 92, § 1º, da [Lei nº 14.133, de 2021](#).

E assim, por estarem as partes justas e contratadas, foi lavrado o presente instrumento em 01 (uma) via, que, lido e achado conforme pelo Contratado e pelo Contratante, vai por eles assinado para que produza todos os efeitos de Direito, sendo assinado também pelas testemunhas abaixo identificadas.

[Local], [dia] de [mês] de [ano]. **OU** [Local], data da última assinatura eletrônica das partes.

\_\_\_\_\_  
Representante legal do CONTRATANTE

\_\_\_\_\_  
Representante legal do CONTRATADO

TESTEMUNHAS:

---

**ANEXO V - MODELO(S) DE DECLARAÇÃO(ÕES)**

**MODELO DE DECLARAÇÃO EXIGIDA PARA HABILITAÇÃO**  
(em papel timbrado do licitante)

Eu, \_\_\_\_\_, portador do CPF nº \_\_\_\_\_, na condição de representante legal de \_\_\_\_\_ (nome empresarial ou denominação), interessado em participar do Pregão Eletrônico nº \_\_\_\_/\_\_\_\_, Processo nº \_\_\_\_/\_\_\_\_, DECLARO, sob as penas da Lei, que o licitante:

a) cumpre as normas relativas à saúde e segurança no trabalho, nos termos do parágrafo único do artigo 117 da Constituição Estadual; e

b) atenderá, na data da contratação, ao disposto no artigo 5º-C e se compromete a não disponibilizar empregado que incorra na vedação prevista no artigo 5º-D, ambos da Lei nº 6.019, de 1974, com redação dada pela Lei nº 13.467, de 2017, quando o caso.

(Local e data).

\_\_\_\_\_  
(Nome/assinatura do representante legal)



**ANEXO VI - TERMO DE CIÊNCIA E NOTIFICAÇÃO DO TCE/SP**

CONTRATANTE: \_\_\_\_\_  
CONTRATADO: \_\_\_\_\_  
CONTRATO Nº (DE ORIGEM): \_\_\_\_\_  
OBJETO: \_\_\_\_\_

Pelo presente TERMO, nós, abaixo identificados:

**1. Estamos CIENTES de que:**

- a) o ajuste acima referido, seus aditamentos, bem como o acompanhamento de sua execução contratual, estarão sujeitos a análise e julgamento pelo Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, cujo trâmite processual ocorrerá pelo sistema eletrônico;
- b) poderemos ter acesso ao processo, tendo vista e extraindo cópias das manifestações de interesse, Despachos e Decisões, mediante regular cadastramento no Sistema de Processo Eletrônico, em consonância com o estabelecido na Resolução nº 01/2011 do TCE/SP;
- c) além de disponíveis no processo eletrônico, todos os Despachos e Decisões que vierem a ser tomados, relativamente ao aludido processo, serão publicados no Diário Oficial do Estado, Caderno do Poder Legislativo, parte do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, em conformidade com o artigo 90 da Lei Complementar nº 709, de 14 de janeiro de 1993, iniciando-se, a partir de então, a contagem dos prazos processuais, conforme regras do Código de Processo Civil;
- d) as informações pessoais dos responsáveis pela contratante e interessados estão cadastradas no módulo eletrônico do "Cadastro Corporativo TCE/SP – CadTCE/SP", nos termos previstos no Artigo 2º das Instruções nº 01/2020, conforme "Declaração(ões) de Atualização Cadastral" anexa (s);
- e) é de exclusiva responsabilidade do contratado manter seus dados sempre atualizados.

**2. Damo-nos por NOTIFICADOS para:**

- a) O acompanhamento dos atos do processo até seu julgamento final e consequente publicação;
- b) Se for o caso e de nosso interesse, nos prazos e nas formas legais e regimentais, exercer o direito de defesa, interpor recursos e o que mais couber.

**LOCAL e DATA:** \_\_\_\_\_

**AUTORIDADE MÁXIMA DO ÓRGÃO/ENTIDADE:**

Nome: \_\_\_\_\_  
Cargo: \_\_\_\_\_  
CPF: \_\_\_\_\_

**RESPONSÁVEIS PELA HOMOLOGAÇÃO DO CERTAME OU RATIFICAÇÃO DA DISPENSA/INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO:**

Nome: \_\_\_\_\_  
Cargo: \_\_\_\_\_  
CPF: \_\_\_\_\_  
Assinatura: \_\_\_\_\_

**RESPONSÁVEIS QUE ASSINARAM O AJUSTE:**

**Pelo contratante:**

Nome: \_\_\_\_\_  
Cargo: \_\_\_\_\_  
CPF: \_\_\_\_\_  
Assinatura: \_\_\_\_\_

**Pela contratada:**

Nome: \_\_\_\_\_  
Cargo: \_\_\_\_\_  
CPF: \_\_\_\_\_  
Assinatura: \_\_\_\_\_

**ORDENADOR DE DESPESAS DA CONTRATANTE:**

Nome: \_\_\_\_\_  
Cargo: \_\_\_\_\_  
CPF: \_\_\_\_\_  
Assinatura: \_\_\_\_\_

**GESTOR(ES) DO CONTRATO:**

Nome: \_\_\_\_\_  
Cargo: \_\_\_\_\_  
CPF: \_\_\_\_\_  
Assinatura: \_\_\_\_\_

**DEMAIS RESPONSÁVEIS (\*):**

Tipo de ato sob sua responsabilidade: \_\_\_\_\_  
Nome: \_\_\_\_\_  
Cargo: \_\_\_\_\_  
CPF: \_\_\_\_\_  
Assinatura: \_\_\_\_\_

(\*) - O Termo de Ciência e Notificação e/ou Cadastro do(s) Responsável(is) deve identificar as pessoas físicas que tenham concorrido para a prática do ato jurídico, na condição de ordenador da despesa; de partes contratantes; de responsáveis por ações de acompanhamento, monitoramento e avaliação; de responsáveis por processos licitatórios; de responsáveis por prestações de contas; de responsáveis com atribuições previstas em atos legais ou administrativos e de interessados relacionados a processos de competência deste Tribunal. Na hipótese de prestações de contas, caso o signatário do parecer conclusivo seja distinto daqueles já arrolados como subscritores do Termo de Ciência e Notificação, será ele objeto de notificação específica. (inciso acrescido pela Resolução nº 11/2021)